

AFYA UNIVERSIDADE UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPEP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E SAÚDE - PPGECS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS E SAÚDE

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRÉ-ESCOLA: O
AUTOSSERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS
ALIMENTARES SAUDÁVEIS**

ROSELENE MOURA DUARTE



Duque de Caxias/RJ
Dezembro/2025

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRÉ-ESCOLA: O AUTOSSERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

ROSELENE MOURA DUARTE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde da AFYA Universidade UNIGRANRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de Ciências e Saúde na Educação
Básica
Linha de Pesquisa: Relações Sociais e Cidadania

Orientadora

Dr(a) Márcia de Melo Dórea

Prof(a). do Programa de Pós-Graduação em
Ensino de Ciências e Saúde
AFYA Universidade UNIGRANRIO

Coorientadora

Dr(a) Denise Ana Augusta Dos Santos Oliveira

Prof(a). do Programa de Pós-Graduação em
Ensino de Ciências e Saúde
AFYA Universidade UNIGRANRIO



Duque de Caxias/RJ
Dezembro / 2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
AFYA UNIVERSIDADE UNIGRANRIO – BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA

D812e Duarte, Roselene Moura.
Educação alimentar e nutricional na pré-escola : o autosserviço no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis / Roselene Moura Duarte. – Duque de Caxias, 2025.
169 f. il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Saúde) – Afya Universidade Unigranrio, Escola de Ciências da Saúde, Duque de Caxias, 2025.
“Orientadora: Dr^a Márcia de Melo Dórea”.
“Coorientadora: Dr^a Denise Ana Augusta dos Santos Oliveira”.
Referências: f. 130-139.

1. Ciência - Estudo e ensino. 2. Educação infantil. 3. Alimentação saudável. 4. Autonomia. 5. Pré-escolares. I. Dórea, Márcia de Melo. II. Oliveira, Denise Ana Augusta dos Santos. III. Afya Universidade Unigranrio. IV. Título.

CDD – 610.71

ROSELENE MOURA DUARTE


**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRÉ-ESCOLA: O
AUTOSSERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS
ALIMENTARES SAUDÁVEIS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de mestre

Aprovada em 10 de dezembro de 2025, por:

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA DE MELO DÓREA**
Data: 16/12/2025 11:44:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Márcia de Melo Dórea (Orientador (a))
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde - PPGECS
Afa Universidade Unigranrio (UNIGRANRIO)

Documento assinado digitalmente
 **DENISE ANA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA**
Data: 16/12/2025 08:49:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Denise Ana Augusta dos S. Oliveira - Coorientador (a)
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde - PPGECS
Afa Universidade Unigranrio (UNIGRANRIO)

Documento assinado digitalmente
 **BEATRIZ BRANDÃO DOS SANTOS**
Data: 15/12/2025 11:58:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Beatriz Brandão dos Santos - Banca interna
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde - PPGECS
Afa Universidade Unigranrio (UNIGRANRIO)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA SILVEIRA NEY**
Data: 20/12/2025 08:51:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Silveira Ney - Banca externa ao PPGEC
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - PPGSM
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Documento assinado digitalmente
 **DENISE LEAL DE CASTRO**
Data: 16/12/2025 09:24:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Denise Leal de Castro - Banca externa ao PPGEC
Programa de Pós-Graduação Em Ensino de Ciências - PROPEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ)

Duque de Caxias/RJ
Dezembro / 2025

Dedico esta pesquisa a Deus, e aos meus netos: Bento, Laura, Luiza e Benjamim.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais.”
Rubem Alves

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita bondade, me deu forças e sabedoria para chegar até aqui.

Aos meus pais Maria Nilza da Silva Moura (*in memoriam*) e Damião Rodrigues de Moura, por me ensinarem, me amarem e por compreenderem as minhas ausências.

Ao meu esposo Tony Alves Duarte, meu amor, por ter me incentivado e compreendido minhas ausências. Por toda a nossa história de parceria em tantos planos de presente e futuro juntos, sempre me incentivando desde a graduação, especialização e enfim Mestre em Ensino de Ciências.

Agradeço aos meus filhos queridos Wesley dos Santos Moura e Matheus Carvalho Duarte, por me incentivarem, me apoiarem e me ensinar a mexer em novas tecnologias. Desejo a vocês que sempre persistam nos seus sonhos, pois eu sou um exemplo de persistência e resistência para vocês. Vocês fazem parte dessa trajetória de sucesso.

As minhas noras Camila e Thaisa, que também foram as minhas incentivadoras, me apoiaram em todo percurso, e compreenderam as vezes que não pude estar presente.

As minhas irmãs Rosilane e Rosana, por também me incentivarem e por terem compreendido as minhas ausências. Obrigada a tantos outros familiares tão queridos, que estiveram tão próximos, me incentivando sempre, dentre eles, minha querida Kátia, minha madrinha Valéria e as minhas primas Érica e Fabiana.

Minha gratidão também a minha amiga Ana Paula S. Bandeira, com quem eu pude contar e ao mesmo tempo estava vivenciando as mesmas angústias que eu, de uma jornada de trabalho, família, casa e estudos... A minha amiga Cristiane Dias que também não soltou a minha mão nos momentos mais difíceis.

Minhas queridas amigas diretoras Natália Xavier e Cristiane Barreto, por me apoiarem de uma forma única, incentivarem e acreditarem no meu trabalho. Agradeço também a Cátia Michel, nossa dirigente de turno.

As minhas queridas amigas de trabalho Rosemary e Priscila, que me incentivaram e me apoiaram durante a pesquisa.

Minhas orientadoras Denise Ana Augusta dos Santos Oliveira e Márcia de Melo Dórea, pela paciência e por acreditar no meu potencial, me incentivando e dando suporte. Denise, gratidão eterna por todos os momentos, por cada palavra de

incentivo e encorajamento que me motivou a continuar, agradeço pela gentileza e delicadeza em cada ensinamento, e por acreditar em meu trabalho mesmo nos momentos de incerteza. Márcia, obrigada pela parceria, pelos ensinamentos e correções, sua calma e confiança no meu trabalho fez toda a diferença ao longo dessa trajetória.

Agradeço a Afya Universidade UNIGRANRIO e a todos os Professores do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Saúde que tanto contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos colegas da escola onde foi realizada a pesquisa, por participarem, apoiarem e entenderem a importância desse trabalho para toda comunidade escolar, em especial a minha gratidão às cozinheiras e as crianças participantes da pesquisa.

Roselene Moura Duarte. **Educação Alimentar e Nutricional na Pré-Escola: O Autosserviço no Desenvolvimento de Hábitos Alimentares Saudáveis. 2025.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Saúde – Afya Universidade Unigranrio, UNIGRANRIO, Duque de Caxias. Rio de Janeiro. ano.

RESUMO

A transição nutricional das últimas décadas configurou um cenário de má nutrição infantil, marcado principalmente pelo aumento do sobrepeso e da obesidade. Nesse contexto, o estudo buscou contribuir com o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis de pré-escolares de uma escola pública. A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada com objetivos exploratórios voltada à compreensão em contextos educacionais reais, e está em consonância com a linha de pesquisa Relações Sociais e Cidadania, com propósito de investigar a utilização de procedimentos metodológicos para o Ensino de Ciências e Saúde na Educação Básica. O objetivo desta pesquisa foi avaliar se a autonomia na montagem do prato pode favorecer o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis em crianças da pré-escola. Além de apresentar os principais conceitos e práticas relacionados à alimentação saudável, expor práticas pedagógicas que envolvam a participação ativa das crianças na montagem do prato através do autosserviço, analisar, por meio de entrevistas, as experiências e estratégias de profissionais da educação e da nutrição que incentivaram a autonomia alimentar das crianças e desenvolver um produto educacional (PE). O *locus* da pesquisa foi uma escola do município de Duque de Caxias, RJ. Os participantes incluíram uma turma de pré-escola de 5 anos, além de profissionais da unidade escolar. A coleta de dados foi realizada através de instrumentos como a observação participante das crianças em momentos de alimentação, roda de conversa, momentos lúdicos e confecção de receitas, e o desenvolvimento do autosserviço alimentar, além de entrevistas semiestruturadas com as profissionais de educação: merendeira, nutricionista e diretora da unidade escolar. Os resultados apontaram que o sistema de autosserviço na alimentação de crianças na pré-escola contribuiu para o desenvolvimento da autonomia e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Infere-se que, o sistema de autosserviço na educação infantil é uma boa estratégia para a promoção da saúde de crianças em turma de pré-escolares. Os resultados da pesquisa contribuíram para o desenvolvimento de um Produto Educacional no formato de proposta pedagógica intitulado: Autosserviço Como Prática Pedagógica na Pré-Escola. O P.E é uma proposta pedagógica que contém orientações de como implantar o autosserviço na educação infantil e foi elaborado com o propósito de subsidiar o trabalho pedagógico de professores da Educação Infantil e das equipes técnico-pedagógicas que desejem implementar essa estratégia em suas instituições.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Educação Infantil. Autonomia. Autosserviço.

ABSTRACT

The nutritional transition of recent decades has shaped a scenario of childhood malnutrition, primarily characterized by a rise in overweight and obesity among children. Within this context, the present study seeks to contribute to the development of healthy eating habits among preschoolers attending a public school. The research adopts a qualitative approach, applied in nature and exploratory in its objectives, aimed at understanding real educational contexts. It aligns with the research line *Social Relations and Citizenship* and aims to investigate methodological approaches for teaching Science and Health in Basic Education. The central objective of this study is to assess whether allowing children to serve their own meals can support the development of healthy eating habits in preschool settings. In addition to presenting the main concepts and practices related to healthy eating, the study introduces pedagogical strategies that encourage active child participation in meal assembly through self-service. It also analyzes, through interviews, the experiences and strategies employed by education and nutrition professionals to foster children's autonomy in food choices, and ultimately, it leads to the development of an educational product. The research was conducted in a public school located in the municipality of Duque de Caxias, RJ. Participants included a class of five-year-old preschoolers as well as staff members from the school. Data collection involved various tools, including participant observation during meal times, group discussions, playful activities and recipe-making sessions, implementation of the self-service approach, and semi-structured interviews with key school staff. The findings indicate that implementing a self-service system during meals in preschool promotes both autonomy and the development of healthy eating habits among children. The study suggests that self-service in early childhood education can be an effective strategy for promoting children's health. The results also informed the creation of an Educational Product in the form of a pedagogical proposal entitled *Self-Service as a Pedagogical Practice in Preschool*. This proposal offers practical guidance on how to implement self-service in early childhood education. It was developed to support the pedagogical work of early childhood educators and technical-pedagogical teams interested in adopting this approach in their institutions.

Keywords: Healthy eating; Early childhood education; Autonomy; Self-service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALI	Análise de Livre Interpretação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAESC	Coordenadoria de Alimentação Escolar
CAISAN-DC	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias
CCAIC	Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense
CEI	Centro de Educação infantil
CEIM	Centros Municipais de Educação Infantil
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNCC	Comissão Nacional Criança e Constituinte
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA-DC	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias
COVID-19	Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-COV-2
CF	Constituição Federal
DCNT	Doença Crônica Não Transmissível
DESANS	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
DRE	Diretoria Regional de Educação
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FEBF/UERJ	Faculdade de Educação Da Baixada Fluminense
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas

FNDC	Frente Nacional dos Direitos da Criança
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MNMMR	Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua
OMEQ	Organização Mundial para Educação Pré-Escolar/Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PLANSANS	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Município de Duque de Caxias
PNAE	Plano Nacional de Alimentação
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutricional
PSE	Programa Saúde na Escola
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RCNEI	Reestruturação Curricular Nacional para Educação Infantil
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da Educação Infantil em Duque de Caxias e no Brasil.....	29
Figura 2 - Evolução da Educação Infantil	32
Figura 3 - Aprendizagens de Saúde na Pré-Escola.....	37
Figura 4 - Mapa de Duque de Caxias.....	56
Figura 5 - Capa do Livreto.....	87
Figura 6 - Sumário do Produto.....	88
Figura 7 - Objetivos.....	89
Figura 8 - Implementação.....	90
Figura 9 - Implementação.....	90
Figura 10 - Implementação.....	91
Figura 11 - Implementação.....	91
Figura 12 - Implementação.....	93
Figura 13 - Implementação.....	93
Figura 14 - Ludicidade.....	94
Figura 15 - Avaliações.....	94
Figura 16 - Ações Complementares	96
Figura 17 - Acesso a Proposta do Autosserviço.....	97
Figura 18 - Primeiro Autosserviço.....	98
Figura 19 - Segundo Autosserviço.....	98
Figura 20 - Brincadeira de restaurante.....	100
Figura 21 - Contação de História.....	109
Figura 22 - Seleção e Classificação dos Alimentos.....	110
Figura 23 - Seleção e Classificação dos Alimentos.....	110
Figura 24 - Apresentação dos Alimentos.....	111
Figura 25 - Brincadeira de restaurante.....	112
Figura 26 - A Refeição.....	112

Figura 27 - Higienização das Mãos.....	114
Figura 28 - A Espera.....	114
Figura 29 - Organização da mesa.....	115
Figura 30 - Crianças no Autosserviço.....	116
Figura 31 - Higienização das Frutas.....	117
Figura 32 - Preparo da Salada de Frutas.....	117
Figura 33 - Montagem dos Espetos.....	118
Figura 34 - Degustação.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de Coleta de Dados.....	61
Quadro 2 - Escolha dos Nomes e Alimentos Preferidos.....	62
Quadro 3 - Instrumentos de Coleta de Dados.....	65

APRESENTAÇÃO

Em minha trajetória profissional, desde o início, sinto uma atração especial por crianças pequenas e pelos primeiros anos de escolarização da criança que tem início na Educação Infantil. A minha primeira experiência foi em uma escola particular, onde atuei como professora de crianças de dois a três anos de idade. Desde então, fiquei encantada com as potências, as possibilidades de criação, de vivências e de experiências com as crianças. No decorrer do desenvolvimento do meu trabalho senti a necessidade de buscar novos conhecimentos e decidi iniciar a Graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio De Sá, concluída no ano de 2012 e, em seguida, fiz uma Especialização em Psicopedagogia na Faculdades Integradas de Jacarepaguá no final de 2012.

Sou Professora há mais de 20 anos, tendo ingressado na rede municipal de Duque de Caxias no ano de 2005. Trabalhava nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas, em 2009, fui transferida para uma creche e passei a atuar com crianças de quatro e cinco anos na etapa da Educação Infantil.

Sempre que surge uma oportunidade participo nos cursos de formações continuadas promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, como exemplo, o curso “Leitura e Escrita na Educação Infantil”, “Autismo e comportamento: desafios e caminhos para incluir”, alguns eventos como o Seminário de Educação Infantil – Tema: Educar e Cuidar, um Caminhar na formação e na prática pedagógica do Profissional da Educação; Seminário de Educação “Étnico-racial 14 anos da Lei 10.639: Aonde chegamos?”; CONFEDUC - I Conferência Municipal de Educação de Duque de Caxias – Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação; Diretrizes e Estratégias de Ação; I Conferência Intermunicipal de Educação Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação e II Conferência do Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias “Educação Municipal – A Construção de uma escola para todos”, e cursos de extensão e aperfeiçoamento na área da Educação de outras Instituições de Ensino como o Curso de Extensão em Autismo de A à Z. Em 2015, fiz o concurso público para o cargo de professor II de Duque de Caxias, sendo aprovada, convocada e assumindo minha segunda matrícula no município no início do ano de 2016.

Ao longo da minha trajetória profissional busquei articular minha formação na prática docente. Nesse sentido cursei a minha pós-graduação em Psicopedagogia,

pois era uma inquietação que eu tinha em entender e melhorar os processos de aquisição de conhecimento dos meus alunos. Considerando que as instituições de educação pública estão em constantes mudanças e transformações externas que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças, realizei um Curso de Extensão “As Políticas Educacionais Contemporâneas: Compreender Criticamente e Propor Alternativas” - Faculdade de Educação Universidade Fluminense – FEUFF, ministrado pelo Prof. Dr. Regis Arguelles da Costa. Este veio elucidar algumas questões que estão além da sala de aula, mas que impactam diretamente na educação, como: políticas públicas de educação, financiamento da educação pública, desigualdade social, formação e valorização dos professores, tecnologia e inclusão digital, gestão escolar, diversidade e inclusão, relação entre escola, família e comunidade. Pois é importante reconhecer que as políticas educacionais muitas vezes refletem visões ideológicas e interesses políticos específicos, o que pode resultar em decisões que nem sempre estão alinhadas com as necessidades reais dos alunos e educadores. Por exemplo, políticas baseadas em testes padronizados podem enfatizar a avaliação em detrimento da aprendizagem autêntica, enquanto políticas de privatização da educação podem levar à exclusão e à desigualdade.

Há alguns anos percebi que tanto nas creches e escolas pelas quais passei as linguagens e a matemática sempre são mais valorizadas, e muitas vezes as crianças desde muito pequenas relatam não gostar de Matemática. Então, comecei a analisar que mesmo sendo de uso cotidiano, as crianças não percebiam que tanto a Matemática quanto a Ciências fazia parte da vida delas e que são assuntos importantes para a qualidade de vida humana. Desde 2018, passei a desenvolver esses campos de experiência de maneira mais significativa e a perceber que o interesse das crianças se intensificou nessas áreas, até que os responsáveis passaram a relatar tal interesse deles. Diante disso, dedico-me a leituras sobre a temática com o intuito de aperfeiçoar a minha prática docente e a responder às demandas e desafios das salas de aula da Educação Infantil.

No período em que vivenciamos a pandemia da COVID-19, tivemos o entrave de ter que nos adaptarmos com as plataformas digitais, pois não faziam parte do cotidiano de muitos professores. Com isso, foi necessário incluir a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na prática docente. Esse período permitiu-me ressignificar minhas práticas docentes, que foram geradas pelo uso das TICs, em sala de aula, e em outros contextos escolares, contribuiu para dinamizar ambientes

de aprendizagem, manter o vínculo com os alunos, aprimorar estratégias de ensino, promover a motivação para aprendizagem. Esse também gerou o desenvolvimento das competências e habilidades nas diferentes áreas do conhecimento, pretendeu sempre alcançar a aprendizagem de forma significativa e com sentido prático na vida dos educandos.

Outro desafio que observo em minha prática docente é a necessidade constante de formação continuada que visa a promoção da inclusão e garante, assim, o direito à educação, respeitando a singularidade de cada criança. Por se tratar de uma fase importante para o desenvolvimento delas, é nessa fase que podemos identificar necessidades que comprometerão seu aprendizado, pensando nesses desafios diários, fiz um curso de extensão sobre autismo.

Com o intuito de aprimorar o meu conhecimento acadêmico, e desempenhar o meu trabalho com qualidade, unindo teoria e prática, me interessei pelo Mestrado Profissional em Ensino das Ciências na Educação Básica, na linha de pesquisa: Relações Sociais e Cidadania, oferecido por esta Instituição. A escolha fundamenta-se por estar de acordo com a prática que venho buscando implantar no meu fazer pedagógico, visando desenvolver uma educação significativa com tendência a aplicar na vida cotidiana. Nesta perspectiva vejo a possibilidade de ampliar meus conhecimentos e aprofundar em pesquisas, podendo, desta maneira, compartilhar com outras professoras e professores os resultados obtidos com o desenvolvimento desta pesquisa.

A pesquisa aqui desenhada se deu por uma inquietação de perceber que, ao longo dos anos, as crianças apresentaram significativa baixa na qualidade nos alimentos ingeridos, ficando expostas ao risco de adoecimento e outros comprometimentos em seu desenvolvimento. Sendo assim, a pesquisa intitulada “A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-Escola”, vem colaborar para pensarmos, enquanto profissionais da educação, sobre este assunto.

Acrescento aqui que a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que precisa ser pesquisada e discutida em suas especificidades e dialogando com referenciais que discutam as infâncias e as pesquisas com as crianças. Essa pesquisa visa contribuir de forma qualitativa com questões relacionadas ao ensino de ciências com ênfase no ensino de saúde para crianças da Educação Infantil através da temática alimentação saudável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1. Histórico da educação infantil em Duque de Caxias/RJ.....	28
2.2. Educação em saúde na escola: caminhos para uma vida saudável.....	35
2.3. Educação Alimentar na Infância.....	38
2.4. Avanços da Política Pública na Alimentação Infantil.....	39
2.5. Alimentação escolar no âmbito do PNAE e a Educação Infantil.....	44
2.6. Alimentação na rede municipal de Duque de Caxias.....	47
2.7. A proposta do autosserviço em redes públicas de ensino.....	50
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	53
3.1. Contexto da Pesquisa.....	56
3.2. Participantes da Pesquisa.....	59
3.3. Método de Coleta de Dados.....	60
3.4. Análise de dados.....	65
3.5. Ética na pesquisa.....	67
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA.....	69
4.1. Entrevistas Antes da Aplicação do Produto Educacional.....	69
4.2. Entrevistas Pós Aplicação do Produto Educacional.....	78
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	84
6. APLICABILIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	87
6.1. Metodologia da Aplicação do Produto Educacional.....	97
6.2. O Contexto da Validação do Produto Educacional.....	104
6.3. Sujeitos da Pesquisa.....	104
6.4. Coleta de Dados.....	104
6.5. Análise de Dados.....	105
6.6. Replicabilidade do Produto Educacional.....	107
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	120
7.1. Protagonismo Infantil na Alimentação.....	122

7.2. Validação do Produto Educacional.....	124
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXOS.....	140
APÊNDICE.....	154

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu a partir das observações nas turmas de Educação Infantil em algumas unidades da rede municipal de Educação de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Durante a minha trajetória profissional foi possível observar que os hábitos alimentares das crianças foram modificados ao longo de sua vida de acordo com a oferta alimentar do contexto em que está inserida. Diversos elementos influenciam na criação dos padrões alimentares em crianças, tais como valores culturais, percepção do corpo, necessidades fisiológicas e condições de saúde, gostos pessoais, interações sociais, condição financeira da família, disponibilidade de alimentos prontos ou semiprontos e o impacto da mídia, entre outros (Davi, 2016, p. 106).

Em conversas informais com educadores de uma escola do município, eles relataram ter a mesma percepção sobre os hábitos alimentares das crianças. Com isso, logo se delinea a importância do desenvolvimento de estratégias para difundir a educação alimentar no âmbito escolar. Neste estudo foi discutida a importância da educação em saúde na escola desde a Educação Infantil, como aborda a matriz curricular desta rede no eixo estruturador Saúde e é essencial que o tema saúde seja integrado de forma abrangente em todos os aspectos do currículo escolar, abordando alimentação equilibrada, ingestão adequada de líquidos, dentre outros (Duque de Caxias, 2022, p. 58).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz em um dos seus objetivos de aprendizagem para Educação Infantil adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene e alimentação, conforto e aparência (Brasil, 2018), isso refere-se à valorização de hábitos saudáveis para o desenvolvimento integral da criança. O Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi adotado como referência para promover estratégias que incentivem hábitos de vida saudáveis e contribuam para a manutenção da saúde.

Segundo Slovinski (2023, p. 280), a alimentação saudável desde a infância, é fundamental para usufruir de todas as fases da vida de maneira ativa, produtiva, longa e com saúde. A quantidade e a qualidade do que se come, também pode proteger ou contribuir para o surgimento de doenças crônicas como obesidade, pressão alta, diabetes e alguns tipos de câncer. O Guia Alimentar para a população brasileira ressalta que uma alimentação adequada e diversificada ajuda a prevenir

deficiências nutricionais e oferece proteção contra doenças infecciosas, por ser rica em nutrientes que fortalecem o sistema imunológico (Brasil, 2008, p. 42). A alimentação saudável contribui também para proteger contra as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) devido a três fatores, como indica o guia alimentar:

1. O consumo de uma diversidade de nutrientes que protegem e mantêm o funcionamento adequado do organismo;
2. A reduzida quantidade de gorduras saturadas, gorduras totais, açúcares, sal e álcool, componentes relacionados ao aumento de risco de DCNT;
3. a baixa concentração energética que previne o excesso de peso e a obesidade, que, por sua vez, aumentam o risco de outras doenças crônicas não-transmissíveis (Brasil, 2008, p.42).

O Ministério da Saúde (Brasil, 2014), instituiu a alimentação saudável como um direito básico do ser humano, que envolve em

Garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2014, p.9).

Pereira *et al.* (2017) ressaltaram que os padrões alimentares observados em crianças e adolescentes estão caracterizados por uma elevada ingestão de alimentos industrializados, como *fast food*, refrigerantes e doces, que são ricos em gorduras, sódio e açúcares refinados. Esses hábitos, combinados com um estilo de vida sedentário e longos períodos dedicados à televisão, computador e videogames, estão diretamente ligados à ocorrência de obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis, que vão desde a infância à vida adulta.

De acordo com Lima *et al.* (2021), o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados durante a primeira infância, combinado com a alta frequência de hábitos alimentares pouco saudáveis, como dietas com pouca diversidade de alimentos, frequentemente resulta em uma ingestão insuficiente de ferro e vitaminas.

Segundo o estudo “Conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família” realizado pós-pandemia, o consumo excessivo de tais alimentos ocorreu por diferentes causas, especialmente a fácil disponibilidade dos alimentos ultraprocessados, seu baixo custo, que contribuiu para o aumento do consumo de famílias em situação de insegurança alimentar e a praticidade de seu

consumo (Lima *et al.* 2021. p. 7). A preferência por alimentos ultraprocessados também está ligada ao *marketing* agressivo direcionado às famílias, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, com as embalagens chamativas e os sabores atraentes, os quais tornam esses produtos mais desejáveis, inclusive para crianças. Além disso, a falta de tempo e o ritmo acelerado da vida moderna fazem com que os responsáveis optem por refeições rápidas e práticas, em detrimento de alimentos frescos e mais saudáveis, que, geralmente, demandam maior tempo de preparo (Bastos e Alves , 2020).

Outro ponto importante é a desinformação sobre os impactos negativos desses alimentos na saúde. Muitas famílias, especialmente em contextos de baixa renda, não têm acesso adequado a orientações nutricionais ou à educação alimentar, o que agrava a adoção de hábitos alimentares inadequados. A combinação desses fatores contribui para a alta ingestão de alimentos ultraprocessados, com consequências na saúde infantil, como deficiências nutricionais e o risco de desenvolvimento de doenças crônicas (Melo *et al.*, 2019).

O consumo de alimentos ultraprocessados é bastante alto no Brasil, isso ocorre em todas as faixas etárias, incluindo a primeira infância que vai do nascimento até os seis anos de idade (Lima *et al.*, 2021, p. 4), e, com isso, observou-se o crescente aumento de DCNT. De acordo com a literatura moderna, as doenças crônicas não transmissíveis são causadoras de mais da metade do índice de mortalidade mundial, sendo um dos problemas centrais de saúde pública da atualidade (WHO, 2014).

É importante ressaltar que o momento da refeição escolar não pode ser visto como simplesmente momento de comer, Lima (2015) disse que “comer proporciona uma relação de intimidade com o ser humano, pois há o investimento psicossocial no processo de escolha dos alimentos”. De Souza Lima, Ferreira Neto e Pereira Faria, (2015) salientou que certos alimentos se revestem de forte carga simbólica, pois cada cultura tem uma determinada forma de se alimentar. Na verdade, a alimentação está entrelaçada em necessidades biológicas, condições sociais e de práticas culturais. Com isso, a educação alimentar deve ser abordada de forma integrada e transversal, envolvendo não apenas aulas teóricas, mas também atividades práticas, como visitas a hortas, preparação de refeições e degustação de alimentos saudáveis.

Nas escolas da rede municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ, a merenda escolar é servida por merendeiras, mas percebeu-se a resistência de muitas crianças para experimentar alguns alimentos como legumes, verduras, feijão, peixe e, até mesmo, algumas frutas. Diante disso, surgiu a pergunta de partida: **De que forma a promoção da autonomia na montagem do prato pode contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis em crianças da pré-escola?**

Nessa perspectiva, a pesquisa propôs investigar se a autonomia na alimentação escolar através do *autosserviço* poderia contribuir de forma efetiva no desenvolvimento de hábitos saudáveis dos escolares, bem como compreender o papel da Educação em Saúde no contexto da alimentação saudável no cotidiano das crianças participantes da pesquisa.

Apresentada a temática aqui, foi ressaltado que esta pesquisa buscou trazer contribuições que permitiram a reflexão crítica sobre o assunto no âmbito coletivo. **O objetivo geral é investigar de que forma a autonomia na montagem do prato pode favorecer o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis em crianças da pré-escola.** O desenvolvimento do Produto Educacional voltado ao autosserviço teve como propósito incentivar hábitos alimentares saudáveis, estimular a autonomia das crianças na escolha de alimentos e promover a consciência individual e coletiva sobre o desperdício alimentar, de modo a favorecer a integração dessas práticas ao cotidiano escolar e familiar.

A investigação apresenta como **objetivos específicos**:

- i. Apresentar, por meio de revisão bibliográfica, os principais conceitos e práticas relacionados à alimentação saudável na infância e a promoção da autonomia infantil;
- ii. Analisar, por meio de entrevistas, as experiências e estratégias de profissionais da educação e da nutrição que incentivam a autonomia alimentar das crianças;
- iii. Apresentar exemplos de práticas pedagógicas que envolvam a participação ativa das crianças na montagem do prato através do autosserviço;
- iv. Propor, com base nos dados obtidos, um produto educacional em formato de proposta pedagógica, com sugestões que favoreçam a autonomia das crianças na escolha dos alimentos através do autosserviço.

A fundamentação teórica referiu-se à alimentação saudável, salientando o papel da escola como um agente de apoio nesse processo fundamental para o fortalecimento de práticas alimentares apropriadas, por meio da inserção transversal da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar. Além disso, foi discutida a importância do Guia Alimentar para a População Brasileira, apontado como um instrumento acessível e de grande valor para orientar escolhas alimentares conscientes. A investigação incluiu ainda o contexto da transição nutricional, evidenciou o aumento das DCNT, com ênfase no sobrepeso e na obesidade, e apresentou estratégias voltadas à sua prevenção.

A partir das experiências vivenciadas pelas crianças ao longo da investigação buscou-se ampliar seus conhecimentos, esclarecer informações relevantes e compreender o contexto no qual estão inseridas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção foram abordados alguns teóricos que apresentam alguns apontamentos sobre a educação alimentar e nutricional (EAN) para a promoção da alimentação saudável nos anos iniciais da Educação Básica. A educação alimentar e nutricional baseia-se em procedimentos sistematizados que apresentam intenção na promoção de hábitos alimentares saudáveis e na valorização da alimentação e nutrição como referência essencial para a vida.

O estudo de Lima (2021) trouxe que na América Latina e no Caribe, estimou-se que, em 2020, 7,5% das crianças com menos de 5 anos, aproximadamente 4 milhões, estavam com sobrepeso, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial, esse percentual é superior à média global, que é de 5,7%. Infere-se que as principais causas do sobrepeso infantil estão relacionadas a mudanças no estilo de vida e nos hábitos alimentares, principalmente ao aumento do consumo de alimentos industrializados ricos em sódio, açúcares, gorduras, mas pobres em nutrientes e aliados à redução de atividade física.

No Brasil, a situação é semelhante, a parcela da população com sobrepeso e obesidade cresce a cada ano, enquanto persistem casos de desnutrição crônica, anemia e deficiência de vitamina A, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), a obesidade da população brasileira deu um salto de 60% em seu crescimento no período de 10 anos, entre jovens de 25 e 44 anos, tendo o seu índice aumentado de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016 (Brasil, 2018).

Esses altos índices estão diretamente ligados com o estilo de vida inadequados caracterizados pelo sedentarismo, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e os hábitos alimentares da população, que retrata uma alta ingestão de alimentos calóricos, sendo ricos em gorduras e açúcares (Pontes *et al.*, 2016; Zompero *et al.*, 2015). Nesse contexto, a educação ou a reeducação alimentar e nutricional é uma boa estratégia para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Para Bôto (2023), a pandemia de COVID-19, ao impor o isolamento social, causou profundas alterações no cotidiano das famílias, afetando diretamente o comportamento alimentar e os níveis de atividade física, especialmente entre as

crianças. A interrupção de rotinas, como a frequência escolar, onde muitas crianças tinham acesso a alimentação balanceada e espaços para a prática de atividade física, somada ao aumento do tempo em casa, resultou em maior exposição a alimentos ultraprocessados e ao sedentarismo. Esse contexto contribuiu para agravar os índices de sobrepeso e obesidade infantil.

Além disso, a crise econômica desencadeada pela pandemia intensificou a vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias, levando ao aumento da insegurança alimentar (Faustino; Castejon, 2021). Isso não significa apenas a falta de alimentos, mas também a dificuldade de acesso a alimentos nutritivos. A má qualidade das dietas, caracterizadas pelo consumo de alimentos baratos e pobres em nutrientes, somada à redução das práticas corporais, intensificou problemas como obesidade, sobrepeso, e, também a persistência de carências, como anemia e deficiência de vitamina A. Esse quadro revelou a fragilidade do sistema alimentar e a desigualdade de acesso a uma nutrição adequada, particularmente nas populações mais vulneráveis.

A obesidade infantil é amplamente reconhecida como um problema de saúde pública, com riscos consideravelmente elevados em famílias de baixa renda. Esse cenário é agravado pela exposição crescente das crianças a dietas baseadas em alimentos ultraprocessados, caracterizados por alta densidade energética e baixo teor nutricional, que contribuíram para o desequilíbrio energético e o aumento dos casos de obesidade (Jardim e De Souza, 2017).

De acordo com Carneiro *et al.* 2017, a falta de atividade física, o crescente consumo de alimentos industrializados e a diminuição da ingestão de frutas, vegetais e legumes são os principais fatores que contribuíram para o aumento de peso e obesidade durante a adolescência.

A EAN ensina às crianças e adolescentes a importância de escolher alimentos saudáveis, equilibrados e nutritivos. Elas aprendem sobre os diferentes grupos de alimentos e nutrientes essenciais e como montar refeições equilibradas. Corroborando com este pensamento, Oliveira; Sampaio; Costa (2014) disse que a educação alimentar e nutricional voltada para crianças tem como objetivo incentivar atitudes positivas e a adoção de hábitos saudáveis em relação à alimentação, além de promover a valorização de uma dieta equilibrada e o entendimento da relação entre a alimentação e a saúde.

Ao ensinar sobre alimentação saudável, a EAN ajuda a prevenir doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e deficiências nutricionais.

Nesse contexto foi recordado o percurso da Educação Infantil no município, em que iniciou com um viés assistencialista, mas que no decorrer da história a criança tornou-se sujeito de direitos em que aprendem a fazer escolhas alimentares conscientes e a evitar alimentos prejudiciais em excesso.

2.1 Histórico da Educação Infantil em Duque de Caxias/RJ

A realidade da Educação Infantil no município de Duque de Caxias reflete as mudanças e conquistas históricas desta área em nível nacional. A década de 1970, de grande relevância, foi marcada pelo processo de urbanização, industrialização e crescimento econômico do país.

De acordo com Paschoal e Machado (2012), a participação da mulher no mercado de trabalho aumentava consideravelmente, e, ao mesmo tempo, os movimentos sociais pressionavam por um atendimento de qualidade para os filhos de mulheres trabalhadoras. Nesse cenário, surgiram tanto creches populares com apoio governamental quanto escolas voltadas para crianças de quatro a seis anos.

O discurso e as práticas educacionais da época estavam centrados na criança pobre, filha de mães trabalhadoras, vista como um ser com carências. O atendimento era voltado para suprir suas necessidades, com uma perspectiva educacional que buscava compensar deficiências culturais, linguísticas e afetivas.

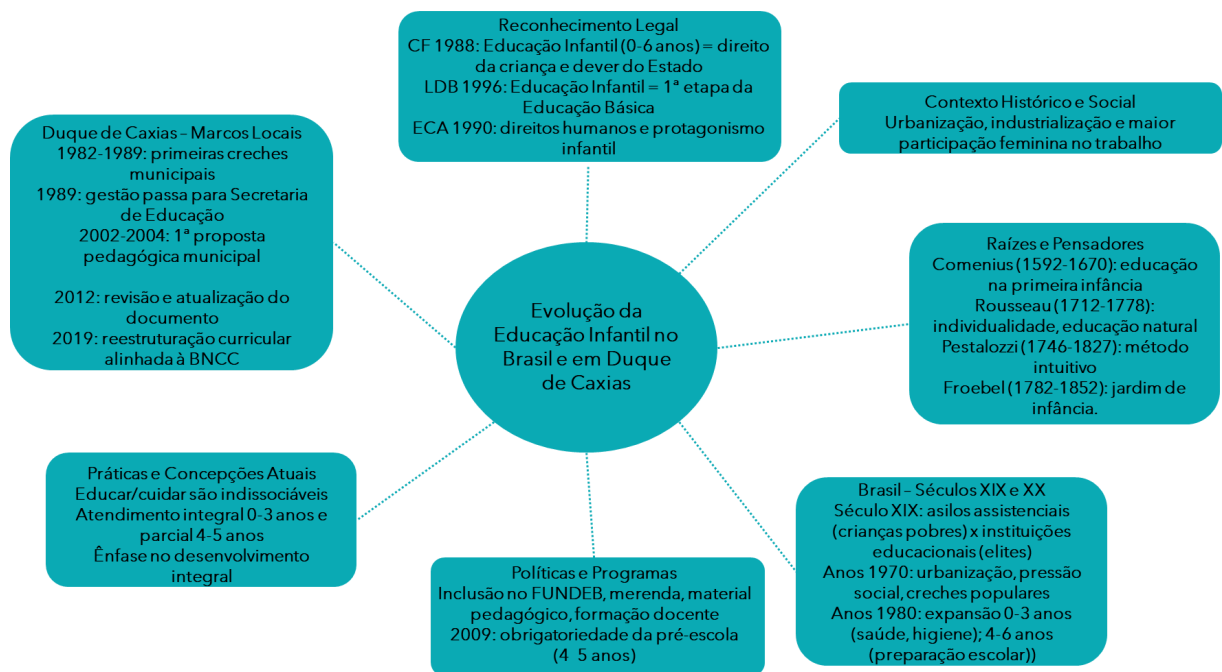
Na década de 1980, houve uma grande expansão na Educação Infantil voltada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos. No entanto, para essa faixa etária, o foco da educação estava principalmente na proteção e prevenção, com ênfase nos cuidados relacionados à saúde, higiene e alimentação. Para as crianças de 4 a 6 anos, a educação era vista como uma preparação para o ingresso no Ensino Fundamental (Duque de Caxias, 2022).

Entre 1982 e 1989, foram criadas as primeiras creches pertencentes ao município de Duque de Caxias, totalizando quatro, e essas eram gerenciadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. As creches foram criadas com o objetivo de atender às crianças carentes de 2 a 6 anos de idade, cujos pais possuíam baixa renda e necessidade de trabalhar. Tais instituições tinham como objetivos a valorização dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias tem 40 unidades de atendimento educacional à faixa etária de 1 a 3 anos de idade. Dessas, 7 unidades são Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC), que além do atendimento educacional, acompanham o desenvolvimento de crianças em risco nutricional. O atendimento à faixa etária de 4 e 5 anos é realizado em 26 das 40 unidades de creche e em 126 escolas do Ensino Fundamental.

Das discussões sobre a Educação Infantil no município de Duque de Caxias, nasceu a necessidade de formular uma proposta pedagógica e com ela, um grande sonho: disponibilizar conhecimentos norteadores e alternativas práticas para a compreensão de saberes e fazeres sobre a educação em creches e pré-escolas (Duque de Caxias, 2022). Na Figura 1 apresenta-se um panorama desse caminho:

Figura 1. Evolução da Educação Infantil em Duque de Caxias e no Brasil.



Fonte. Autora, 2025.

O primeiro documento foi elaborado entre 2002 e 2004, em um esforço conjunto dos profissionais da Educação Infantil. Não se tratava de um modelo rígido a ser seguido ou de um conjunto de regras, mas, sim, de uma organização de ideias que embasam as práticas diárias nas unidades de Educação Infantil. Esse documento deveria ser constantemente analisado, passível de revisões e atualizações, conforme necessário.

Diante disso, em 2012, a proposta foi retomada, dando início a um novo processo de reflexão acerca dos fundamentos teóricos e das práticas da Educação Infantil. Essa releitura possibilitou a incorporação de novas concepções e a revisão de conceitos essenciais, orientados pela compreensão de que educar e cuidar, constituem dimensões indissociáveis no trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos (Duque de Caxias, 2022).

Em 2019, a Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deu início a um processo denominado Reestruturação Curricular, com a participação dos profissionais de todas as unidades escolares. Esse movimento envolveu uma série de reuniões, formações, *lives* e grupos de estudos nas escolas, com o objetivo de examinar e avaliar as propostas curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em vigor. A partir das reflexões da Rede sobre os documentos analisados, os Grupos de Trabalho elaboraram os primeiros esboços de uma nova proposta curricular.

Norato; Paranhos; Guimarães, (2022) discorreram sobre a importância da abordagem da História e Filosofia das Ciências (HFC) para a compreensão do método científico sem se limitar ao conhecimento em Ciências. Ela permite articular esse entendimento ao conhecimento sobre as Ciências, favorecendo o processo de aprendizagem mais significativo. Nesse sentido, a reformulação da proposta curricular dessa rede se fez necessária para alinhar com propostas inovadoras.

Com as contribuições dos educadores do município, desenvolveu-se a estrutura desta proposta em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo objetivo é assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, articulando-os com os diferentes campos de experiência. A proposta fundamenta-se em práticas pedagógicas que orientam o planejamento por meio de projetos de trabalho desenvolvidos nas instituições voltadas à Educação Infantil.

O atendimento a crianças de zero a três anos em creches em período integral, e a crianças de quatro e cinco anos em escolas em horário parcial, é algo recente no Brasil. Esse atendimento foi reconhecido como um direito das crianças de zero a seis anos e uma obrigação do Estado a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Cortez, 2020).

A ampliação da Educação Infantil, com o atendimento às crianças em instituições de ensino, especialmente as públicas, é fruto de um longo processo de lutas no Brasil. Esses embates não foram impulsionados apenas pelas mudanças na

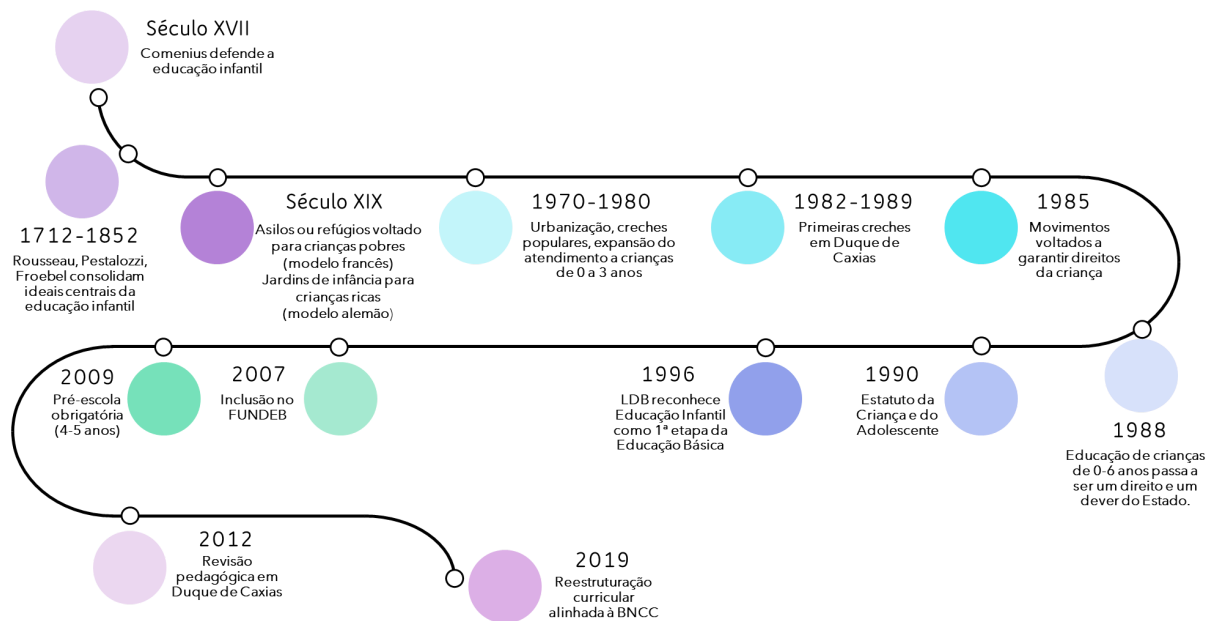
sociedade contemporânea, o aumento da urbanização e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também pelo reconhecimento da relevância das experiências vividas na infância para o desenvolvimento humano.

A origem das creches está intimamente ligada a fatores históricos e sociais, como a escravidão, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e iniciativas filantrópicas e sanitárias. De acordo com Kuhlmann Jr. (2000), “a luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla”. Inicialmente, essas instituições surgiram como um espaço voltado ao cuidado de filhos de trabalhadoras, muitas vezes em situações precárias, com foco na proteção das crianças enquanto suas mães exerciam atividades laborais. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido nas creches foi amplamente influenciado pela medicina e pelas práticas assistenciais, enfatizando cuidados como higiene, alimentação e a saúde física das crianças, que se tornaram as principais formas de cuidar e educar pelas instituições da época.

O conceito de infância, no entanto, passou por uma longa trajetória de construção histórica. Desde o século XVII, pensadores e pesquisadores de diferentes áreas do saber contribuíram para o desenvolvimento da ideia de infância e das instituições criadas para atendê-la. Campos como a educação, psicologia, antropologia, saúde e nutrição foram fundamentais para moldar a compreensão atual sobre a importância das experiências infantis para o desenvolvimento humano (Cortez, 2020).

Leite, (2011) apud Cortez, (2020), disse que Comenius acreditava que a formação do ser humano é muito mais apropriada na primeira infância, sendo a fase ideal para tal desenvolvimento. Rousseau (1712 - 1778), com sua abordagem naturalista, defendia que crianças pequenas (de um a cinco anos) deveriam ser afastadas da influência dos pais e educadas por tutores. Em sua obra *O Emílio ou Da Educação*, ele destacou a importância da individualidade humana, que já se manifesta nos primeiros anos de vida. Embora Pestalozzi (1746 - 1827) não tenha focado especificamente no atendimento educacional de crianças em idade pré-escolar, ele desenvolveu o "método intuitivo de ensino" (Luzuriaga, 1959), que foi, posteriormente, adaptado pelo educador alemão Friedrich Froebel, seu discípulo, para atender às necessidades das crianças pequenas (Cortez, 2020), podem ser observadas essas evoluções na Figura 2:

Figura 2: Evolução da Educação Infantil



Autora, 2025.

Segundo Leite, 2011 apud Cortez 2020, em 1840 surgiu uma instituição criada por Froebel (1782-1852), cuja proposta pedagógica aspirava à educação integral da infância e defendia um currículo centrado na criança, o chamado "jardim de infância" e tinha como objetivo "cultivar as plantas, que são as almas das crianças". A proposta de Froebel foi considerada o projeto educacional mais significativo na história da educação infantil, trazendo uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo da criança, por meio de atividades lúdicas, movimentos e autoexpressão. O jogo e a cooperação tornaram-se elementos centrais das práticas pedagógicas desse modelo de instituição, que se espalhou amplamente pela Europa a partir de 1870.

No Brasil, o surgimento de instituições voltadas ao atendimento infantil seguiu um caminho semelhante ao europeu, com a predominância de um modelo assistencial e outro educacional. O critério determinante para definir o tipo de instituição em que a criança seria atendida era a classe social. No século XIX, haviam asilos ou refúgios inspirados na concepção assistencial francesa, voltados para o atendimento de crianças pobres, enquanto as instituições com foco educacional, influenciadas pela concepção alemã eram destinadas às crianças das classes mais abastadas (Cortez, 2020; Duque de Caxias, 2022).

A inclusão das camadas populares no sistema educacional marcou uma nova fase da Educação Infantil. O insucesso escolar entre as crianças dessas classes resultou na criação de pré-escolas com enfoque compensatório, Kramer (1995, p. 24), destacou que o discurso do poder público em favor do atendimento às crianças das classes menos favorecidas é baseado em uma concepção específica de infância.

Essa visão reconheceu essa fase da vida de maneira padronizada e homogênea,

Crianças de classes sociais dominadas (economicamente desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa renda) são consideradas como “carentes”, “deficientes”, “inferiores” na medida em que não correspondem a um padrão estabelecido. Faltariam a estas crianças, “privadas culturalmente”, determinados atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser inculcados. A fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolares ou as do meio sociocultural em que vivem as crianças, são propostos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório (Kramer, 1995, p. 25).

Por essa razão, e com o objetivo de corrigir as deficiências relacionadas à saúde, nutrição e ao desempenho escolar, são oferecidas diversas propostas para compensar essas carências. Sob essa ótica, a pré-escola, conforme aponta a autora, teria o papel de impulsionar a mudança social, ao promover a democratização das oportunidades educacionais.

O ano de 1985 marcou o início de uma nova fase na história da Educação Infantil no Brasil. Com o fim da ditadura militar (1964-1984) e a eleição indireta de um novo governo, começaram os movimentos para a criação de uma nova Constituição Federal. No campo da infância, 47 organizações sociais apresentaram suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte, buscando garantir às crianças os direitos que haviam sido negados por muito tempo.

Em 1986, foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte (CNCC), composta por representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Cultura, Trabalho e Planejamento, além de diversas organizações sociais, tais como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar/Brasil (OMEP), Pastoral da Criança, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua

(MNMMR) e Frente Nacional dos Direitos da Criança (FNDC) (Corsino; Nunes, 2012 *apud* Cortez, 2020).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação para crianças de 0 a 6 anos, anteriormente centrada em uma abordagem assistencialista, passou a ser reconhecida como um direito da criança e um dever do Estado, com ênfase na perspectiva educacional. A partir de então, tornou-se responsabilidade dos municípios oferecer creches e pré-escolas, atendendo às necessidades das famílias.

Devido às alterações introduzidas pelo artigo 227º da Constituição Federal, as creches municipais de Duque de Caxias, que anteriormente eram administradas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, passaram a ser supervisionadas pela Secretaria Municipal de Saúde em 1989. Em maio do mesmo ano, a gestão dessas creches foi transferida para a Secretaria Municipal de Educação.

Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069/90), que regulamentou o artigo 227 da Constituição, inserindo as crianças no âmbito dos direitos humanos. Conforme o artigo 3º do Estatuto devem ser garantidos à criança e ao adolescente os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes o acesso às oportunidades de “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”, necessárias para seu pleno desenvolvimento (Brasil, 1994a).

O Estatuto da Criança e do Adolescente inseriu crianças e adolescentes no campo dos direitos humanos, estabelecendo um sistema de criação e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância. O objetivo era evitar abusos, desvio de recursos e violações dos direitos infantis. Além disso, o ECA serviu como base para uma nova perspectiva sobre a infância, reconhecendo a criança como um sujeito de direitos: direito ao afeto, ao brincar, ao desejar, ao recusar, ao aprender e ao sonhar. Isso significa que as crianças são protagonistas de seu próprio desenvolvimento (Ferreira, 2000).

No ano de 1996, destacou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que ao abordar a estrutura dos níveis escolares, incorporou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei estabeleceu que a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da

criança até os seis anos de idade, complementando o papel da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Assim, observou-se um grande avanço em relação aos direitos da criança pequena, já que a educação infantil, além de ser reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, é um direito da criança. Seu objetivo foi proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento integral, abrangendo o bem-estar infantil em aspectos físicos, motores, emocionais, sociais, intelectuais e na ampliação de suas vivências.

O reconhecimento da Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica possibilitou sua inserção no debate sobre políticas educacionais. Por meio de diversas ações de mobilização, creches e pré-escolas foram incluídas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), além de se beneficiarem de programas voltados para material pedagógico, livros de literatura, transporte escolar, merenda, construção e reforma de instalações físicas, formação de professores, entre outros.

2.2 Educação em saúde na escola: caminhos para uma vida saudável

Iniciou-se com uma breve contextualização da educação em saúde para compreender por que esse tema se faz importante no ambiente escolar. A princípio concebida com o cunho higienista, a saúde na escola desempenhou um importante papel, principalmente em uma época em que o país passou por grandes epidemias, doenças infecto contagiosas, dentre doenças causadas por falta de saneamento básico. Schall e Struchiner (1999), afirmaram que a Educação em Saúde é um campo multidimensional, no qual se encontram várias perspectivas das áreas da educação e da saúde, refletindo diferentes visões de mundo, influenciadas por diversas posições políticas e filosóficas sobre o ser humano e a sociedade.

A história da educação em saúde no Brasil começou com uma abordagem higienista e controladora, evoluindo para um modelo mais participativo e inclusivo ao longo dos anos. Hoje, a educação em saúde é vista como um processo de promoção da saúde, focado em empoderar os indivíduos e as comunidades, promovendo o autocuidado e uma visão ampla de saúde que vai além da simples prevenção de doenças.

Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi constituído pelo governo federal com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes

por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento das crianças e jovens da rede pública de ensino (Brasil, 2007).

A educação em saúde passou a ser obrigatória nas escolas com a promulgação da Lei 5.692/71, que aborda o tema em seu artigo 7º. O objetivo dessa lei era incentivar, nesse contexto, o conhecimento e a prática de noções básicas de saúde e higiene. Segundo Silva, (2016), no ano de 1977 o Conselho Federal de Educação enfatizou que os Programas de saúde não deveriam ser tratados como uma disciplina isolada, mas como um elemento essencial do processo formativo da escola. Dessa forma, tais programas devem ser integrados aos diversos componentes curriculares, com destaque em áreas como Ciências, Estudos Sociais e Educação Física. A educação em saúde nas escolas visa promover o desenvolvimento das crianças com base em suas necessidades e desafios, considerando os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

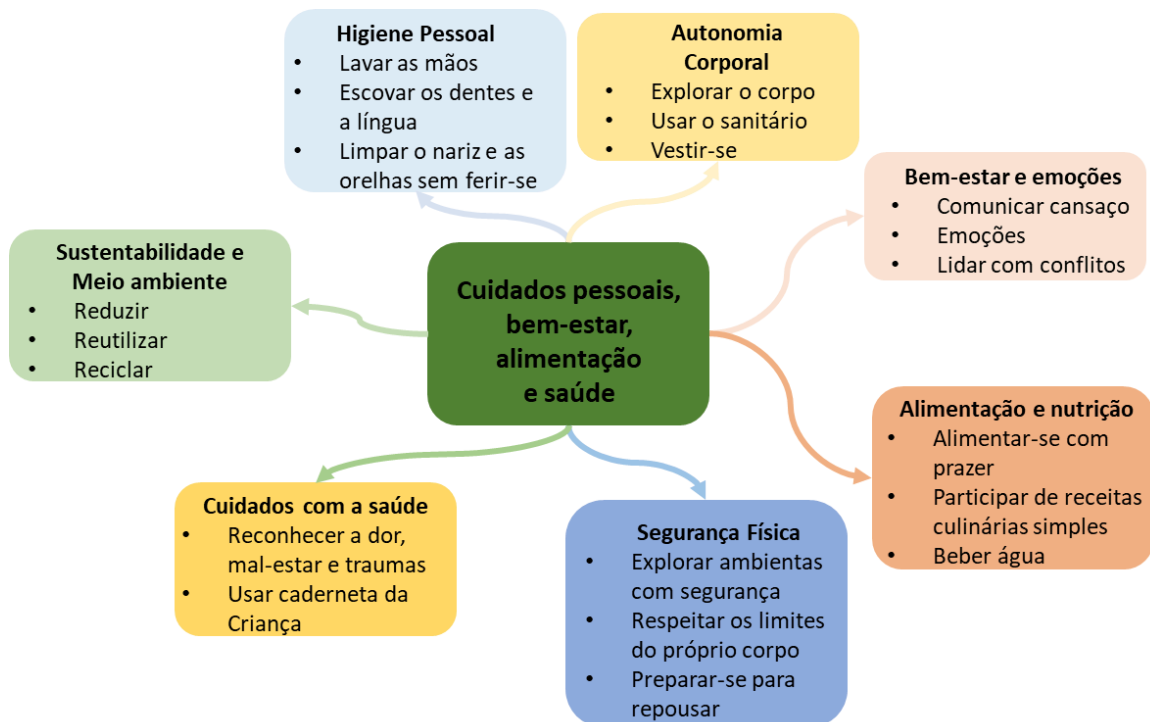
Segundo Moreira, Martins e Saboga-Nunes (2019) uma parte considerável da infância ocorre no ambiente escolar, que é ideal para a promoção da saúde. Por isso, têm sido implementadas ações intersetoriais que criam parcerias entre os setores de saúde e educação, como o Programa Saúde na Escola. No Brasil, em algumas situações, há colaboração com Unidades Básicas de Saúde, cujos profissionais realizam, ocasionalmente, atividades de educação em saúde com as crianças. Essas atividades, geralmente, são palestras de prevenção de doenças com a apresentação de vídeos, histórias, materiais ilustrativos ou, até mesmo, profissionais que ensinam a correta escovação dos dentes e fazem a aplicação de flúor.

As crianças desde cedo experienciam o cuidado com a saúde, através das consultas mensais com o pediatra que realiza o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento, das vacinas que precisam tomar para prevenir doenças, bem como pelo monitoramento feito pelos agentes da saúde da família.

Durante os primeiros anos de vida, as crianças têm seu corpo pesado e medido pelo médico ou pela enfermeira, que as acompanham na Unidade Básica de Saúde (UBS) ou no consultório, e os dados são registrados e assinalados em gráficos na sua presença na Caderneta da Criança (Maranhão, 2023, p. 440).

Ainda segundo a autora esse documento, a caderneta de vacinação, é solicitada no ato da matrícula da criança com a finalidade de se conhecer e acompanhar o estado de saúde, bem como a imunização de cada uma. Percebeu-se que a educação em saúde está presente em muitos momentos na escola. Portanto, essa articulação em creches e pré-escolas se faz cada vez mais importante, diante dessa relevância Maranhão (2023), destaca o que as crianças podem aprender em creches e pré-escolas sobre saúde (Figura 3):

Figura 3. Aprendizagens de saúde na pré-escola.



Fonte. Inspirado em Maranhão (2023, p. 49)

Percebe-se que, no desenvolvimento infantil, o envolvimento com o cuidado de si, dos outros e do ambiente é uma prática que transcende o cuidado em si, envolvendo também processos de observação e aprendizado natural. A seguir, foi apresentada uma revisão bibliográfica que abordou textos referentes à faixa etária de zero a cinco anos, contemplando diversos aspectos, como as políticas públicas voltadas para a educação infantil, os processos de formação da infância e sua educação, além do atendimento infantil no que diz respeito à alimentação.

2.3 Educação alimentar na infância

Uma alimentação balanceada é importante em qualquer fase da vida para garantir o bem-estar. No entanto, na infância, o consumo de legumes, frutas, verduras, grãos e proteínas são responsáveis por garantir o desenvolvimento físico e mental, bem como contribuem no controle de peso. Os primeiros anos de vida da criança são essenciais para o desenvolvimento de hábitos, uma vez que estão aprendendo sobre os alimentos, sabor, gosto, suas texturas, cores, podendo assim, adquirir hábitos saudáveis que serão importantes ao longo da vida.

Na pré-escola, a rotina de alimentação da criança possibilita diversas oportunidades de aprendizagens, pois é quando começa a alimentar-se sozinha, construindo noções de autonomia em relação ao manuseio dos talheres, a escolha dos alimentos, demonstrando suas preferências, ajuste da quantidade do alimento, a sensação de saciedade e fome.

As experiências de ser alimentado pelo outro, de tocar a comida e até de lambuzar-se, de aprender a manejar os talheres, as explorações sobre e com os alimentos, são fundamentais para a construção da autonomia, de conceitos, gostos e valores. Sendo essa uma prática não apenas pedagógica, mas de formação de sujeito (Veríssimo *et al.*, 2017, p. 635).

Maranhão (2023) salientou que as refeições, conforme organizadas na instituição de Educação Infantil, proporcionam oportunidades para vivenciar rituais e aprender regras sociais que promovem a convivência, a participação, a comunicação e o autoconhecimento. Esses momentos também contribuem para o desenvolvimento de habilidades, como servir-se, compor o próprio prato, utilizar talheres e outros utensílios adequadamente, além de apreciar a disposição estética da mesa.

As ações de educação alimentar e nutricional são de responsabilidade do ente público educacional, através da ação organizada dos profissionais de educação, nutricionistas e de outros profissionais técnicos. O processo de ensino e aprendizagem, percorre o currículo de forma transversal ao abordar o tema alimentação e nutrição e visa desenvolver hábitos e saberes que propiciem meios de vida favoráveis à saúde, com vista a segurança alimentar (Brasil, 2023).

Desde cedo, as crianças se envolvem em diversas práticas de cuidado, seja com elas mesmas, com os outros ou com o ambiente, participando de situações que

promovam o contato com conceitos básicos de ciência e matemática. Em atividades cotidianas, como medir ingredientes em uma receita ou observar a transformação de materiais, elas exercitam a compreensão de noções de medida e observam transformações químicas e físicas. Além disso, ao utilizarem ferramentas e objetos, elas exploram sua funcionalidade, exercitando habilidades práticas que fortalecem seu entendimento do mundo ao redor.

2.4 Avanços da Política Pública na Alimentação Infantil

As políticas públicas em relação à alimentação infantil têm apresentado avanços significativos, temos como exemplo o PNAE que em consonância com seus princípios estruturantes, tem avançado significativamente na consolidação do direito à alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Mais do que garantir a oferta de alimentos com base em recomendações nutricionais mínimas, o programa promove uma concepção ampliada de alimentação, que considera aspectos culturais, sociais, afetivos e educativos. Dessa forma, o PNAE incentiva práticas que vão além da composição nutricional dos alimentos, reconhecendo a alimentação escolar como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

A alimentação está envolvida em uma complexa rede de questões sociais, políticas, econômicas e financeiras. Nesse contexto, é incontestável que a população em situação de maior vulnerabilidade social enfrenta muitos desafios para ter acesso regular a alimentos nutritivos e saudáveis. No entanto, algumas iniciativas foram desenvolvidas para promover a reflexão sobre hábitos alimentares mais saudáveis e acessíveis. Um exemplo importante é o Guia Alimentar para a População Brasileira, que orienta e apoia a formulação de políticas públicas, programas e ações voltadas à garantia do direito à alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014), tem-se ainda o Guia Prático da Alimentação da Criança de 0 a 5 anos, Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir, o Guia alimentar para crianças menores de 2 anos, dentre outras ações voltadas ao desenvolvimento de hábitos alimentares em crianças de 0 a 5 anos. Além dos guias de alimentação, vale ressaltar a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão oficial de fiscalização da alimentação escolar, que tem entre as suas atribuições monitorar a qualidade nutricional dos alimentos

fornecidos nas escolas, a fim de atender os requisitos mínimos estabelecidos em termos de valor nutricional e segurança alimentar (Zenke *et al.*, 2024).

Ainda se percebeu que a desigualdade socioeconômica é um fator preocupante no acesso à alimentação, e que as comunidades marginalizadas frequentemente residem em áreas com menor acesso a mercados, que oferecem alimentos frescos e nutritivos. Com isso, as escolhas alimentares que, geralmente, são influenciadas por tradições culturais, podem ser limitadas pelas condições econômicas. A falta de recursos financeiros pode ser um dos fatores que força as pessoas a dependerem de alimentos processados e menos nutritivos.

Governos podem influenciar significativamente o acesso à alimentação através de políticas públicas como programas de segurança alimentar, subsídios para agricultura e regulamentações sobre a qualidade dos alimentos são exemplos de como estas podem impactar a disponibilidade de alimentos nutritivos. Segundo Gallicchio (2023):

As estratégias para garantir a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) não podem se restringir ao objetivo de produção de calorias ou quantidade suficiente de alimentos, mas precisam considerar também a qualidade nutricional desse alimento (Gallicchio, 2023, p.28).

O tema da pesquisa está diretamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca acabar com a fome, garantir a segurança alimentar e melhorar a nutrição. A meta 2.1, destaca a importância de assegurar que todas as pessoas, principalmente as mais vulneráveis, incluindo crianças, tenham acesso contínuo a alimentos seguros e nutritivos.

No entanto, políticas inadequadas podem comprometer esse direito, perpetuando a insegurança alimentar, trazer impactos negativos à saúde e o desenvolvimento da população. Desse modo, é imprescindível a implementação de estratégias eficazes que promovam a agricultura sustentável e garantam a distribuição igualitária de alimentos, a fim de contribuir para a erradicação da fome até 2030.

O acesso à alimentação adequada é um direito humano básico, entretanto, a insegurança alimentar afeta a saúde e o desenvolvimento das populações mais vulneráveis. É notório que famílias de baixa renda têm um poder de compra reduzido, o que limita a capacidade de adquirir alimentos de qualidade, essa

escassez muitas vezes, leva a uma dependência maior de alimentos baratos e menos nutritivos.

A insegurança alimentar é mais prevalente entre as populações pobres, que enfrentam dificuldades constantes para garantir uma alimentação nutritiva.

Os desafios e dificuldades de acesso encontrados pela população mais pobre acarreta algumas consequências, paradoxalmente, a desnutrição e a obesidade podem coexistir na mesma população, pois a falta de acesso a alimentos nutritivos pode levar à desnutrição, enquanto a dependência de alimentos baratos e altamente calóricos pode resultar em obesidade e problemas de saúde relacionados, como diabetes e doenças cardiovasculares.

Outro fator importante é que a má nutrição tem consequências de longo prazo na saúde, afetando o desenvolvimento infantil, o desempenho escolar, a produtividade no trabalho e a qualidade de vida em geral (Brasil, 2023). De fato, a falta de acesso a uma alimentação adequada perpetua o ciclo de pobreza, uma vez que a saúde debilitada e a baixa produtividade limitam as oportunidades de ascensão social e econômica. Por isso, a importância do desenvolvimento de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais.

O avanço de políticas públicas para diminuir a desigualdade econômica da população começou a surgir a partir da década 1940 com a implementação do salário-mínimo que tinha como objetivo assegurar que os trabalhadores conseguissem atender às suas necessidades básicas e de sua família com alimentação, saúde, educação, lazer, higiene, vestuário e moradia (Brasil, 1988). Em face da não garantia de todos esses direitos, ainda no mesmo ano foi criado o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), que visava além de baratear o preço dos alimentos, a construção de restaurantes para trabalhadores, o fornecimento de alimentação pelas empresas em seus refeitórios, e ainda preparar profissionais para atuar na promoção da educação alimentar (Cortez, 2020).

Em 1945, o governo federal instituiu a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) como resposta às preocupações com a saúde pública e a nutrição da população. Essa iniciativa representou um marco fundamental no desenvolvimento de políticas de alimentação no Brasil. Mais tarde, em 1952, a CNA estabeleceu o Plano Nacional de Alimentação (PNA), que esboçou uma série de objetivos prioritários para abordar questões essenciais relacionadas à nutrição dos cidadãos. Entre esses objetivos, ressaltou a atenção à nutrição materno-infantil, reconhecendo

a importância de uma dieta adequada durante os estágios iniciais da vida para o desenvolvimento adequado e saudável das crianças.

O Plano Nacional de Alimentação incluiu a criação do programa da Merenda Escolar, testificando o papel essencial da alimentação adequada na promoção da saúde e no desenvolvimento cognitivo dos alunos. A concretização desse programa visava garantir que crianças em idade escolar tivessem acesso a refeições nutritivas durante o período escolar, com intuito de reduzir a desnutrição e melhorar o acesso à educação de qualidade.

Outra finalidade importante do Plano Nacional de Alimentação foi a assistência ao trabalhador, reforçando que a saúde e o bem-estar dos trabalhadores são cruciais para o desenvolvimento econômico e social do país. Com auxílio de políticas direcionadas, o plano buscava garantir que os trabalhadores tivessem acesso à alimentação adequada e nutritiva, concorrendo para sua saúde e produtividade no trabalho.

O estabelecimento do Plano Nacional de Alimentação em 1952 representou um compromisso significativo do governo federal em abordar questões de saúde pública e nutrição, com foco na nutrição materno-infantil, na implementação da Merenda Escolar e na assistência ao trabalhador. Essas iniciativas foram passos importantes na promoção da alimentação saudável e na melhoria da qualidade de vida da população. Na época, a desnutrição era o maior problema de saúde pública do país (Cortez, 2020).

Com o passar do tempo foi percebido que a iniciativa que apresentou algum resultado tinha sido a instituição da merenda escolar, e em 1972 a CNA foi extinta. Ainda no mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e depois deu lugar ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que objetivava corrigir problemas de alimentação e nutrição no Brasil. O Ministério da Educação avaliou que as propostas implementadas pelo INAN contribuíram para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição. Porém, a falta de compromisso do poder público com as causas sociais, fizeram com que não houvesse continuidade das ações, o que acarretou a extinção do PRONAN (Cortez, 2020).

Em dezembro de 2005, foi instituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (COMSEA), Lei nº 1.928 de 19/12/2005, com poder de decisão equitativo, dentro da Secretaria Municipal de Ação Social e

Trabalho, como um fórum de diálogo entre o Governo Municipal e a Sociedade Civil para estabelecer orientações para políticas e iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Ao COMSEA compete facilitar uma comunicação constante entre o Governo Municipal e as entidades sociais envolvidas, com a finalidade de sugerir e monitorar políticas públicas, além de estabelecer orientações e prioridades para assegurar o direito humano à alimentação. Os propósitos do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) são:

- I. propor diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;
- II. apresentar projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Governo;
- III. mobilizar a Sociedade Civil Organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV. realizar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- V. organizar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, anualmente (Duque de Caxias - COMSEA, 2005).

É da responsabilidade do Governo Municipal designar seus representantes, abrangendo as Secretarias relacionadas ao tema da segurança alimentar, com as vagas distribuídas da seguinte forma: Coordenação de Nutrição Escolar; Área Técnica de Alimentação e Nutrição; Vigilância Sanitária; Ação Social; Agricultura; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico; e Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Em 13 de dezembro de 2022 foi aprovado o segundo Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do município de Duque de Caxias (PLAMSANS), Lei nº 3.294 para o quadriênio 2022-2025. De acordo com a ODS 2 os pilares do PLAMSANS são a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Produção, Abastecimento e Acesso a Água, Alimentos Saudáveis, o Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Geração de Renda (Duque de Caxias, 2022).

A implementação do PLAMSANS e o alcance de suas metas serão monitorados de forma contínua e avaliados periodicamente pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS) e pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (CAISAN-DC), em colaboração com o Conselho de Segurança Alimentar e

Nutricional de Duque de Caxias (CONSEA-DC) e outros conselhos relevantes. As políticas públicas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional visam atender o plano nacional de alimentação e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Duque de Caxias, 2022).

2.5 Alimentação Escolar no Âmbito do PNAE e a Educação Infantil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado na década de 1950, com intuito de promover o crescimento e desenvolvimento integral dos estudantes, melhorando sua aprendizagem, desempenho acadêmico e incentivando hábitos alimentares saudáveis. Isso é realizado por meio de atividades de educação nutricional e alimentar, além da oferta de refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período escolar (Brasil, 2009).

A instituição escolar faz parte da rede de apoio social para crianças e adolescentes, fornecendo oportunidades educacionais e formativas que promovem a aprendizagem e o cultivo de hábitos de vida saudáveis entre os alunos. As escolas têm a responsabilidade de serem locais que promovam a saúde, o bem-estar e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, influenciando na criação de hábitos saudáveis e no desenvolvimento de habilidades para promover o bem-estar pessoal e comunitário (Brasil, 2009).

O PNAE apresenta um importante papel na promoção da saúde das crianças e adolescentes brasileiros. Criado com intuito de fornecer alimentação adequada e saudável para alunos da rede pública de ensino, o programa ao fornecer refeições nutritivas, contribui para o desenvolvimento biopsicossocial, favorecendo a aprendizagem e o rendimento escolar, ou seja, para o avanço de forma integral.

A Educação Infantil, que é a fase inicial da Educação Básica, tem como objetivo promover o desenvolvimento completo das crianças em seus aspectos físico, emocional, intelectual e social, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 (Brasil, 2006).

A LDB enfatiza que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches (para crianças de zero a três anos) e pré-escolas (para crianças de quatro a seis anos), com um currículo que respeite as características e necessidades de cada faixa etária.

A abordagem pedagógica deve ser centrada na criança, promovendo atividades que integrem os aspectos lúdico e educativo, de maneira a favorecer uma aprendizagem significativa e contextualizada. Além disso, a Educação Infantil deve estar atenta à diversidade cultural e individual das crianças, garantindo a inclusão e o respeito às diferenças. O envolvimento das famílias e da comunidade é também um fator essencial para o sucesso dessa etapa educativa, pois fortalece os vínculos afetivos e a cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo.

Em suma, a Educação Infantil é um alicerce fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças, preparando-as para as próximas etapas da vida escolar e para o exercício da cidadania. Ela promove não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e físicas que são essenciais para a formação de indivíduos completos e preparados para os desafios futuros. Tendo em vista que a pré-escola é um momento em que a criança está apta a desenvolver diferentes habilidades, a pesquisa sobre o desenvolvimento de hábitos saudáveis se dedicará a essa etapa da educação infantil.

Sabe-se que uma alimentação balanceada é essencial em qualquer fase da vida para garantir o bem-estar. No entanto, na infância, o consumo de legumes, frutas, verduras e grãos são responsáveis por garantir o desenvolvimento físico e mental, bem como contribuem no controle de peso. O percentual de casos de crianças e adolescentes com excesso de peso e obesidade vem crescendo no Brasil. Em 2019, segundo dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde, 7% das crianças menores de 5 anos e 13,25% das crianças de 5 a 9 anos, acompanhadas na atenção primária, foram diagnosticadas com obesidade.

A obesidade já é considerada como uma epidemia, muitas crianças estão desencadeando problemas como pressão alta e diabetes. Esse tema tem se destacado em diferentes áreas do conhecimento, saúde e educação, os quais desempenham um papel fundamental nesse sentido e vem buscando estratégias para minimizar os avanços dessa problemática na vida das crianças e, conseqüentemente, na vida de jovens e adultos.

No filme “Muito Além do Peso” (2013), foi destacado que a nutrição e suas condições no começo da vida determinam se você terá ou não o risco maior de desenvolver doenças. Especialistas no assunto como endocrinologistas e

nutricionistas disseram que os jovens estão apresentando mais diabetes mellitus tipo 2 e alertam que a atual geração pode viver menos do que seus pais.

O documentário ‘Geração *Junk Food*’ (2022) foi salientado que a mudança de hábitos alimentares da população nas últimas décadas tem influenciado no aumento da obesidade, esteatose hepática, resistência à insulina e doenças crônicas tanto em adultos quanto em crianças. Observa-se cada vez mais nas prateleiras de supermercados alimentos viciantes, com realçadores de sabor e com embalagens chamativas para que o consumo seja cada vez maior. O *marketing* é feito pela indústria alimentícia exatamente para isso, onde o foco das empresas é sempre na venda e não na saúde.

De acordo com a pediatra Patrícia Dahan, que participou do documentário, em 1994, “diabetes era doença que dava nos avós, com o passar do tempo os pais começaram a apresentar a doença, hoje, as crianças mostram sinais de pré-diabetes”. Relato da especialista disse que tem sido alarmante ver que cada vez mais tem aparecido em crianças problemas como: a pressão alta e esteatose hepática, doenças que eram encontradas em adultos (Geração, 2022).

Dados do SUS de 2019 a 2021 mostraram que crianças entre 5 e 10 anos apresentaram aumento de caso de sobrepeso 16,33%, obesidade 9,4%, obesidade grave 5,2% e peso normal 69,2%. Isso representa 30% das crianças com problemas de saúde pela nutrição de má qualidade. A criança com peso normal ou magra também não é garantia que ela esteja saudável, algumas dessas crianças estão com o organismo inflamado e resistência à insulina que é uma face da diabetes.

A nutrição infantil vem desde a gestação, é importante que a mãe tenha uma alimentação rica em nutrientes como vitaminas, minerais e proteínas, e que seja isenta de alimentos ultraprocessados, pois estes alimentos dão impacto no organismo intrauterino (Geração, 2022).

Especialistas alertam ser importante, principalmente quando se pensa em gestar uma criança que se pense em melhorar a qualidade da dieta, a ingestão de alimentação saudável é essencial para a gestante e para o novo ser. De acordo com Dallazen *et al.* (2018) a criança deve se alimentar até os seis meses exclusivamente com o leite materno, após esse período introduzir outros alimentos. Os alimentos precisam ser de verdade sempre, como legumes, frutas, raízes,

tubérculos e vegetais, no formato original para que a criança sinta a textura, sabores e perceba a cor.

Segundo a pediatra Patrícia Dahan no documentário Geração Junk Food, 2022, é importante ainda que em toda refeição tenha uma fonte de proteína como carne, ovo ou frango. No momento da apresentação do novo alimento, o ideal é que eles não sejam amassados, batidos ou como papinhas, pois dificulta a criança a identificar os sabores.

Os nutricionistas alertam para que até os dois anos de idade não seja oferecido alimentos doces à criança para que haja um bom desenvolvimento das papilas gustativas, conseguindo distinguir sabores como salgado, doce, azedo e amargo.

Nas últimas décadas ocorreram várias mudanças na alimentação das crianças, a principal foi a substituição de alimentos caseiros, *in natura* por alimentos processados ou ultraprocessados introduzidos mais precocemente na alimentação infantil. Essa mudança é uma das causas da atual pandemia de obesidade na população infantil junto com o desmame precoce.

Após a Segunda Guerra Mundial, as indústrias começaram a produzir em larga escala produtos alimentícios de fácil consumo. E então, as pessoas foram convencidas por profissionais ou emissoras de rádio que era uma boa opção para se alimentarem. Muitas pessoas ainda estão convencidas disso e o apelo do *marketing* industrial através das diferentes mídias tem sido cada vez maior. Entretanto, as informações de uma alimentação balanceada também estão disponíveis (Geração, 2022).

2.6 Alimentação na rede municipal de Duque de Caxias

A história da Baixada Fluminense nas primeiras décadas do século XX revelou a negligência absoluta por parte das autoridades públicas em relação à região de Vila Merity. Isso resultou em sérios problemas educacionais, sociais, econômicos e culturais para os habitantes locais. Estabelecer um projeto educacional em uma área, onde a falta de saneamento e doenças como as febres eram endêmicas representava uma batalha constante para promover o reconhecimento e a conscientização da população sobre direitos sociais e culturais (Silva, 2014).

Ainda de acordo com a autora, foi nesse contexto que em 1920, a pedido de seu irmão, o Comandante Álvaro Alberto, que Armanda Álvaro Alberto visitou a cidade com o propósito de conhecer a fábrica de explosivos situada em galpões a uma curta distância da estação ferroviária de Meriti, e ficou sensibilizada com a situação da região.

Após essa visita, a professora Armanda, com a ajuda de um grupo de amigos, decidiu dar andamento a um projeto de educação que já fazia na região de Angra dos Reis, e criou uma escola para filhos de operários da fábrica de explosivos. A trajetória da instituição teve início em 13 de fevereiro de 1921, com a inauguração da Escola Proletária Merity, em um barracão alugado pela fábrica de explosivos, localizado no topo do morro. A instituição escolar era dedicada ao ensino primário, sendo secular, privada e de natureza pública, ou seja, oferecia educação gratuita, sem custos para os alunos.

A instituição adotou uma abordagem inovadora para a época, a Escola Regional de Meriti, atual Escola Municipal Álvaro Alberto, se destacou como a pioneira em oferecer merenda gratuita aos alunos. Os alimentos eram fornecidos por comerciantes locais, colaboradores da escola e, especialmente, pela família da professora Armanda. No entanto, em situações em que os alimentos eram escassos, a escola servia angu doce acompanhado de mate (chá). Essa prática resultou no nome popular dado pela comunidade local à escola: "Escola Mate com Angu" (Silva, 2014).

Para lidar com o desafio do abandono dos alunos e suas famílias em relação às atividades escolares, a escola, em colaboração com um grupo de médicos sanitaristas, organizava palestras sobre saúde pública no cinema local. A Escola empreendeu diversas iniciativas voltadas para a promoção da educação em saúde entre os alunos e toda a comunidade.

Na atualidade, a alimentação escolar na rede municipal é fornecida pelo PNAE e a Coordenadoria de Alimentação Escolar de Duque de Caxias (CAESC) é responsável pela elaboração do cardápio, este é feito por nutricionistas e trocado a cada três meses. O cardápio é elaborado através de uma alimentação balanceada e segue as normas do PNAE. No turno da manhã é servido o desjejum, assim que as crianças chegam à escola, depois é servida a refeição (almoço) e a sobremesa (fruta). No turno da tarde é servido o almoço e depois lanche para os alunos.

As crianças que apresentam diabetes, alergias ou que apresentam alguma seletividade alimentar comprovada por diagnósticos médicos têm um cardápio diferenciado para atender às suas necessidades. Os alimentos utilizados na merenda escolar seguem a indicação do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2020), que preconiza a alimentação *in natura* ou minimamente processada, é proibido na merenda escolar do município os alimentos ultraprocessados.

A rede municipal apresenta um cardápio com uma alimentação diversificada, com diferentes grupos de nutrientes, incentiva as escolas a construção de pequenas hortas, através do projeto “Mãos à Horta”, Enisweler e Malacarne, (2022), apontam que

[...] a horta como um instrumento de complemento dos conteúdos apresentados em sala de aula, e que quando esse espaço é usado, não apenas como uma distração, ele pode enriquecer o ambiente escolar, tornando-se um laboratório para realização de diferentes aprendizagens Enisweler e Malacarne, 2022, p.6).

Percebeu-se que algumas crianças ainda apresentavam resistência em experimentar verduras, mas a proposta de ter uma horta no ambiente escolar, em que a criança aprenderia desde cedo a importância de plantar e colher, em que ela passaria a ser o centro do processo, inferiu-se que os pequenos passaram a ter um novo olhar em relação ao alimento. Enisweler e Malacarne, (2022), salientaram que inúmeros são os benefícios associados ao processo de aprendizagem nesses espaços, sendo que um dos principais meios ocorre pela prática, já que os estudantes podem vivenciar de forma direta o contato com o recurso utilizado no aprendizado.

Por isso, a educação alimentar torna-se primordial para o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis, pois algumas crianças que rejeitam a alimentação saudável e balanceada, são as que não ficam sem o alimento ultraprocessado.

A introdução alimentar na infância deve ser realizada de forma respeitosa, levando em conta suas preferências, gostos, cultura alimentar, dentre outros fatores. Sendo assim, o processo de produção de conhecimento pelas crianças está intimamente ligado à manipulação e exploração de objetos, ao encantamento e questionamento sobre os fenômenos ao seu redor, e à capacidade de transformar, observar, tocar, cheirar, experimentar e narrar as vivências que surgem de suas interações com o mundo (Foch, 2020).

Por isso, é fundamental escolher posturas educacionais coerentes que direcionem as ações do cotidiano como reafirmou a Matriz Curricular, “trata-se de assumir que as crianças aprendem e conhecem o mundo através de sua ação sobre ele, que se dá na relação com seus pares, adultos e objetos” (Duque de Caxias, 2022, p. 88).

2.7 A proposta do autosserviço em redes públicas de ensino

No desenvolvimento de estratégias para criar hábitos de alimentação saudável são utilizadas diferentes práticas educativas, dentre elas, o sistema de autosserviço, no qual a criança possui autonomia para servir seu próprio prato. No entanto, essa prática não isenta os educadores de um rigoroso acompanhamento e planejamento de atividades que levem a criança a conhecer e experimentar novos alimentos.

Foram apresentadas algumas práticas do sistema de autosserviço alimentar, que já acontecem em diferentes regiões brasileiras, com intuito de desenvolver a autonomia das crianças desde que entram na creche, e principalmente promover hábitos de vida saudável, bem-estar e a manutenção da saúde.

Segundo Kochi; De Souza e Ovando (2018), o sistema *self-service*, como é denominado pelos autores, foi implantado em 2017 com a iniciativa do Projeto “Alimentação Corpo e Alma” no Centro de Educação Infantil da Universidade Federal da Grande Dourados (CEI/UFGD), no Mato Grosso do Sul. Após leituras e discussões, a equipe de educadoras reconheceu a importância de proporcionar às crianças o contato visual com os alimentos, juntamente com experiências sensoriais positivas e trocas culturais, além de garantir-lhes o direito de escolher os alimentos a serem servidos no prato e a quantidade a ser consumida, promovendo, assim, a formação de hábitos alimentares mais saudáveis e educativos.

A fim de conseguir resultados positivos, foi necessário modificar a estrutura do espaço das refeições, substituir a prática de servir alimentos nos pratos por colocá-los em vasilhames rasos, com o auxílio de conchas e escumadeiras pequenas para facilitar o acesso das crianças. Após um ano de implementação da metodologia de *autosserviço*, os educadores relataram mudanças significativas no processo de desenvolvimento das crianças.

Rosa *et al.* (2020) destacou que o interesse natural das crianças, nessa idade, deve ser valorizado e direcionado como estímulo no processo de ensino de Ciências. A prática contribuiu para o fortalecimento da autonomia infantil, promoveu a capacidade de escolha consciente dos alimentos. Além do mais, observou-se um avanço na conscientização em relação à sustentabilidade, principalmente pela redução do desperdício de alimentos, revelando o potencial educativo da proposta no contexto educacional (Kochi; De Souza e Ovando, 2018).

De Fátima e De Moraes (2018), relataram que o projeto do autosserviço foi deliberado na rede municipal de Ourinhos em abril de 2015, pelo setor de nutrição, nas escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O propósito deste projeto foi primordialmente promover a autonomia das crianças, concedendo-lhes a capacidade de tomar decisões sobre sua alimentação, levando em conta suas próprias necessidades e, ocasionalmente, permitindo que explorem novos alimentos por curiosidade. Outro aspecto crucial do projeto reside na minimização do desperdício, uma vez que enfatiza a responsabilidade na hora de servir alimentos, promovendo a seleção e a disposição adequada, o que, por sua vez, estimula o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, o respeito pelo próximo na fila e a autogestão (De Fátima e De Moraes, 2018).

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) José Roschel Christi, da Diretoria Regional de Educação (DRE) Capela do Socorro/São Paulo, promove desde 2007 duas iniciativas que buscam combinar dois objetivos: proporcionar uma alimentação saudável para os alunos e evitar o grande desperdício de alimentos. São eles os projetos “Experimentar” e “*Self-service* para Crianças”, que acontecem em dois períodos e atendem aproximadamente 480 crianças.

O primeiro a ser colocado em prática foi o projeto “*Self-service* para Crianças”. A iniciativa teve o objetivo de evitar o grande desperdício de comida e consistiu em deixar as crianças decidirem quanto e quais alimentos queriam comer. Segundo a coordenadora pedagógica da unidade, a ideia surgiu em 2007, para combater o desperdício de comida. “A escola agiu em duas frentes: conversando com as crianças sobre a questão e organizando o “*self-service*” para que elas tivessem a autonomia de escolher quantidade e o que comer”, Wilma Helena da Silva explicou.

Com intuito de garantir todos os nutrientes necessários para as crianças, a EMEI lançou o projeto “Experimentar”, que já tinha sido realizado algumas vezes, mas em momentos pontuais na sala de aula. A idealizadora desta segunda iniciativa

foi a Professora Maria José Luzia Melo. “Hoje, os projetos funcionam em dois períodos, atendem cerca de 480 crianças e envolvem Agentes Escolares, Professores e Auxiliares Técnicos Educativos (ATEs)”.

Outro projeto que tem apresentado resultados é o “Alimentação Saudável é Gostosa pra Chuchu” que foi implantado no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Pio Bittencourt, localizado no bairro Federação (GRE Orla) – Bahia. O projeto contemplava 105 crianças de 3 a 5 anos que ao longo do ano estudaram em sala de aula, diversos vegetais, analisaram a sua estrutura e degustaram de forma individual. As atividades acontecem de forma permanente, com foco na alimentação saudável, prazerosa e autônoma. Conforme a coordenadora pedagógica da instituição, antes de iniciarem o projeto alguns problemas foram identificados entre algumas crianças como: obesidade, desnutrição e falta de orientação para a promoção de hábitos saudáveis (Prefeitura de Salvador, 2019).

A secretaria Municipal de Educação de Pinhalzinho/Santa Catarina (Prefeitura de Municipal de Pinhalzinho, 2016) através do setor de Educação Infantil e com apoio do setor de nutrição e da direção dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEIM) também aderiu ao sistema *self-service* na alimentação das crianças. O CEIM João Trichez no bairro Divinéia foi o local de implantação do projeto piloto. Após os resultados positivos, outras unidades aderiram o novo sistema de alimentação.

Segundo a educação municipal de Pinhalzinho, o projeto *self-service* fez com que o momento da alimentação privilegiasse a integração, autonomia e o respeito das crianças para com os colegas, professores e todos os servidores envolvidos, além de ampliar o gosto por diferentes alimentos saudáveis, que foram fornecidos direto da área rural do município, em sua maioria orgânicos.

Foram encontrados em diferentes regiões do país, o desenvolvimento do *self-service* na educação infantil, que é uma estratégia que apresentou resultados positivos na promoção da alimentação adequada e saudável, além de diminuir o desperdício do alimento. Ainda não foram encontrados dados oficiais sobre esse trabalho com crianças pequenas no Estado do Rio de Janeiro e no município de Duque de Caxias, acredita-se que a estratégia do autosserviço na alimentação das crianças pode trazer benefícios à saúde das mesmas, bem como de seus familiares.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada que objetivou criar conhecimentos aplicáveis para resolver ou minimizar problemas de má alimentação encontrados em crianças da pré-escola em uma unidade escolar do município de Duque de Caxias/RJ, (Prodanov e Freitas, 2013). Os objetivos foram exploratórios e descritivos com um planejamento flexível, isso permitiu que o tema fosse estudado a partir de diferentes ângulos e perspectivas, envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema de pesquisa e análise de exemplos que levaram à compreensão.

Inicialmente a pesquisa seria realizada em duas unidades de ensino de Duque de Caxias, sendo um CCAIC – Creche e Centro de Atendimento à Criança Caxiense, localizada no bairro Amapá, Duque de Caxias, RJ, no quarto Distrito e a outra, a Escola Municipal Vinte e Um de Abril, localizada em um bairro do primeiro Distrito do Município de Duque de Caxias, RJ, que recebe crianças da pré-escola ao terceiro ano do ciclo. A escolha dessas unidades ocorreu para permitir maior diversidade de ambiente utilizando a estratégia do autosserviço na alimentação com crianças na pré-escola. Mas foi necessário redimensionar o *locus* da pesquisa, mantendo-se apenas a E. M. 21 de Abril por questões de acessibilidade e de prazo para concluir, pois ficaria um estudo muito amplo para um tempo curto.

O projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire (CPFPF), da SME Duque de Caxias, departamento responsável por analisar e deferir as solicitações de pesquisa em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino (Anexo 2). Cumprido todo o protocolo de exigências deste departamento, foi concedida a autorização para o início da pesquisa. O presente estudo, também foi submetido ao Comitê de Ética (CEP) da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, situado à rua Professor José de Souza Herdy, que após executado todas as formalidades, aprovou o pedido para a realização da pesquisa através do Parecer Consubstanciado do CEP nº 7.529.672 (Anexo 1).

A pesquisa descritiva envolveu a observação participante, registro, análise e organização de dados sem manipulação ou interferência do pesquisador. Seu

objetivo foi identificar a frequência de um evento, sua natureza, características, causas e relações com outros fatos (Prodanov e Freitas, 2013, p. 52). Ainda segundo os mesmos autores,

As pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema (Prodanov e Freitas, 2013, p. 53).

Com os trâmites burocráticos solucionados, foram estabelecidos contatos com a gestora, merendeira e nutricionista da unidade para o convite à participação na pesquisa, através de entrevistas que seriam realizadas na escola. Confirmado o aceite ao convite, aos participantes foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que consta em anexo (Anexos 4, 5 e 6).

Nesse molde de pesquisa, utilizou-se diversos tipos de instrumentos de coleta de dados para compreender o fenômeno a ser estudado como a roda de conversa com as crianças, a observação das crianças em momentos de refeição e a entrevista com os profissionais da escola, além de poder fazer uso de diferentes técnicas de análises de dados qualitativos que ajudaram no rigor e na qualidade da investigação. Isso se fundamentou por apresentar um processo metodológico flexível que possibilitou triangular os dados de diferentes formas (Losch, Rambo, Ferreira, 2023).

A pesquisa qualitativa de natureza aplicada é aquela em que os métodos qualitativos são utilizados para abordar questões práticas e aplicadas em um determinado contexto, nesse caso, foi na escola com crianças da pré-escola em momentos em que se alimentavam. Enquanto a pesquisa qualitativa em si se concentra em explorar e compreender fenômenos sociais, culturais ou psicológicos em profundidade, a natureza aplicada desse tipo de pesquisa implica que seus resultados têm implicações práticas e podem ser utilizados para resolver problemas ou melhorar práticas no mundo real.

Para Nogueira-Martins, Bógus (2004), a abordagem qualitativa procura compreender particularmente, aquilo que se estuda, e não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis, a atenção centraliza-se no específico, com ênfase no significado do fenômeno, buscando a sua compreensão. O método de cientificidade, nesse caso, é a intersubjetividade, tendo em vista que o conhecimento é constituído pelo sujeito e pelo objeto numa relação dialética.

A observação participante (Minayo, 2014; Gil, 2008) foi adotada por ser uma abordagem de pesquisa social que envolve a participação ativa dos pesquisadores no ambiente ou contexto que estão estudando. Estar presente no local de estudo facilitou a imersão direta da pesquisadora no ambiente, permitindo uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos fenômenos observados. Essa metodologia buscou compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes, incorporando suas experiências e visões de mundo.

Os pesquisadores não apenas observaram, mas também participaram ativamente do ambiente em estudo. Isso envolveu interações sociais, envolvimento em atividades cotidianas e imersão no contexto. A pesquisa participante buscou construir conhecimento de forma colaborativa. Os participantes foram vistos como construtores do conhecimento, e suas perspectivas foram valorizadas. De acordo com Peruzzo, a “inserção do investigador no ambiente natural de ocorrência do “Fenômeno” que se pretende estudar é fundamental para compreender a pesquisa participante”, assim, o pesquisador consegue “ver as coisas de dentro” (Peruzzo, 2017, p. 163). Nessa perspectiva, o observador participante apresentou circunstâncias favoráveis de compreensão dos hábitos, atitudes e interesses da vida da comunidade a ser investigada (Campos; Silva; Albuquerque, 2021).

Nesse sentido, a pesquisadora se utilizou de dados e amostras com olhar no comportamento humano e uma de suas características foi a coleta de dados e a observação empírica. Teve-se como foco de observação, os problemas de má alimentação locais e a realidade dos envolvidos, ou seja, uma abordagem que propôs uma interpretação do mundo real, procurando gerar conhecimento para a aplicação prática na solução de problemas.

O Ensino de Ciências desde a Educação Infantil deve unir o conhecimento que a criança carrega consigo, com aquilo que ela possa vir a descobrir com as Ciências Humanas e Naturais (RCNEI, 1998).

Nesse sentido, a pesquisa apresentou a importância da educação em saúde na escola desde a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, bem como a valorização de hábitos saudáveis para o desenvolvimento integral da criança. O Ministério da Saúde, (Brasil, 2014), instituiu a alimentação saudável como um direito básico do ser humano, que envolve em garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa.

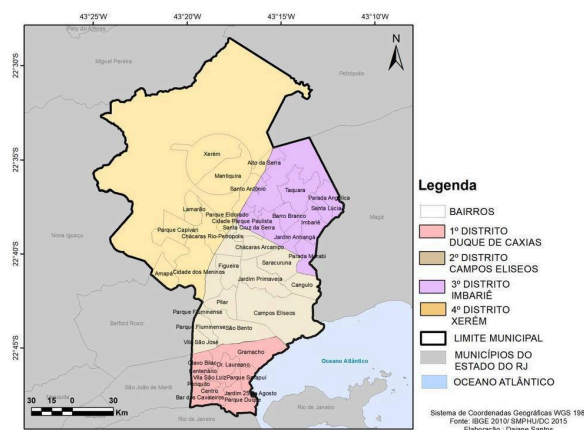
3.1 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias, tem caráter público e municipal em um bairro chamado Vila São Luiz e está situada no primeiro distrito do município de Duque de Caxias – RJ.

Duque de Caxias é um município do Estado do Rio de Janeiro, localizado na região da Baixada Fluminense e faz divisa com os municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. Sua estrutura administrativa é composta por quatro distritos, sendo eles: Duque de Caxias (1º), Campos Elíseos (2º), Imbariê (3º) e Xerém (4º).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em agosto de 2025, o município possuía uma população de 866.225 habitantes, apresentando uma densidade de 1.729,36 habitantes por quilômetro quadrado. Em âmbito estadual, ocupava a 3ª posição entre os 92 municípios do Rio de Janeiro em número de habitantes, e a 9ª em densidade populacional. No contexto nacional, encontrava-se na 22ª posição em população total e na 74ª em densidade demográfica, entre os mais de 5.570 municípios brasileiros. O município pode ser observado na Figura 4:

Figura 4. Mapa de Duque de Caxias



Fonte: Wikimedia, 2025.

Em relação a trabalho e renda da população, os trabalhadores formais em 2022 em Duque de Caxias eram em torno de 188.068 pessoas, isso representava 23,27% da população total, com renda que correspondia em média a 2,4 salários mínimos. O Censo de 2010 apresentou que 37,8% da população apresentaram

neste ano um rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, ressaltando desigualdades socioeconômicas notáveis.

Ainda de acordo com o IBGE, os indicadores educacionais de Duque de Caxias revelam desafios significativos no que diz respeito à qualidade da educação básica. Apesar da taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos ter alcançado 96,1% em 2010, o município apresentava uma posição desfavorável tanto na classificação estadual (85º de 92) quanto na nacional (4.499º de 5.570). Esses resultados indicam que, apesar da maioria das crianças estarem matriculadas na escola, a efetividade do processo educacional pode ser afetada por fatores como evasão escolar, distorção idade-série ou baixa qualidade da aprendizagem.

Os dados do IDEB de 2023 intensificam essa constatação. Os índices de 4,5 nos anos iniciais e 3,7 nos anos finais do ensino fundamental, o município permanece abaixo das metas nacionais estabelecidas para esses níveis de ensino. A classificação do município no âmbito estadual (89º e 85º de 92) e nacional (4.906º e 4.893º de 5.570) demonstra um cenário preocupante, principalmente no que se refere à progressão da aprendizagem no decorrer dos anos de escolaridade.

Este cenário aponta para uma necessidade célere de investimentos de políticas públicas que fortaleçam a formação docente, a valorização dos profissionais de educação, a infraestrutura escolar, a gestão pedagógica e a articulação com outros setores, como saúde e assistência social. No contexto da Educação Infantil, especialmente, considera-se ainda mais relevante abordar práticas que possibilitem o desenvolvimento integral da criança, especificamente as relacionadas à promoção da alimentação saudável e da autonomia, que são assuntos primordiais desta pesquisa.

Sendo assim, a observação dos indicadores educacionais reforça a relevância de propostas pedagógicas que compreendam cuidado e educação, como o autosserviço alimentar, que além de incentivar hábitos alimentares saudáveis, também podem contribuir para construção de um ambiente educativo mais participativo, significativo e promotor de equidade social.

A Unidade Escolar que abraçou a pesquisa denominada Escola Municipal Vinte e Um de Abril funciona em dois turnos, matutino de 7h30 à 11h30 e vespertino das 13h às 17 horas, possuindo um total de 252 alunos, onde desse total, 23 alunos são atendidos na sala de recursos, de acordo com dados de março de 2024 atualizados no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar. Os alunos são distribuídos

em quatorze (14) turmas da Educação Infantil ao 3º ano do Ensino Fundamental. Ao todo, a unidade possui quatorze (14) professores, são 12 concursados efetivos e 2 contratados pelo município. O corpo docente é formado por 99,9% de mulheres, tendo apenas um professor do sexo masculino na escola.

As turmas são distribuídas da seguinte forma: quatro turmas de Educação Infantil, sendo uma de quatro anos e três de cinco anos; três turmas de 1º ano do ciclo; quatro turmas de 2º ano do ciclo e três turmas de 3º ano do ciclo. A unidade também possui uma sala de recursos, sala de leitura, informática e Arte.

O corpo docente é composto de professores concursados com variados níveis de formação, desde o nível médio até o doutorado e outra parte por contratos de Processo Seletivo Simplificado (PSS). Os demais funcionários (merendeiras, porteiro, agentes de apoio e inspetores) estão vinculados a duas firmas terceirizadas pela prefeitura.

O espaço físico da unidade escolar possui almoxarifado, banheiro adequado para educação infantil, um banheiro com chuveiro, cozinha, pátio coberto, despensa, sete salas de aula, sala de informática, sala de leitura e uma sala de recursos. A escola possui alguns equipamentos adquiridos com verbas federais e campanhas internas além de contar com laboratório de informática montado também por verba federal, equipado com nove computadores para uso dos alunos e quatro computadores de uso administrativo. No entorno da unidade há comércios, bancos, outras escolas, públicas e particulares, inclusive, uma faculdade, a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ.

A escolha dessa instituição decorreu da intenção de investigar a aplicação do ensino de Ciências em um contexto real, marcado pelos desafios relacionados à alimentação inadequada de crianças da pré-escola. Essa perspectiva contextualizada possibilitou uma análise mais ampla das relações entre práticas pedagógicas inovadoras e a promoção da saúde, além de favorecer a identificação de estratégias que integrassem o conhecimento científico às experiências cotidianas dos alunos, em consonância com os objetivos da pesquisa.

Vale ressaltar que a pesquisa foi custeada pela pesquisadora como pode ser observado no Apêndice G.

3.2 Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Vinte e Um de Abril, localizada no município de Duque de Caxias/RJ, os participantes e colaboradores para o aprimoramento de práticas voltadas para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis foram: uma merendeira, uma nutricionista, a diretora da unidade escolar e a turma 51 da pré-escola de cinco anos com 17 crianças.

O critério de escolha dos profissionais foi por entender que esses poderiam contribuir de forma qualitativa para a pesquisa por estarem diretamente relacionados com o tema discutido, pois a merendeira preparava os alimentos e observava a aceitação das crianças com os alimentos; a nutricionista foi responsável pela elaboração dos cardápios e de acompanhar se as crianças estavam apresentando uma boa aceitabilidade da merenda escolar. E as crianças dessa turma em específico por perceber que apresentavam pouca aceitabilidade a merenda escolar, preferindo os lanches industrializados levados de casa.

Em relação ao perfil profissional e acadêmico das profissionais, a merendeira “Pureza” possuía vinte dois anos de experiência como cozinheira/merendeira escolar. A nutricionista “Pérola” com quatro anos de experiência como nutricionista trabalhando na rede municipal, concluiu Nutrição pela Unigranrio 2011, Pós-graduada em Nutrição Clínica e Esportiva 2014, Pós-Graduada em Nutrição materno infantil 2022, dentre outros cursos na área. A diretora Ane com nove anos de experiência, concluiu Bacharelado e Licenciatura plena em Pedagogia pela UERJ, Pós-Graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico e Pós em Psicopedagogia.

A participação desses profissionais foi de suma importância por entender que eles estavam diretamente ligados ao tema de estudo, sendo assim, eles teriam muito a contribuir com a pesquisa, visando enriquecer o trabalho com as crianças a fim de desenvolver uma nutrição adequada desde a infância.

Proporcionar as profissionais que atuaram no *locus* da pesquisa e as crianças um encontro acolhedor, com intencionalidade, com escuta ativa, atenta e apurada, interessada não só na fala, mas principalmente nos gestos e expressões das emoções, fez toda a diferença para passar segurança às crianças e respeito às profissionais que se envolveram na pesquisa e deram contribuições preciosas.

3.3 Método de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada mediante a observação da participação das crianças em momentos de alimentação no refeitório com intuito de observar a aceitabilidade da alimentação que é oferecida na escola, se apresentavam alguma rejeição, ou se as crianças apresentavam alguma seletividade. Depois foi realizada a observação no momento do lanche para identificar o que eles costumavam levar de lanche para a escola, se o lanche era saudável ou não.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: para as profissionais da escola - merendeiras: 1) entrevista semiestruturada; nutricionista: 1) entrevista semiestruturada; diretora: entrevista semiestruturada e para as crianças: 1) observação em momentos de refeição e lanche, 2) exposição de alimentos saudáveis e não saudáveis (próprio lanche trazido de casa), 3) roda de conversa, 4) participação no autosserviço alimentar, como pode ser apreciado no Quadro 1.

Quadro 1: Cronograma de Coleta de Dados

Mês/Ano	Método de Coleta	Participante da Pesquisa
Maio/2025	Roda de Conversa	Crianças
Maio/2025	1ª Entrevista	Merendeira, Nutricionista e Diretora
Maio/2025	1º Autosserviço	Crianças
Junho/2025	2º Autosserviço	Crianças
Junho/2025	2ª Entrevista	Merendeira, Nutricionista e Diretora

Fonte: Autora, 2025.

As merendeiras, a nutricionista, a diretora (contribuintes da pesquisa) e os responsáveis das crianças participantes da mesma foram primeiramente abordados para que fossem apresentados à pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Anexos (3,4,5 e 6) para que expressassem interesse ou não em aderir a investigação. A proposta inicial era de que contribuíssem nesta pesquisa: 02 (duas) merendeiras, mas por questões de infraestrutura só foi possível a participação de uma, 01 (uma) nutricionista, a diretora da unidade, essas contribuíram com os dados do estudo e 17 (crianças participantes) da turma de pré-escolar de 05 (cinco) anos. Suas identidades pessoais foram preservadas a fim de respeitar os princípios éticos da pesquisa. Os nomes dos profissionais da educação e das crianças pequenas foram substituídos por nomes fictícios para

resguardar os dados pessoais de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, número 13.709 (LGPD, 2020).

Como resultado da coleta de dados foi desenvolvido um produto educacional que visou contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, com o objetivo de promover a reflexão sobre a importância de um ensino de ciências que seja crítico e participativo para crianças pequenas, desde a mais tenra idade, valorizando suas curiosidades e se esforçando para aproximá-las do conhecimento científico. Além de compreender a concepção dos profissionais da Educação Infantil e das crianças sobre o sistema de autosserviço na alimentação, através da observação e exploração do tema, das interações com o objeto de estudo e o meio, e das reflexões.

As crianças e seus responsáveis foram informados a respeito da pesquisa durante a reunião de pais, onde foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Anexo 3, Termo de Autorização do Uso de Imagem Anexo 8 e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) em Anexo 7, explicando em que etapa e de qual maneira as crianças iriam participar. Além disso, os profissionais envolvidos após o convite para participar do estudo, também tiveram seus respectivos Termos de uso de Imagem disponíveis para serem assinados (Anexo 9). A coleta de dados foi iniciada após a assinatura de todos esses termos.

Roda de Conversa

Na roda de conversa com as crianças, em maio de 2025, que foi anotada em caderno de bordo, primeiramente a pesquisadora e regente da turma, explicaram para os pequenos que também era estudante, e que fazia um curso de Pós-Graduação, chamado Mestrado. Em seguida contou-lhes que gostaria de fazer uma investigação sobre alimentação saudável com eles e foi perguntado: *Vocês aceitam fazer parte dessa pesquisa? Querem participar?* A empolgação tomou conta das crianças que responderam logo: *Sim* (bem alto). A partir desse momento foi explicado a importância da participação de cada uma delas no estudo, sendo assim os que aceitassem participar do estudo deveriam assinar um documento chamado "Termo de Assentimento", foi esclarecido que se tratava de uma autorização deles para o desenvolvimento do trabalho.

Em seguida foi explicitado também que por questões de ética o nome dos alunos não poderia aparecer na pesquisa, mas que se eles desejassem poderiam escolher como gostariam de ser identificados no trabalho desenvolvido. Essa possibilidade gerou bastante euforia e alegria entre todos que começaram a falar seus nomes fictícios, os quais foram anotados no caderno de bordo. Desde o início, em conformidade com os estudos de Kramer (2002), foram rejeitadas alternativas como numerar as crianças, identificá-las apenas por iniciais ou pelas primeiras letras do nome, pois tais estratégias negariam sua condição de sujeitos, apagariam sua identidade e as colocariam em um anonimato incompatível com o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Por concordar que as crianças são seres sociais e de direito, não apenas objeto de estudo, foi dada a possibilidade da escolha, que de antemão foi bem acolhida pelas crianças. Surgiram tanto nomes de pessoas como animais e flores, e foi percebido que as crianças se sentiram mais pertencentes, mais envolvidas com a pesquisa, algumas chegaram em casa contando para mãe que tinha dois nomes. No Quadro 2 segue a escolha dos nomes:

Quadro 2: Escolha dos nomes e alimentos preferidos

Criança (C)	Nome escolhido	Alimento preferido
Criança 1	Malica	Arroz, macarrão, carne, ovo, tomate, cenoura e chuchu.
Criança 2	Florzinha	Ovo e arroz.
Criança 3	Júlia	Arroz, macarrão, macarrão, carne, estrogonofe com batata palha.
Criança 4	Tutu	Frango
Criança 5	Vitória	Arroz, batata palha e frita, carne, frango e ovo.
Criança 6	Pingo	Arroz, feijão e carne.
Criança 7	Paçoquinha	Arroz, feijão, carne, farofa.
Criança 8	Elefante	Arroz, feijão, carne, miojo, ovo.
Criança 9	Tati	Arroz, feijão, carne, batata frita, churrasco.
Criança 10	Mimi	Arroz, frango e batata frita.
Criança 11	Gabriel	Hambúrguer, arroz, feijão, macarrão, peixe sem espinha
Criança 12	Maria Flor	Feijão, arroz, macarrão, frango, cenoura.
Criança 12	Coelho	Frango, cenoura, batata, feijão, carne, peixe.
Criança 14	Poliana	Arroz, feijão, linguiça, batata, alface, tomate.
Criança 15	Violino	Arroz, feijão, macarrão, frango, carne, cenoura, batata, aipim, inhame.
Criança 16	Maria Joaquina	Farofa, carne, arroz, feijão
Criança 17	Borboleta	Arroz, carne

Fonte: Autora, 2025.

Após as escolhas dos nomes foi dada a oportunidade para compartilharem o que sabiam sobre a alimentação saudável, esse momento teve o objetivo de ouvir as crianças em suas colocações, valorizando suas falas.

Segundo Vargas (2016), a roda de conversa é um elemento importante no fazer pedagógico:

Consideramos que é de inegável relevância os professores reconhecerem as rodas de conversa como espaço para o diálogo, momento para além de ser realizada a chamada. A roda deve ser um espaço em que todos os participantes envolvidos se expressem de fato, aprendendo a ser sujeitos críticos e atuantes, não só na escola como também na sociedade. Além disso, a roda de conversa pode ser um espaço que possibilite às crianças aprenderem a conversar (Vargas, 2016, p.3).

A roda de conversa ocorreu de forma acolhedora, um espaço para as crianças exporem suas preferências alimentares, e a partir dessa primeira conversa, o cardápio escolar foi apresentado para as crianças, além de ter ampliado o tema sobre a alimentação saudável.

Entrevistas

As entrevistas com as profissionais, a princípio seriam gravadas em áudio, mas por questões pessoais de duas das participantes, apenas a entrevista da merendeira foi gravada em áudio, as demais foram realizadas individualmente e anotadas no caderno de bordo da pesquisadora. Entende-se por entrevista uma forma de interação social, de diálogo que consiste na realização de perguntas ao participante da pesquisa com o objetivo de obter dados pertinentes à pesquisa. Minayo (2009) nos diz que a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

As entrevistas direcionadas à merendeira, nutricionista e a diretora apresentaram perguntas sobre a rotina alimentar das crianças, comportamento no momento da refeição e educação alimentar, os pilares estruturais da pesquisa, a saber: infância, educação em saúde e educação alimentar (primeira entrevista).

Os roteiros constam nos Apêndices (A, B e C) e não seguiram uma estrutura fechada e padronizada, pois houve perguntas e comentários iniciais explicando o objetivo de determinada atividade e, posterior esclarecimento de dúvidas e acompanhamento dos participantes envolvidos durante a realização delas.

A segunda entrevista estão nos Apêndices (D, E e F), foram anotadas em diário de bordo, ocorreu após o desenvolvimento do segundo autosserviço com as crianças, em que estavam presentes todos os envolvidos na pesquisa, o fato da entrevista ter ocorrido logo depois da prática do autosserviço contribuiu para que os colaboradores apresentassem detalhes do que presenciaram em relação a alimentação infantil. De acordo com Gil (2008), parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas se deu graças à utilização da entrevista.

A coleta de dados proporcionou a construção de uma proposta pedagógica para professores da Educação Infantil desenvolver o sistema de autosserviço alimentar, intitulado “**Autosserviço Como Prática Pedagógica Na Pré-Escola - Autonomia e promoção de hábitos saudáveis nas crianças pequenas**”, que visou contribuir para a autonomia e a promoção de hábitos saudáveis nas crianças pequenas. Os instrumentos de coleta de dados foram detalhados no Quadro 3.

Cabe ressaltar que foi realizado um trabalho pedagógico através da ludicidade para despertar o interesse das crianças em experimentar todos os alimentos que foram oferecidos no cardápio escolar.

As crianças também foram acompanhadas diariamente durante as refeições, com o objetivo de colocarem em prática as habilidades que haviam adquirido diante do autosserviço. O educador, ao acompanhar a criança enquanto ela se alimentava, esteve atento aos aspectos de orientá-la a comer com moderação e mastigar corretamente, incentivou o consumo dos diversos alimentos oferecidos no cardápio, orientou-a a servir e ofereceu apoio quando necessário. Essa prática proporcionou uma aprendizagem significativa por meio da ludicidade e das interações.

Após a aplicação do produto educacional “**Autosserviço Como Prática Pedagógica Na Pré-Escola**”, as crianças foram ouvidas novamente em uma roda de conversa para se colocarem sobre o momento vivenciado. As observações das crianças no sistema de autosserviço organizado pela pesquisadora, teve como objetivo investigar se esse sistema contribuiu para a aceitação dos alimentos, bem como para o desenvolvimento de hábitos saudáveis e de autonomia. Segundo Gil (2008), o método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais, além de ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

Quadro 3: Instrumentos de Coleta de Dados

Fase	Instrumento	Estrutura	Objetivo
Exploratória	Observação das crianças no refeitório.	Foi realizada através da participação das crianças na hora da refeição para observar se comiam e o que comiam. No sistema de autosserviço.	Identificar como os alunos se alimentavam na escola.
	Observação do lanche	Na hora do lanche.	Detectar o que as crianças levam de casa.
	Entrevistas com a merendeira	Foram realizadas perguntas semiestruturadas. Foram gravadas por áudio e anotações em diário de bordo.	Compreender a percepção da merendeira sobre a alimentação escolar.
	Entrevista com a nutricionista e a diretora	Foram realizadas perguntas semiestruturadas. As respostas foram anotadas em diário de bordo.	Compreender a percepção da nutricionista e diretora sobre a alimentação escolar.
Análise de Dados	Das observações	Foram realizadas através das transcrições das observações realizadas no refeitório no início da pesquisa e após o autosserviço.	Investigar os parâmetros favoráveis e possíveis adequações dos recursos pedagógicos.
	Das entrevistas	Após as transcrições das respostas e no final da pesquisa para validar o produto educacional.	Apresentar as percepções sobre a aprendizagem com o P.E.

Fonte: Autora, 2025.

3.4 Análise de dados

Para Pimenta *et al.* (2013), a metodologia da pesquisa, sob uma perspectiva reflexiva, constituiu-se essencialmente como a postura crítica que estruturou a dialética do processo investigativo. Foi ela que orientou os recortes e as escolhas do pesquisador, direcionou o foco e esclareceu o cenário da realidade estudada. Além disso, conferiu significado às abordagens adotadas e possibilitou seu redirecionamento, organizando, em síntese, as intencionalidades que sustentaram a pesquisa.

Alicerçado neste princípio, a análise de dados foi pautada na proposta de Análise de Livre Interpretação (ALI), que “visa aliar a experiência dos professores pesquisadores ao referencial teórico metodológico” (Anjos, Rôças e Pereira, 2019, p.27). No que se refere a uma maior liberdade do professor-pesquisador, esta se

manifestou na possibilidade de alinhar suas investigações ao referencial teórico que sustentou os objetivos e a proposta da pesquisa.

O professor-pesquisador, ao analisar os dados coletados, é capaz de extrapolar as bases teóricas na medida em que realiza inferências pautadas em um quadro de observações de vivências que acontecem entre participantes da pesquisa e pesquisadores. A proposta, em síntese, é que os aportes teóricos ofereçam movimentos interpretativos para compreensão dos vários quadros que podem emergir no campo de buscas e que esses contribuam para a expansão das reflexões, mostrando a livre harmonia interpretativa entre teoria e prática, entre refletir e fazer (Anjos, Rôças e Pereira, 2019, p. 27).

A ALI foi incorporada ao conhecimento construído pelo professor-pesquisador, articulou-se com a experiência pessoal de cada sujeito envolvido na pesquisa. Esse processo envolveu relações mediadas por canais verbais e não verbais como formas de interação, favoreceu a compreensão e a captação dos contextos comunicativos e do ambiente circundante. A ALI permitiu que essas interações fossem analisadas de maneira mais profunda, considerando não apenas as palavras ditas, mas também os gestos, expressões e outros sinais que contribuíram para uma comunicação mais rica e completa. Dessa forma, a metodologia enriqueceu a pesquisa ao proporcionar uma visão mais ampla e detalhada dos processos comunicativos e das dinâmicas interpessoais (Anjos, Rôças e Pereira, 2019).

De acordo com a autora, a metodologia ALI relaciona a experiência dos professores pesquisadores ao referencial teórico metodológico (Anjos; Rôças; Pereira, 2019). Além disso, a análise de livre interpretação valorizou a flexibilidade e a abertura para novas percepções, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências no ensino de ciências, bem como a interpretação dos dados contribuiu para uma reflexão rica em detalhes como nos apresenta Anjos; Rôças; Pereira (2019).

[...] uma interpretação própria de que para a pesquisa qualitativa há um vasto campo interdisciplinar, multifacetado, polifônico, policromático e dialogal que atravessa as humanidades existentes nas ciências sociais, nas ciências naturais e nas ciências exatas, tendo foco um acervo multi-analítico, multi estrutural, multi-organizacional e em multiformes que permite localizarmo-nos em espaços para além dos métodos que enquadram, padronizam, suprimem espontaneidades, limitam intuições e reduzem espaços de liberdade e de livre pensar (Anjos, Rôças e Pereira, 2019, p. 29)

A compreensão e a interpretação dos saberes e conhecimentos apreendidos levaram a uma interpretação que reflui no campo de análise de uma pesquisa, na solicitação de um olhar do pesquisador de forma mais leve, responsável e livre de juízos de valor que cerceiam campos observatórios Anjos; Rôças; Pereira (2019). Sendo assim, conduziu-se à imersão nos dados, através de leituras atentas e sucessivas dos registros resultantes das entrevistas, observações e demais instrumentos de coleta. Esse olhar possibilitou a familiarização com o corpus da pesquisa e a percepção de sentidos, recorrências, singularidades e as discordâncias presentes nas narrativas e nas práticas observadas.

Em seguida, os dados foram submetidos a um processo de interpretação livre e contextualizada, onde as falas e situações observadas foram analisadas à luz do contexto em que se originaram e em articulação com o referencial teórico (Anjos; Rôças; Pereira, 2019).

A análise de livre interpretação permitiu construir compreensões a partir da totalidade dos dados, enriquecendo tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos que emergiram do campo da pesquisa.

Esse processo de análise buscou construir significados, mais do que classificar os dados, valorizando as relações estabelecidas, os canais verbais e não verbais de comunicação e as experiências experimentadas pelos sujeitos participantes (Anjos; Rôças; Pereira, 2019). A subjetividade, aqui apresentada, foi assumida como elemento constitutivo da análise, sendo constantemente feita uma reflexão crítica e baseada nos pressupostos teóricos. A ALI mostrou-se apropriada aos objetivos desta pesquisa, porque permitiu a apreensão da complexidade das práticas e narrativas relacionadas ao contexto da pesquisa (Anjos; Rôças; Pereira, 2019).

Com o propósito de apresentar um produto educacional que contribuísse para o desenvolvimento integral das crianças, a análise de dados buscou compreender desde o início da investigação a concepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre o sistema de autosserviço na alimentação infantil. A partir dos processos de coleta de dados definidos para a pesquisa, como a observação, a roda de conversa, e a entrevista propôs-se extrair averiguações para uma análise qualitativa desses dados.

3.5 Ética na Pesquisa

A pesquisa, bem como toda sistematização detalhada acima, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da AFYA Universidade UNIGRANRIO, que é formado por pesquisadores que trabalham para garantir que os direitos dos participantes da pesquisa sejam respeitados. A numeração do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é 87526224.30000.5283 e o Parecer Consubstanciado de aprovação tem o número 7.529.672.

Os responsáveis pelas crianças participantes foram informados sobre a pesquisa e puderam manifestar o interesse dos seus filhos participarem, eles conheceram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram e assinaram o documento apresentado.

Os demais contribuintes da pesquisa também foram comunicados e esclarecidos sobre os termos, logo demonstraram interesse pelo tema apresentado e se colocaram à disposição e assinaram o documento TCLE. A coleta de dados da pesquisa iniciou-se somente após a assinatura deste termo, assim como, o termo de autorização do uso de imagens e depoimentos.

Para que em nenhum momento as crianças se sentissem desconfortáveis foi explicado de forma compreensível para elas o que seria feito durante a pesquisa, elas aceitaram assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), a assinatura do termo gerou nas crianças um sentimento de pertença e responsabilidade, houve criança que falou: *“Como gente grande”*, outra *“Nós somos importantes”* e assinaram o termo. Ficou bem claro tanto para as crianças quanto para os responsáveis que a qualquer momento poderiam decidir não continuar na pesquisa, bem como foi esclarecido aos outros participantes e no TCLE e TALE.

Os dados coletados foram tratados com confidencialidade (Anexo 10) a fim de proteger a privacidade das crianças, suas famílias e de todos os participantes envolvidos. Os nomes de todos os profissionais da educação e das crianças participantes foram substituídos por nomes fictícios para resguardar os dados pessoais de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, número 13.709 (LGPD, 2020).

A pesquisa visou contribuir para o conhecimento sobre a educação alimentar de forma participativa, lúdica e por experimentação, sempre respeitando os limites de cada criança envolvida para que ela se sentisse confortável em participar das

atividades desenvolvidas e construíse hábitos saudáveis que serão levados para a vida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A PESQUISA

O autosserviço alimentar na pré-escola possibilitou vivências práticas voltadas à promoção da autonomia infantil e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Para entender os resultados dessa intervenção, foram realizadas entrevistas com três profissionais da escola: merendeira, nutricionista e diretora. Para melhor compreender os dados coletados, foram realizadas entrevistas antes do desenvolvimento do Produto Educacional, que foi a prática do autosserviço e após a realização do autosserviço na Educação Infantil. As análises das percepções das profissionais foram conduzidas a partir da metodologia ALI proposta por Anjos, Rôças e Pereira (2019), que permitiu que os significados aflorassem diretamente das falas e fossem interpretados à luz dos objetivos da pesquisa. Foi percebido ao longo da descrição o comprometimento e o envolvimento de cada profissional com a alimentação escolar.

4.1 Entrevistas antes da aplicação do Produto Educacional

Merendeira: Pureza

A entrevista com a merendeira/cozinheira, que foi chamada pelo nome de Pureza, profissional com 22 anos de atuação como merendeira na rede pública, revelou percepções preciosas sobre o cotidiano da alimentação na pré-escola e o papel dos adultos nesse contexto. A análise de sua fala permitiu aferir os sentidos construídos a partir do envolvimento afetivo com as crianças e da mediação cotidiana entre o preparo das refeições e os hábitos alimentares dos pré-escolares.

No início, ao ser questionada sobre sua função no momento das refeições, a merendeira expressou ter consciência sobre a importância de sua atuação, demonstrou sensibilidade e consciência social. Sua fala: *“Eu acho que a função de uma merendeira na escola é a principal porque tem crianças que só se alimentam na escola”*, considerou o reconhecimento da importância da alimentação escolar como garantia do direito à nutrição adequada, principalmente para crianças em situação de vulnerabilidade. Segundo Costa,

Ao fornecer uma alimentação saudável, as escolas podem contribuir para limitar a experiência de insegurança alimentar nas famílias, pois no Brasil, as refeições escolares para muitos alunos é a principal refeição diária (Costa, 2021, p.10).

Ademais, ela associou o preparo da comida ao carinho e ao cuidado, afirmando que cozinha como se fosse para sua própria família, ainda acrescentou “*eu faço com todo carinho*”. A postura dessa profissional refletiu a dimensão afetiva e ética do trabalho com a alimentação escolar, muitas vezes despercebida nos discursos técnicos e pedagógicos, mas que se revela com potência no cotidiano.

Sobre a participação dos demais adultos no momento da alimentação escolar, Pureza apontou que o incentivo por parte de professores e funcionários de apoio, que são os inspetores e agentes de inclusão, foi fundamental para que as crianças experimentem e aceitem os alimentos servidos. Em sua compreensão, o exemplo e o incentivo dos adultos contribuíram para romper as resistências comuns na infância, como exemplo a rejeição a verduras e legumes. O Programa de Alimentação para escolas de educação Infantil ressalta que:

Na medida em que profissionais se conscientizem do seu papel de educador, explorando o ambiente da escola como um espaço facilitador e acolhedor, as ações relacionadas à alimentação serão incorporadas ao universo da criança de forma respeitosa e harmoniosa (Prefeitura de Jundiaí, 2023, p. 15)

Essa percepção está em consonância com a literatura sobre comportamento alimentar infantil, que ressalta o papel do ambiente e da mediação dos adultos como aspectos decisivos na formação de hábitos alimentares (Acciolly, 2009).

Além disso, a profissional compartilhou estratégias utilizadas para estimular a alimentação saudável, como associar os alimentos aos seus benefícios para a saúde. Ao argumentar às crianças que “*o inhame aumenta a imunidade*” ou que “*a beterraba é boa para o sangue*”, a merendeira exerceu, de forma espontânea, um papel pedagógico, exprimindo conhecimentos sobre nutrição em uma linguagem compreensível e integrada ao universo infantil. Também afirmou: “*invento um monte de coisas, não invento, falo a verdade*”, mais uma vez evidenciou seu comprometimento em divulgar informações que promovam a aceitação dos alimentos de maneira lúdica e convincente, ação que se aproxima da pedagogia do cuidar e do educar em saúde.

No aspecto técnico, a cozinheira demonstrou conhecimento sobre as orientações e normas transmitidas pela supervisão nutricional da rede municipal, como a higienização dos vegetais com cloro, o correto armazenamento de carnes e o cuidado no preparo dos alimentos. Entretanto, apontou as dificuldades enfrentadas no cotidiano da cozinha escolar, principalmente relacionadas ao tempo disponível e à infraestrutura. A título de exemplo, apontou que não é viável descongelar e cortar grandes quantidades de carne no mesmo dia do uso, como seria o ideal, o que obriga a adaptar as orientações técnicas à realidade da unidade escolar. Essa parte da entrevista revelou a contrariedade entre a normatização e a prática, sem contar a sobrecarga enfrentada pelas profissionais que preparam os alimentos para pôr à mesa das crianças, uma função que elas exercem com amor, mas que é uma tarefa exigente e repetitiva.

É importante salientar que a fala da cozinheira reafirmou o papel pedagógico das práticas alimentares, ainda que essa função não esteja explícita e reconhecida no seu cargo. Sua atuação evidenciou um entrelaçamento entre o saber técnico, o saber popular e afetivo, constituindo um cenário em que a alimentação é permeada por relações sociais, afetividade e estratégias educacionais informais. Como apresenta Freire (1996), toda prática social carrega uma dimensão educativa, e, assim sendo, a merendeira agiu como uma educadora silenciosa, cujo resultado sobre a formação das crianças é significativo, mesmo que muitas vezes desvalorizado ou não reconhecido.

Percebeu-se em sua escuta atenta e sensível às falas das crianças durante as refeições, sua habilidade em dialogar com elas sobre alimentação, bem como sua abordagem cuidadosa no preparo dos alimentos revelaram um saber que vai além do teórico. Consiste em uma sabedoria prática, constituída nas interações com os sujeitos e com os desafios cotidianos que só é possível encontrar no chão de uma escola pública, esses saberes devem ser valorizados como parte importante do projeto educativo.

Diante dessa análise, percebeu-se que a merendeira não apenas prepara refeições, mas é parte fundamental, que contribui ativamente para a formação e desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem como para o fortalecimento da autonomia alimentar das crianças. Ao identificar as preferências alimentares das crianças da educação infantil, respeitar os limites individuais e incentivar o consumo consciente de novos alimentos, sua prática se inseriu em um processo mais amplo

que envolve cuidado e educação, em conformidade com as diretrizes da Educação Infantil e com os objetivos da pesquisa.

Nutricionista Pérola

A entrevista com a nutricionista, que atua há quatro anos na rede pública municipal, apresentou contribuições relevantes para a compreensão da organização da alimentação escolar e da autonomia alimentar na pré-escola, sob o ponto de vista técnico e nutricional. À luz da análise de livre interpretação das falas, possibilitou uma interpretação subjetiva e contextualizada, refletindo tanto os conteúdos explícitos quanto aos sentidos implícitos atribuídos por ela ao seu papel e à prática alimentar da unidade escolar.

Pérola ressaltou como função fundamental do nutricionista escolar o planejamento, coordenação e supervisão da alimentação oferecida, a fim de garantir que ela seja nutricionalmente adequada. Esse procedimento técnico é orientado pelas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que institui parâmetros para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos. Na fala: *“O cardápio é feito e revisado por toda equipe de nutricionista”*, demonstrou o compromisso e o cuidado com a alimentação dos escolares, em seguida quando indagada sobre como é realizada a escolha dos alimentos, disse: *“É realizada com base nas diretrizes do PNAE considerando as necessidades nutricionais dos alunos, cultura alimentar e sazonalidade”*. Essa fala reafirmou um comprometimento com os princípios do PNAE, que preconizam não apenas a oferta de refeições saudáveis, mas principalmente o direito à alimentação adequada que respeite a cultura alimentar no ambiente escolar (Brasil, 2020). De acordo com Costa (2021)

A composição dos cardápios deve ser realizada com a inclusão de produtos e preparações cujas características devem estar de acordo com os processos de desenvolvimento, incluindo testes de aceitabilidade e funcionalidade, entendendo que a logística para a entrega dos produtos e a infraestrutura da escola para o seu armazenamento devem ser fatores determinantes na seleção dos cardápios (Costa, 2021, p.31).

Segundo Pérola, a rotina alimentar apresentada segue uma estrutura marcada por três momentos diários: desjejum, almoço e lanche. Essa composição contribui para o fracionamento adequado das refeições ao longo do dia e respeita o ritmo das crianças pequenas, conforme recomenda o Guia Alimentar para a População

Brasileira (Brasil, 2014), que defende a alimentação como um processo contínuo de aprendizagem.

Em relação à autonomia alimentar, a nutricionista considerou que permitir que as crianças montem seus próprios pratos contribui positivamente para a aceitação dos alimentos. Ela disse que *“promove autonomia, respeito ao apetite e maior interesse pelas preparações”*. Pérola justificou essa perspectiva com fundamento no respeito ao apetite, saciedade infantil e na valorização da participação ativa das crianças no momento da refeição. Medeiros *et al.*, 2018 *apud* Bôto, (2023), evidenciaram que as escolas são locais propícios para fornecer e induzir contextos de promoção de saúde e bem-estar, sendo um ambiente oportuno para implantar, fortalecer e consolidar ações de saúde e nutrição. Esse pensamento também está alinhado aos autores Lev Vygotsky e Loris Malaguzzi, que compreendem a criança como sujeito social e de direito, capaz de tomar decisões e participar ativamente do seu processo de desenvolvimento, inclusive nos momentos de alimentação.

Entretanto, ela também reconheceu desafios consideráveis no contexto da pré-escola, principalmente no que tange ao equilíbrio entre a autonomia da criança e a garantia de uma alimentação equilibrada. Percebeu-se uma tensão em sua fala quando colocou que *“Permitir que a criança explore os alimentos de forma independente e garantir que ela consuma uma refeição nutricionalmente adequada”*. Nesse sentido é fundamental que o trabalho pedagógico com alimentação seja contínuo.

A alimentação e nutrição adequadas constituem direitos fundamentais do ser humano. São condições básicas para que se alcance um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, fator determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Se for verdade que, muitas vezes, a falta de recursos financeiros é o maior obstáculo a uma alimentação correta, também é fato que ações de orientação e educativas têm um papel importante no combate a males como desnutrição e obesidade. Ao chamar a atenção de crianças e adolescentes para os benefícios de uma alimentação equilibrada, a escola dá a sua contribuição para tornar mais saudável a comunidade em que se insere (CONSEA, 2004, p. 81).

Pérola relatou que *“As merendeiras recebem orientações semanais e treinamento completo duas vezes ao ano”*, o que demonstra um esforço contínuo de capacitação e alinhamento entre a teoria nutricional e a prática cotidiana da alimentação escolar. Porém, notou-se que essa formação se dedica mais no aspecto técnico do preparo, higiene e manuseio dos alimentos do que na dimensão

pedagógica da alimentação, o que intensifica a necessidade de um trabalho intersetorial entre profissionais da nutrição, da educação e da gestão escolar. Chaves (2011), destacou que os gestores municipais devem planejar a implementação de programas de desenvolvimento profissional para funcionários dos serviços de nutrição, incluindo principalmente merendeiras e nutricionistas.

A nutricionista acompanha os momentos de refeição durante as suas visitas à unidade, isso permite uma avaliação *in loco* do comportamento alimentar das crianças, assim como observa a prática dos profissionais envolvidos. Além de verificar a aceitabilidade do cardápio que é trocado a cada três meses.

Ao ser perguntada sobre como a família é envolvida na prática alimentar da escola, Pérola: *“as famílias possuem acesso ao cardápio em reuniões pontuais”*, ao relatar que o cardápio é compartilhado com a família, mesmo que em reuniões específicas em algumas unidades escolares, percebeu-se uma tentativa de aproximar a família com a escola. Essa ação simboliza uma abertura ao diálogo com as famílias e uma tentativa de ampliar a corresponsabilidade entre escola e comunidade na constituição de hábitos alimentares.

Segundo Costa (2021), a educação alimentar e nutricional direcionadas aos responsáveis devem ser palestras dinâmicas, incluindo a prática de receitas saudáveis que contribuam para complementar a alimentação da família e ajudem a diminuir a insegurança alimentar.

A nutricionista compartilhou uma experiência que vivenciou na escola e que marcou sua trajetória, *“Foi observar a evolução de uma criança que, inicialmente, recusava os alimentos e com incentivo, passou a aceitar novos sabores”*. Esta narrativa reforçou a importância do estímulo à autonomia e da escuta das preferências infantis, e elucidou, de forma concreta, os impactos positivos de práticas mais participativas no contexto alimentar. Para Costa (2021), p. 38 ,

É importante que a promoção da alimentação saudável considere os hábitos alimentares culturais de cada região e promova melhor aceitação da merenda escolar pelos estudantes para que possam alcançar o seu objetivo.

Pérola ressaltou ainda que a autonomia na alimentação infantil não se limita à montagem do prato, mas envolve todo o processo: sentar-se à mesa, reconhecer os alimentos, alimentar-se de forma independente e com consciência.

Acredito que é importante considerar na pesquisa o papel da equipe escolar como mediadora da autonomia, além dos limites estruturais e logísticos das instituições públicas. Também considero importante destacar que a autonomia na pré-escola não se resume apenas na montagem do prato, mas envolve todo o processo da criança se alimentar sozinha, estar sentada à mesa com os colegas, reconhecer os alimentos e participar ativamente do momento da refeição de forma respeitosa e consciente (Pérola, 2025).

Esse ponto de vista ampliou o conceito de autonomia, aproximando-se de uma concepção integral da criança como sujeito em desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos da BNCC e com abordagens contemporâneas voltadas à infância. Veríssimo *et al.* (2017) disseram que na fase pré-escolar a alimentação possibilita a criança a se alimentar de forma independente, isso favorece o desenvolvimento da autonomia ao expressar suas preferências na escolha dos alimentos, além de compreender a relação entre quantidades e saciedade, e aprimorar o uso correto dos talheres.

Por fim, a profissional apontou a importância de considerar também os limites estruturais e logísticos das instituições públicas, o que enfatiza a necessidade de políticas públicas educacionais que contemplem a infraestrutura apropriada para experiências pedagógicas significativas, inclusive no momento das refeições.

No decorrer da análise dessa entrevista, revelou-se uma profissional comprometida com os princípios técnicos e éticos da alimentação e nutrição escolar, que valoriza a escuta das crianças e reconhece o potencial pedagógico do momento da alimentação. Seu ponto de vista enriqueceu e contribuiu para a compreensão da autonomia alimentar como práxis educativa, ética e social, bem como evidenciou a relevância da intersectorialidade no âmbito escolar.

Diretora Ane

A entrevista com a gestora escolar, identificada como Ane, permitiu compreender, a partir da metodologia de livre interpretação, aspectos fundamentais sobre a alimentação escolar e o estímulo à autonomia alimentar na Educação Infantil. Através da escuta atenta e da interpretação subjetiva das narrativas, foi possível constatar os sentidos atribuídos pela diretora à prática pedagógica alimentar, suas percepções sobre autonomia das crianças e os desafios enfrentados no contexto de uma instituição pública.

Ane atua na rede municipal desde 2016, inicialmente como professora, e desde 2023 desempenha a função de diretora escolar. Sua trajetória demonstrou

uma vivência próxima à prática pedagógica, e isso propiciou um olhar mais integrado dos processos escolares, abrangendo momentos de alimentação. Esse panorama docente-gestora favoreceu para uma atuação que valoriza o cuidado e a intencionalidade educativa também durante as refeições, indo ao encontro dos pressupostos da BNCC (Brasil, 2017), que considera a alimentação como parte fundamental do desenvolvimento integral das crianças.

A diretora explicou como como acontece a rotina alimentar na escola:

A rotina da pré-escola, assim como das demais turmas, é acompanhada por uma nutricionista responsável pela elaboração do cardápio e pela seleção dos insumos que serão oferecidos às crianças. O cardápio contempla, no turno da manhã, o desjejum e o almoço, e, no turno da tarde, o almoço e o lanche. Com o objetivo de incentivar hábitos alimentares saudáveis, durante o recreio os alunos consomem prioritariamente os alimentos fornecidos pela unidade escolar. Em um momento distinto, eles têm acesso aos lanches trazidos de casa (Ane, 2025).

Soares *et al.*, 2018 *apud* Costa 2021, ressaltou que a escola se caracteriza como um ambiente eficaz para ações voltadas a influenciar as escolhas alimentares das crianças, já que estão sendo desenvolvidos os hábitos alimentares. Ane reconheceu em sua narrativa que, apesar da presença de lanches trazidos de casa por algumas crianças, muitas vezes industrializados, a escola orienta que os alunos priorizem o consumo da alimentação fornecida pela unidade escolar, o que ressalta uma tentativa de promover coerência alimentar e incentivar hábitos saudáveis.

Ao ser contestada sobre a abordagem pedagógica da alimentação no currículo da Educação Infantil, a diretora afirmou que *“Todos os professores da nossa unidade incluem em seus conteúdos programáticos o tema dos hábitos alimentares saudáveis, com foco no incentivo ao consumo desses alimentos pelas crianças.”* A fala da gestora evidenciou uma prática, ainda que não esteja sistematizada em um projeto pedagógico específico, demonstrou intencionalidade educativa, o que dialoga com a perspectiva freireana de que a alimentação também é um ato pedagógico e político (Freire, 1996). A educação alimentar, nesse sentido, é incorporada ao cotidiano escolar como prática de cuidado, cidadania e formação de valores, enfatizando o comprometimento da unidade escolar com a temática.

Ane se colocou também a respeito das profissionais da cozinha, dizendo que *“O trabalho das cozinheiras é supervisionado de perto por um membro da equipe diretiva, que se responsabiliza por acompanhar todas as etapas do processo.”* Ela

acompanha o trabalho desenvolvido no preparo e na distribuição das refeições, destacando a importância da função das merendeiras no processo educativo, ainda que muitas vezes invisibilizadas. Essa representação da gestão como mediadora entre o setor pedagógico, o técnico e o operacional reforçou a importância da articulação intersetorial para que a alimentação escolar seja, de fato, compreendida como parte do projeto educativo da escola que reflete na saúde das crianças.

Em relação à família, a diretora reconheceu que a participação é limitada: “*As famílias são informadas na reunião de responsáveis como funciona a dinâmica da merenda na rede de ensino.*” Embora esse contato seja restrito, ele ainda assim representa uma tentativa de dar visibilidade à alimentação escolar e promover uma aproximação entre escola e comunidade, isso é um aspecto relevante para a construção de práticas alimentares mais significativas e contextualizadas como propõe a pesquisa.

Sobre a proposta do autosserviço, a diretora demonstrou receptividade:

Avaliamos que o processo de autosserviço na alimentação das crianças da pré-escola pode trazer diversos benefícios, tanto no desenvolvimento da autonomia quanto na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Dentre os principais benefícios, temos: desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, estímulo à autorregulação alimentar, promoção da socialização e da cooperação, apropriação de práticas de higiene e cuidado, valorização da alimentação escolar e integração com o projeto pedagógico (Ane, 2025).

Em sua narrativa a gestora apontou alguns benefícios e potenciais que podem ser alcançados através da prática do autosserviço para o desenvolvimento das crianças. Ressaltou ainda que a autonomia infantil no momento da alimentação vai além da montagem do prato, envolve a capacidade de se alimentar sozinho, estar à mesa com os colegas, reconhecer os alimentos e participar de forma consciente do momento de refeição. Esse pensamento está alinhado ao conceito de autonomia defendido pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que entende a autonomia na infância como a construção progressiva da capacidade de tomar decisões, agir com responsabilidade e participar da vida social. De acordo com o Brasil (1998, p. 14):

A autonomia, definida como capacidade de conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é nessa faixa etária mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceder uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para

construir conhecimentos, e, dentro de suas potencialidades, interferir no meio em que vivem.

Segundo o Referencial Curricular Nacional, a professora de Educação Infantil é fundamental para desenvolver a autonomia da criança, isso se dará principalmente no estabelecimento de uma relação de confiança, além de implementar um trabalho que permita a criança refletir e ter responsabilidades, valorizando o processo educativo para que esse ser desenvolva a autonomia.

Ane, também apontou obstáculos, principalmente no que tange a infraestrutura da escola. Disse que “o maior desafio é a adequação do espaço físico, dos mobiliários e de utensílios que precisarão ser utilizados”. Esse apontamento revelou a necessidade de considerar as condições materiais das instituições públicas tanto no planejamento como na execução de propostas pedagógicas inovadoras. Paro (2016, p. 14), faz uma crítica em relação a isso, destacou que “a estrutura da escola atual não se tem mostrado adequada aos fins educativos proclamados pelas concepções pedagógicas comprometidas pela emancipação do indivíduo”. No entanto, sabe-se que a qualidade da educação está diretamente ligada às condições estruturais e de trabalho oferecidas tanto às escolas quanto aos profissionais que ali estão.

A diretora compartilhou um fato que marcou sua trajetória:

Uma experiência marcante ocorreu quando um de nossos alunos, que normalmente não se alimentava na escola, teve a oportunidade de montar o próprio prato durante o autosserviço. Ao se ver no papel de protagonista daquele momento, ele decidiu experimentar a comida – mesmo optando por não consumir o feijão. Segundo relatos, a partir desse dia, o aluno passou a se permitir comer nas refeições seguintes, inclusive quando era servido por outra pessoa e com alimentos que inicialmente dizia não gostar (Ane, 2025).

Esse relato destacou o impacto positivo da autonomia no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e reafirma a importância da valorização da escuta, do protagonismo e do respeito às escolhas das crianças, esses são aspectos centrais dessa pesquisa.

4.2 Entrevistas Pós-Aplicação do Produto Educacional

Merendeira Pureza

Após iniciado o trabalho com o autosserviço na alimentação das crianças na pré-escola, foi realizada uma nova entrevista com as profissionais de educação

participantes da pesquisa: a merendeira, nutricionista e a diretora da Unidade escolar, com objetivo de identificar suas observações sobre a implantação desse serviço na educação infantil.

A percepção da merendeira evidenciou um olhar positivo sobre a participação das crianças no autosserviço. Ao ser questionada sobre a montagem do prato pelas crianças, relatou que “foi bem melhor”, sugerindo que a autonomia no momento da refeição influenciou no aumento do consumo alimentar. A profissional observou que houve necessidade de ampliar a quantidade de alimentos preparados, o que, em sua visão, está diretamente relacionado ao fato de as crianças estarem se servindo e, conseqüentemente, se alimentando mais. *“Eu achei que foi bem melhor, eu acho que por eles estarem arrumando eles comeram mais do que eles comem no dia a dia. (...) Precisei aumentar a quantidade [de arroz].”* Estudos indicaram que a autonomia no ato de servir pode estimular a aceitação de alimentos e reduzir o desperdício (De Fátima e De Moraes, 2018). A experiência despertou o interesse dos pequenos, além de promover um ambiente favorável à alimentação.

A Pureza reconheceu que o autosserviço favoreceu a autonomia das crianças e ainda sugeriu que ampliasse para o turno da tarde, pois considerou que foi bem sucedida a estratégia utilizada. “Teria que fazer a tarde também né, só fez de manhã. Poderia até fazer duas vezes por semana”. A possibilidade de ampliação da prática sugerida pela profissional indicou a aceitação da estratégia e percepção de seu potencial como ferramenta educativa, em consonância com os princípios da Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2018).

Em relação aos aspectos organizacionais e desafios, ela sinalizou: “Mas eu acho que se fosse assim todos os dias, todos os professores precisavam se envolver”. Nesse trecho, ela sinalizou que para fluir bem exigiria maior envolvimento dos docentes, enfatizando que a sustentabilidade da prática depende do engajamento coletivo.

Nutricionista Pérola

A nutricionista ressaltou que a participação das crianças foi relevante, não apenas do ponto de vista alimentar, mas também para o desenvolvimento integral, indicando que o autosserviço viabilizou vivências que transcendem a nutrição, pois abrangeu dimensões sociais e cognitivas. Essa fala está alinhada aos pressupostos

da Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2018) que defende abordagens práticas e educativas para a construção de hábitos saudáveis. Pérola narrou que:

A participação das crianças nesse momento foi bastante significativa. Elas demonstraram senso de responsabilidade e mais interesse pelos alimentos disponíveis. Foi um momento de aprendizado não apenas nutricional, mas integral (Pérola, 2025).

Sabe-se que a alimentação e nutrição são fundamentais para a promoção e proteção da saúde, além de possibilitar o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento do ser humano, com bem-estar e cidadania (Brasil, 2013). Então, constatar que uma estratégia de educação apresentou bons resultados é de grande valia.

Pérola ainda se posicionou a respeito da autonomia como um processo educativo, como observado a seguir: *“A autonomia alimentar envolve escolhas, autoconhecimento e a construção de hábitos saudáveis e o autosserviço tem um papel essencial nesse processo.”* Nesse sentido, a narrativa reforçou a importância do autosserviço como estratégia promotora da autonomia infantil em que conecta a prática ao desenvolvimento de competências que vão além do ato de comer, como a tomada de decisão e a consciência alimentar. Essa visão se alinha com o pensamento de (De Fátima e De Moraes, 2018, p.104),

Na visão da nutricionista, os benefícios são variados e, podemos dizer, associam-se com um letramento alimentar. As crianças fazem desde as atitudes básicas de alimentação, como uso de talheres, passando por elementos do convívio social, como regras e espera do outro, até habilidades mais elaboradas, desenvolvimento da autonomia e experimentação.

Ao ser indagada se percebeu algum desafio ou dificuldade, a profissional disse: *“Sim. No início algumas crianças apresentaram dificuldade em aguardar na fila”*. A percepção que a Pérola teve em relação a turma ajudou a fazer ajustes e também constatou o quão ativas e participativas são essas crianças, outro ponto que evidenciou foi a empolgação em querer participar de uma atividade inovadora. Além disso, as mudanças, geralmente, causam algum estranhamento inicial até a adaptação, segundo Kochi *et al.* (2018).

A nutricionista também se posicionou em relação a manter o autosserviço diariamente, apesar de reconhecer que a prática apresentou benefícios, diz que *“No momento, pela logística oferecida pela escola, acredito que não seja viável, podendo ser algo estudado para o futuro.”* Nesse trecho, ela apresenta que existem desafios

logísticos e estruturais, principalmente relacionados à organização escolar e à adaptação das crianças às regras do autosserviço. Esse ponto de vista evidenciou que mudanças comportamentais exigem suporte institucional, planejamento e tempo.

A profissional mais uma vez ressaltou o potencial que a estratégia de ensino apresentou:

Percebi que o momento do autosserviço passou a ser também um espaço de diálogo e troca entre as crianças, fortalecendo vínculos e desenvolvendo habilidades além da alimentação (Pérola, 2025).

O autosserviço foi reconhecido como um momento de socialização, por favorecer interações entre as crianças, o que potencializou seu caráter educativo e integrador, como propõe as propostas da BNCC (2017), que reconhecem a alimentação como momento de aprendizagens.

Diretora Ane

A segunda entrevista realizada com a diretora serviu também para a validação do produto educacional, que é uma proposta pedagógica destinada a professores da educação infantil, que queiram desenvolver um trabalho diferenciado com seus alunos, intitulado “Autosserviço Como Prática Pedagógica na Pré-Escola”. Essa abordagem aconteceu, logo, após o desenvolvimento do segundo autosserviço com as crianças da pré-escola, que também estavam presentes as demais profissionais participantes.

A diretora da instituição observou alto nível de envolvimento das crianças, que não apenas participaram, mas demonstraram curiosidade e protagonismo no momento da escolha dos alimentos

Percebi que as crianças participaram com bastante interesse e entusiasmo. Elas demonstraram curiosidade em escolher alimentos, observando o que estava disponível e organizando seus pratos de acordo com suas preferências (Ane, 2025).

Essa percepção sugere que o autosserviço despertou o interesse ativo pela refeição, além de contribuir para a relação positiva com os alimentos, conforme defendido por práticas de Educação Alimentar que valorizam a autonomia infantil (Brasil, 2018).

O autosserviço alimentar apresentou como objetivos a consciência alimentar e mudanças nas escolhas, diante disso, Ane identificou que houve avanços não apenas na quantidade de alimentos consumidos, mas na qualidade das escolhas: *“Observei que as crianças passaram a ter mais consciência sobre as porções, além de demonstrarem maior disposição para experimentar alimentos novos.”* O relato apontou que o autosserviço estimulou a experimentação de alimentos menos aceitos anteriormente, como legumes, verduras e frutas, e fomentou maior equilíbrio no prato: *“Percebi escolhas mais equilibradas, como interesse em colocar no prato pelo menos um item considerado saudável, mesmo quando optam por outros alimentos que já faziam parte de sua rotina.”* Essa narrativa reflete os objetivos da promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância.

Em relação às decisões que as crianças precisaram tomar, a diretora destacou que a prática não apenas promoveu autonomia, mas também reforçou aspectos socioemocionais, como a autoconfiança e o senso de responsabilidade. Ela relatou que:

O autosserviço favoreceu o senso de responsabilidade, já que cada criança passou a decidir o que colocar no prato e em qual quantidade. Esse processo fortalece a autonomia, a autoconfiança e a noção de autocuidado (Ane, 2025).

A estratégia desenvolvida no ambiente escolar demonstrou apresentar perspectivas favoráveis aos hábitos de alimentação saudável e se alinha à literatura que reconhece a alimentação escolar como espaço formativo integral (Santos e Coutinho, 2025), salienta que,

A escola, sendo um espaço onde as crianças passam a maior parte do dia, tem um papel de destaque na formação de conceitos, valores, crenças e opiniões, servindo como um ponto de referência para a aplicação de qualquer programa educacional. Além disso, é um ambiente que favorece a participação de diferentes envolvidos na formação dos hábitos alimentares dos alunos, incluindo professores, merendeiras, familiares e profissionais de saúde (Santos e Coutinho, 2025, p. 2708).

Em relação aos desafios identificados, relacionaram-se à fase de adaptação, principalmente quanto ao controle de porções e à organização do fluxo de atendimento. Ane constatou que:

O principal desafio foi a organização inicial, tanto no sentido de orientar as crianças quanto de manter a fluidez do momento de refeição. Em alguns casos houve excesso de comida colocada nos pratos, o que exigiu mediação para evitar desperdícios (Ane, 2025).

Esses aspectos reforçaram a necessidade de planejamento, mediação e orientação contínua para consolidar a proposta do autosserviço na pré-escola. De acordo com Horn (2016, p.3):

[...] deve-se reforçar a ideia de que a alimentação tem uma influência relevante no bem estar e na satisfação das crianças, sendo preciso tornar significativa essa experiência. Trata-se de uma atividade rotineira que merece um tratamento cuidadoso, operacionalizado por meio de um planejamento detalhado e minucioso. Esse processo, como já dissemos, deve envolver todos os segmentos da escola, não somente a cozinha e as auxiliares, tendo como um dos pontos estratégicos o entendimento de que, para quê, como e onde as crianças podem comer.

A profissional Ane destacou momentos que considerou de grande importância no desenvolvimento da prática de alimentação:

Tivemos um momento muito especial com um aluno autista que geralmente não se alimenta na escola. No dia em que lhe foi oferecida a oportunidade de se servir sozinho, ele demonstrou interesse, montou seu prato de forma independente e, para nossa surpresa, comeu com tranquilidade (Ane, 2025).

Essa fala de Ane demonstrou o potencial do autosserviço como prática inclusiva, pois possibilitou que crianças com diferentes necessidades se engajassem no processo alimentar, isso favoreceu a participação e a equidade no ambiente escolar. Destacou-se também a importância de “empregar diversos recursos didáticos e materiais educativos no contexto de iniciativas voltadas à promoção de hábitos alimentares saudáveis”. Essas estratégias foram fundamentais para promover a aprendizagem.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

As pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ensino, além de promoverem o avanço das discussões nesse campo de conhecimento, podem contribuir de forma significativa para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. De acordo com Souza *et al.* (2021), essas contribuições abrangem a formação continuada de professores, o redimensionamento das metodologias de ensino, a ressignificação da gestão da sala de aula e a produção de materiais didáticos.

Nesse sentido, com o objetivo de integrar a formação teórica à prática docente, os Programas de Pós-Graduação em Ensino, na modalidade profissional, costumam solicitar aos seus discentes a elaboração de um produto educacional que reflita as demandas e realidades do cotidiano da profissão.

Os produtos educacionais são voltados, geralmente, para criar estratégias que resolvam ou minimizem algum problema em alguma turma, ou ano de escolaridade ou até mesmo para apresentar inovações na área de ensino. Sendo assim, Gomes e Berg (2013, p. 248) discorreram que:

O Mestrado Profissional em Educação ou Ensino privilegia as relações sociais a partir do momento em que convida o pesquisador a este olhar investigativo para o outro, visando não apenas às discussões teóricas, mas também à solução de problemas na Educação Básica. Afinal, a teoria também é importante, mas pode provocar certo distanciamento entre a pesquisa realizada nas universidades e a realidade da escola.

Desse modo, foi pensado em um produto educacional que pudesse contribuir com o desenvolvimento de hábitos saudáveis de crianças da pré-escola. Os estudos realizados contribuíram para a criação de uma proposta de implantação do autosserviço na Pré-escola, intitulado: **Autosserviço Como Prática Pedagógica na Pré-Escola**, visando contribuir para a autonomia e a promoção de hábitos saudáveis nas crianças desde a educação infantil. Os objetivos do P.E. são: **desenvolver a alimentação saudável através da participação da criança no uso do sistema de autosserviço e proporcionar autonomia na escolha do alimento.**

O produto educacional é uma proposta pedagógica, contém orientações de como implantar o autosserviço na educação infantil. Essa proposta foi desenvolvida para orientar professores da pré-escola e equipe técnico-pedagógica que queiram implantar essa estratégia pedagógica em suas escolas a fim de contribuir com um ensino reflexivo sobre saúde e hábitos saudáveis, proporcionar uma aprendizagem

ativa de hábitos alimentares saudáveis, desenvolver a autonomia e a autoconfiança das crianças através do autosserviço em que as crianças aprendem a montar o seu prato. Em consonância com a Prefeitura de São Paulo (2023), o sistema de autosserviço, quando articulado às práticas pedagógicas, possibilita que a criança aprenda a compor seu prato de maneira adequada, considerando tanto a quantidade quanto a qualidade dos alimentos selecionados. Além disso, essa organização contribui para a redução do desperdício alimentar.

As experiências com os sabores dos alimentos começam muito cedo. As crianças se familiarizam com os sabores desde o ventre materno, por isso, desde a gravidez, a mãe deve selecionar os alimentos que consome, depois que nasce tem contato com os sabores através do leite materno. Essa experiência inicial pode contribuir para a criança ter uma boa aceitação na introdução alimentar. A formação dos hábitos alimentares na infância é influenciada por múltiplos fatores, incluindo aspectos fisiológicos e ambientais. Embora o contato com diferentes sabores ocorra desde a gestação e durante a lactação, é a partir dos seis meses de vida que se recomenda a introdução de uma alimentação mais variada com a finalidade de favorecer a aceitação de novos alimentos (Costa, 2021; Ramos, Santos e Reis, 2013).

A introdução alimentar é um processo de aprendizagem de alimentação e que não é simples nem natural, a criança é ensinada a comer. Os primeiros cinco anos de vida de uma criança são essenciais para o desenvolvimento do paladar e preferências alimentares, nesse período a criança se desenvolve com os hábitos culturais de onde vive, na família, creche, escola e diferentes lugares na sociedade e pessoas que convive (Cervato-Mancuso; Vincha; Santiago, 2016; Piasetzki; Boff, 2018; Barbosa *et al.* 2022).

Para promover a aceitação dos alimentos saudáveis e diversificados na dieta de uma criança é necessário oferecer alimentos variados de diferentes formas e várias vezes para que a criança desenvolva o gosto pelo alimento (Costa, 2021). Outro ponto importante é entender que as crianças aprendem sobre comida por meio da experiência direta de se alimentar e observando o comportamento alimentar dos outros, diante disso, torna-se importante preparar um material direcionado aos professores, para trabalharem com as crianças para que estas possam desenvolver atitudes que adquiram uma alimentação saudável e nutritiva (Costa, 2021).

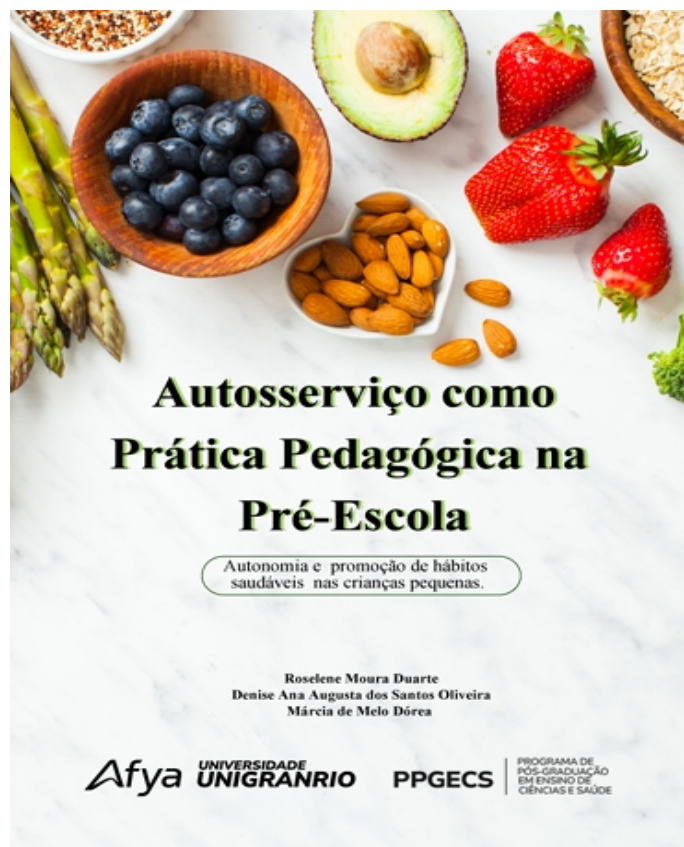
Acredita-se que a criança quando tem autonomia de se servir, desenvolve a curiosidade e passa a experimentar novos sabores, por isso o autosserviço se apresenta como uma boa estratégia para desenvolver hábitos alimentares saudáveis.

6. APLICABILIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa intitula-se **Autosserviço como Prática Pedagógica na Pré-escola** e apresenta-se no formato de uma proposta pedagógica direcionada a professores e profissionais da Educação Infantil. O material foi concebido com o propósito de orientar a implementação do autosserviço alimentar em turmas de crianças de cinco anos, visando favorecer a autonomia, a formação de hábitos alimentares saudáveis e a integração dessa prática ao cotidiano escolar.

O livreto com a proposta do autosserviço foi desenvolvido em conjunto com uma designer gráfica (a pesquisadora teve a responsabilidade de entregar o protótipo em sua versão final e acompanhar todo o processo de construção), ele mede 14x21cm e foi impresso em uma gráfica. A Figura 5 apresenta uma opção de cores e imagens que deixaram uma capa harmoniosa, além de convidar a prática de bons hábitos alimentares.

Figura 5: Capa do Livreto



Fonte: Autora, 2025

A criação do produto foi pautada na revisão bibliográfica sobre alimentação infantil, autonomia e práticas pedagógicas inovadoras, bem como nas experiências vivenciadas com as crianças durante a fase de intervenção da pesquisa. Esse caminho permitiu a construção de um material alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo no que se refere ao direito das crianças de desenvolver a autonomia, o cuidado de si e a convivência social no espaço escolar.

O sumário do produto seguiu a mesma identidade visual como mostrado na Figura 6, apresentando as partes que compõem: introdução, objetivos, etapas de implementação, avaliações, ações complementares, autosserviço, considerações finais, os agradecimentos e por fim as referências.

Figura 6: Sumário do Produto

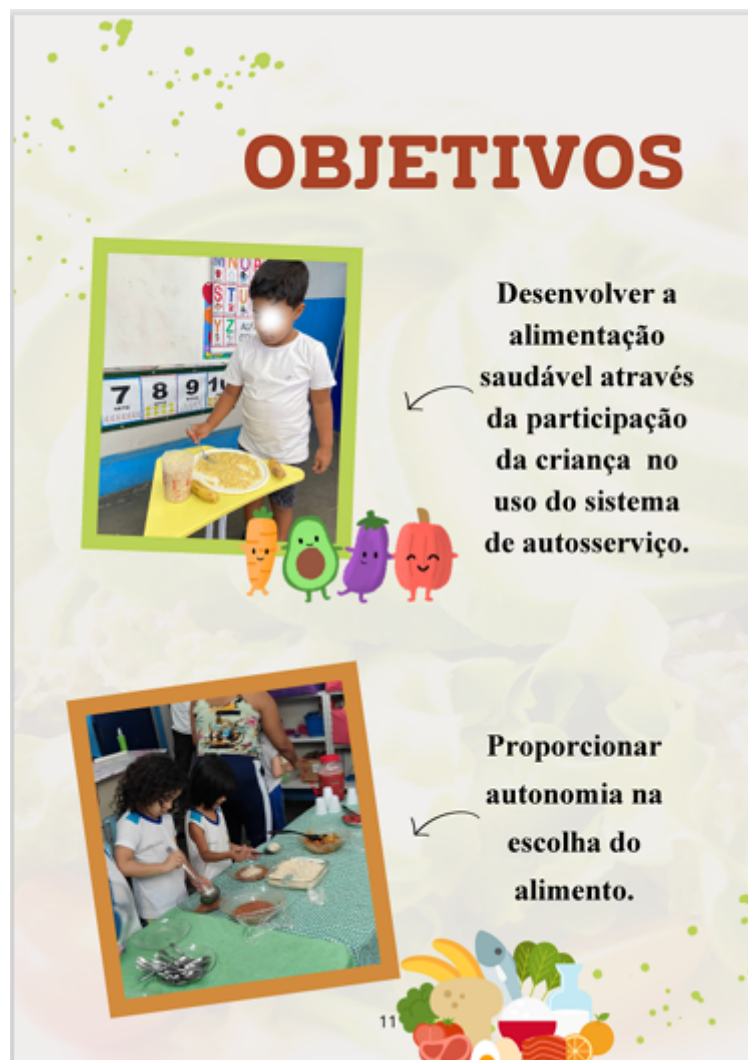


INTRODUÇÃO.....	08
OBJETIVOS.....	11
ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO.....	12
AVALIAÇÕES	21
AÇÕES COMPLEMENTARES.....	22
AUTOSSERVIÇO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
AGRADECEMOS	26
REFERÊNCIAS.....	27

Fonte: Autora, 2025.

O produto educacional abordou os objetivos projetados na Figura 7, além de contemplar orientações práticas organizadas em oito etapas, abrangendo desde a preparação do ambiente e dos utensílios até as estratégias pedagógicas que podem ser adotadas pelos professores para estimular a participação ativa das crianças no momento da alimentação. O material também sugeriu formas de mediação do adulto, de modo a garantir a segurança e a valorização das escolhas infantis, bem como recomendações sobre a integração dessa prática com o planejamento pedagógico.

Figura 7: Objetivos



Fonte: Autora, 2025.

A infância constitui um período fundamental para a formação das práticas alimentares, que devem ter atenção especial dos responsáveis e educadores. Nessa

fase, é primordial que a seleção de alimentos com qualidade nutricional seja incorporada de maneira natural ao cotidiano infantil, a fim de favorecer o desenvolvimento e a consolidação de hábitos alimentares saudáveis, capazes de contribuir para a prevenção de agravos à saúde na vida adulta (Dos Santos, 2015).

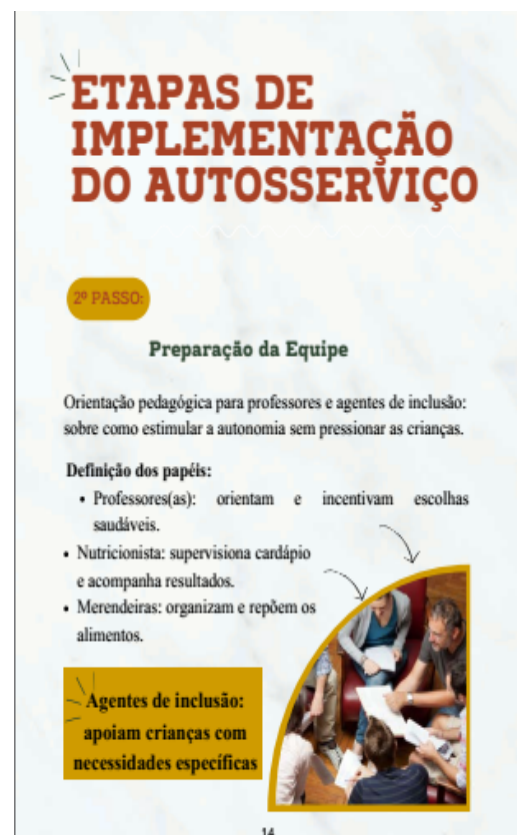
No que se refere à sua aplicabilidade, o produto foi testado em contexto real de uma instituição pública de Educação Infantil, onde se realizaram vivências do autosserviço junto às crianças da pré-escola. As observações realizadas durante a implementação, associadas às entrevistas com profissionais da escola (nutricionista, merendeira e diretora), forneceram subsídios para verificar a viabilidade da proposta e identificar ajustes necessários. Tais procedimentos asseguraram que o material refletisse não apenas princípios teóricos, mas também as demandas e condições práticas do ambiente escolar, podendo ser realizadas adaptações. As etapas de implementação foram planejadas cuidadosamente (Figuras 8 e 9).

Figura 8: Implementação



Fonte: Autora, 2025.

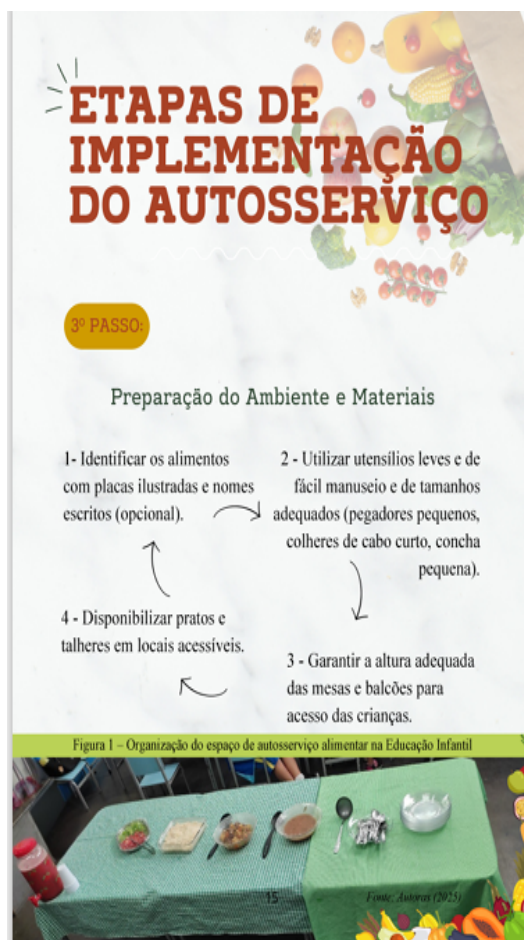
Figura 9: Implementação



Fonte: Autora, 2025.

As etapas da proposta pedagógica do autosserviço alimentar requereram um planejamento objetivo e intencionado de toda equipe pedagógica, incluindo professores, merendeiras, nutricionista e pessoal de apoio (Figuras 10 e 11). Segundo Mello (2014) tratar de educação alimentar e nutricional na escola é um percurso que requer determinação, pois é um processo construído no cotidiano das crianças na instituição. O desenvolvimento das atividades propostas deve ser contínuo, divulgado e lembrado pela equipe pedagógica e pelos pais.

Figura 10: Implementação



Fonte: Autora, 2025.

Figura 11: Implementação



Fonte: Autora, 2025.

No modelo de alimentação tradicional escolar, as merendeiras servem o prato pronto para a criança de acordo com o cardápio do dia, e cabiam as mesmas se alimentarem sozinhas ou com a ajuda da educadora de acordo com a necessidade. Mas como abordado anteriormente, nesses moldes muitas crianças nem chegavam

a pegar o prato. Isso porque a refeição acontecia sem a participação ativa da principal protagonista do processo: a criança.

Com o autosserviço alimentar a criança tem o contato visual com o alimento, além de experiências sensoriais positivas, trocas culturais, além de poder escolher os alimentos a serem servidos, a quantidade consumida, com a possibilidade de construir hábitos alimentares mais saudáveis e conscientes. Segundo Landau (2016), o ato de se alimentar nasce junto com o momento de acolhida, sendo assim se faz necessário preparar um ambiente acolhedor e que potencialize a autonomia das crianças de forma que ela realmente seja sujeita à sua própria história.

Durante todo o processo foi importante sensibilizar e conscientizar as crianças quanto ao novo sistema de alimentação. No início foi natural que acontecesse que alguma criança não conseguisse dimensionar a quantidade de comida a ser servida e colocar mais do que conseguisse consumir, ou que colocasse apenas grãos e pensasse ser suficiente. Isso foi se ajustando na medida em que a criança compreendeu que ela poderia servir em pequenas porções, o quanto for necessário, para satisfazer o seu apetite. Kochi, Souza e Ovando (2018) destacaram que permitir que as crianças escolham os alimentos que são servidos em seu prato não restringe suas escolhas alimentares, pelo contrário, foi observado que quando foram colocadas em contato visual com o alimento ampliaram o consumo de saladas e legumes.

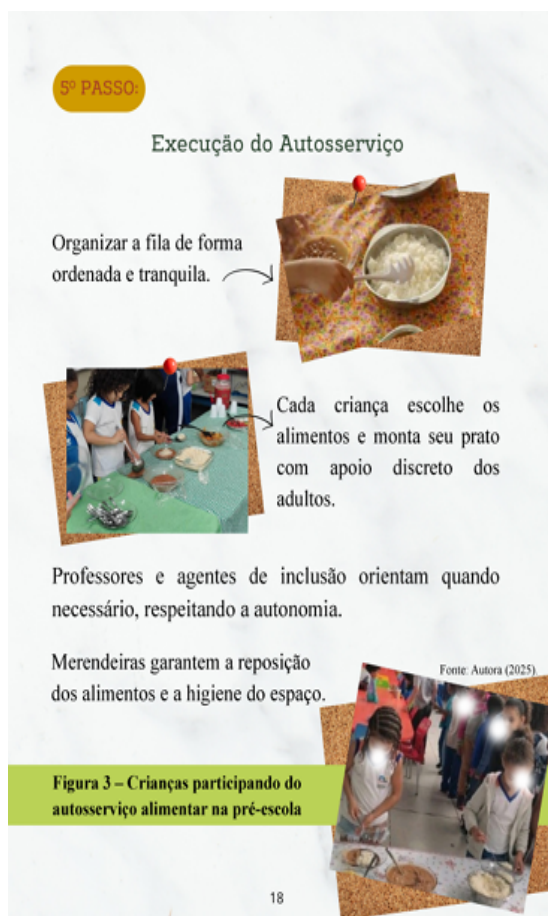
A estrutura do refeitório sofreu alterações para que a proposta do autosserviço alimentar fosse colocado em prática. Foi necessário remanejar três mesas para a exposição dos alimentos em vasilhames rasos, além dos pratos de vidros, garfos, colheres e utensílios como pegadores de salada, colher grande para arroz, concha pequena para servir o feijão e pegador para carne e legumes, tudo à altura das crianças como é possível visualizar na figura onze.

No início algumas crianças apresentaram dificuldade, pois não estavam acostumadas a se servirem, mas com orientações e intervenções, logo, conseguiram escolher e montar o prato. O comportamento dos pré-escolares surpreendeu positivamente toda equipe, no momento do autosserviço foi notado a prática de regras de socialização, eles conseguiram respeitar o tempo de cada um no momento de se servir e aguardaram a sua vez.

A execução do autosserviço (Figura 12) e o monitoramento (Figura 13), foram etapas de grande importância no processo do autosserviço alimentar. De acordo

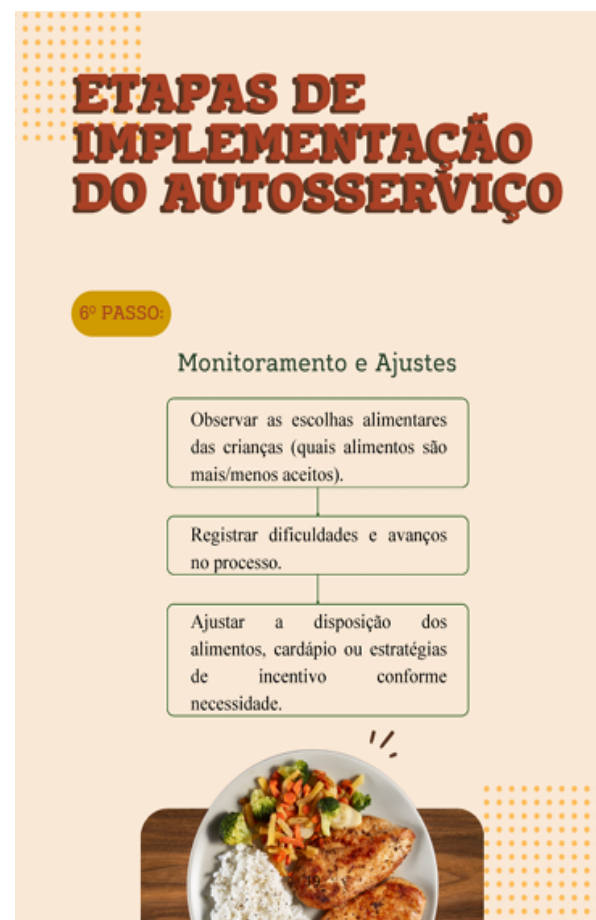
com Bôto (2023) tornou-se pertinente refletir sobre as formas pelas quais a escola pode contribuir para a consolidação de hábitos alimentares saudáveis, por isso, é necessário ter um olhar atento e sensível para perceber quais alimentos a criança rejeita, dificuldades, avanços e reconhecer o papel formador e social que essa instituição exerce. Mais do que atribuir-lhe novas responsabilidades, é fundamental valorizar seu potencial transformador na construção de valores e atitudes voltados à promoção da saúde e do bem-estar através do exercício da autonomia.

Figura 12: Implementação



Fonte: Autora, 2025.

Figura 13: Implementação



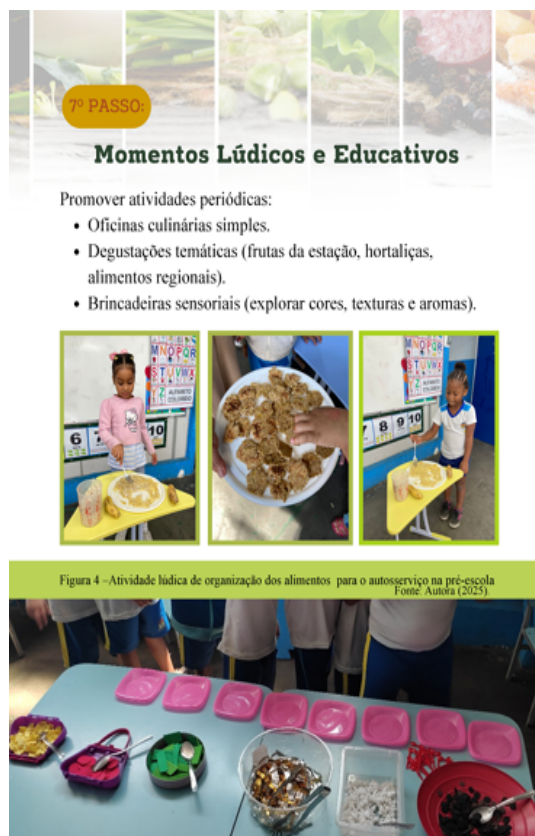
Fonte: Autora, 2025.

Kochi, Souza e Ovando (2018), ressaltaram que desde os primeiros anos de vida, é fundamental que as crianças aprendam, por meio de vivências e exemplos cotidianos, a respeitar o espaço coletivo, a desenvolver a capacidade de aguardar sua vez e a colaborar com o cuidado e a higiene dos ambientes. No contexto do autosserviço alimentar, essas aprendizagens tornam-se ainda mais significativas, pois favorecem o exercício da autonomia, da responsabilidade e da convivência

social no momento das refeições. As trocas de experiências e até mesmo um servindo de exemplo para o outro demonstra o potencial dessa ferramenta.

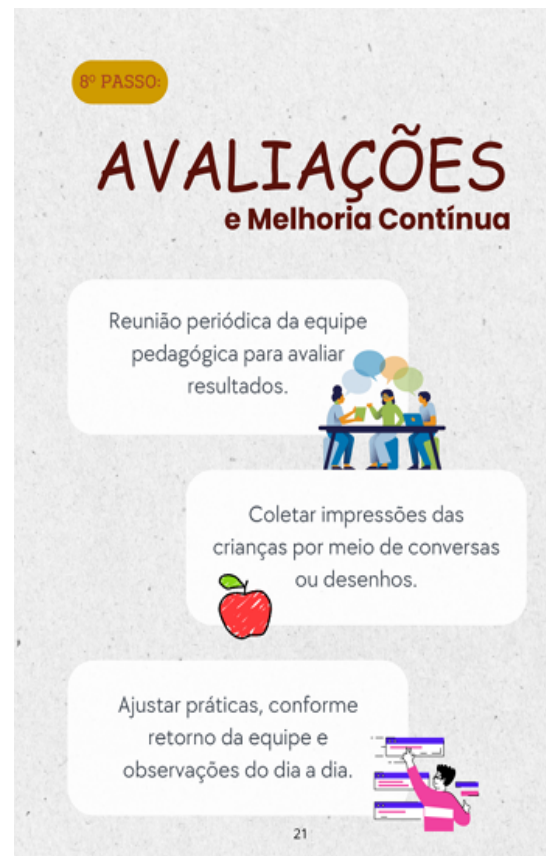
Cortez (2020) a educação alimentar deve integrar um currículo vivo, experienciado pelas crianças e suas famílias na educação infantil, por meio de práticas lúdicas que as envolvam ativamente (Figura 14). Para isso, tornou-se necessárias mudanças na organização dos espaços, no incentivo à autonomia infantil, na participação no preparo e na experimentação de alimentos, bem como na adoção de rotinas mais flexíveis durante as refeições. Na Figura 15 mostrou que é necessário ter um olhar atento para avaliar os resultados cotidianos, esses elementos são fundamentais para favorecer a construção de uma nova relação com a alimentação.

Figura 14: Ludicidade



Fonte: Autora, 2025.

Figura 15: Avaliações



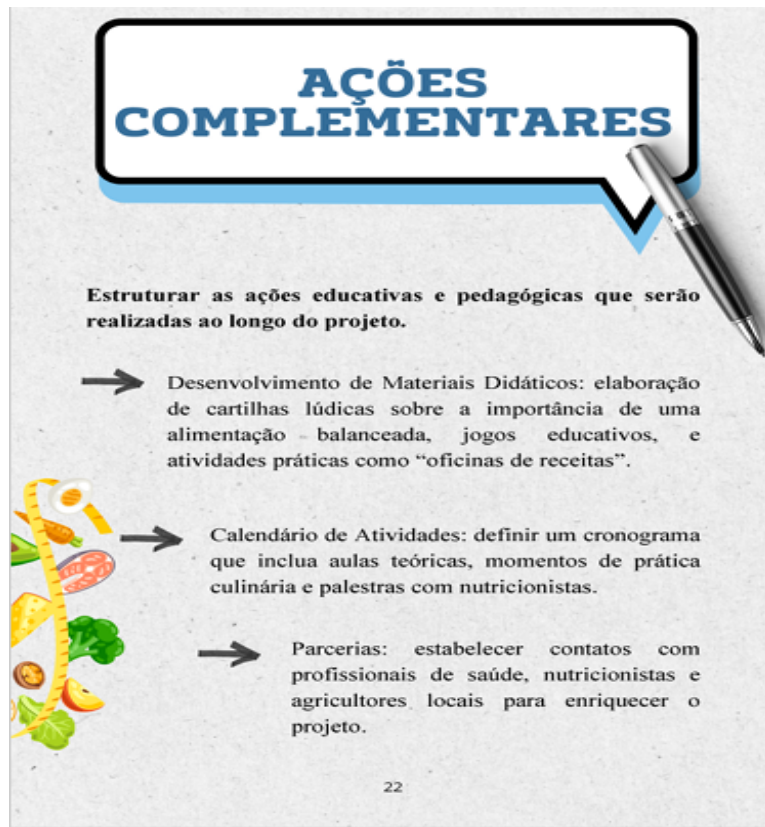
Fonte: Autora, 2025.

A validação do produto ocorreu com a participação de profissionais da área, que avaliaram sua clareza, pertinência e relevância pedagógica através da

entrevista realizada após a aplicação do autosserviço. As análises apontaram que a proposta foi aplicável no contexto escolar, favorecendo a promoção da autonomia alimentar das crianças e contribuindo para práticas educativas alinhadas à formação integral.

Falar sobre alimentação na Educação Infantil demanda uma perspectiva interdisciplinar, pois envolve dimensões biológicas, sociais, culturais e afetivas do desenvolvimento humano. Desenvolver o tema de forma integrada às diferentes áreas do conhecimento possibilitou que as crianças compreendessem a alimentação não apenas como uma necessidade fisiológica, mas também como uma prática social, cheia de significados, valores e escolhas (Brasil, 2018). A BNCC reforça que a interdisciplinaridade é essencial para a construção de aprendizagens significativas, ao articular experiências que mobilizam múltiplas linguagens, saberes e contextos. Dessa forma, a temática da alimentação pode ser explorada em diferentes campos do conhecimento, como nas práticas de linguagem, por meio de conversas e registros sobre os alimentos; na matemática, através de contagens e medidas durante o autosserviço; nas ciências da natureza, ao realizar o plantio de hortas, observar o crescimento dos alimentos e discutir sua origem; e nas artes, ao representar cores, formas, texturas das refeições, além de releituras de obras de arte. Essa integração entre saberes favoreceu a uma aprendizagem contextualizada e reflexiva, capaz de ampliar a compreensão das crianças sobre o ato de se alimentar. Desta forma, fortalece atitudes de autonomia e responsabilidade frente às próprias escolhas alimentares (Freire, 1996; Brasil, 2018).

As ações complementares relacionadas à alimentação na Educação Infantil (Figura 16) constituem papel primordial na formação integral das crianças, uma vez que ampliam as experiências educativas para além do ato de se alimentar. Essas ações envolvem atividades pedagógicas que integram o cuidado e a educação, ademais favorecem aprendizagens significativas sobre os alimentos, os modos de preparo, a origem e os aspectos culturais que envolvem o comer (Brasil, 2009; Brasil, 2018).

Figura 16: Ações complementares

Fonte: Autora, 2025.

A aplicabilidade do produto educacional estava diretamente relacionada aos resultados e objetivos desta pesquisa, uma vez que materializou-se em um recurso pedagógico as evidências obtidas durante a investigação. A proposta se configurou como uma ferramenta prática e fundamentada teoricamente, passível de ser utilizada por professores e equipes escolares que desejem incorporar o autosserviço alimentar como estratégia de educação alimentar e nutricional, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil.

A Figura 17 apresenta o Qr code para acessar o produto educacional através de aparelhos de smartphone. Os recursos educativos têm se estruturado como um acervo produzido pelos próprios profissionais da educação, a fim de oferecer à Educação Básica um importante suporte diante de seus múltiplos desafios. A divulgação desses materiais, de forma adequada e acessível aos docentes, requer o estabelecimento de vínculos contínuos entre a Universidade e a escola, uma relação que fortalece a integração entre teoria e prática (Zaidan, De Farias Reis, Kawasaki, 2020).

Figura 17: Acesso a Proposta do Autosserviço

Fonte: Autora, 2025.

A Figura 17 apresenta o Qr code para acessar o produto educacional através de aparelhos de smartphone. Os recursos educativos têm se estruturado como um acervo produzido pelos próprios profissionais da educação, a fim de oferecer à Educação Básica um importante suporte diante de seus múltiplos desafios. A divulgação desses materiais, de forma adequada e acessível aos docentes, requer o estabelecimento de vínculos contínuos entre a Universidade e a escola, uma relação que fortalece a integração entre teoria e prática (Zaidan, De Farias Reis, Kawasaki, 2020).

6.1 Metodologia da Aplicação do Produto Educacional

Para a validação do Produto Educacional com as crianças, foram realizados três autosserviços, o primeiro apenas com a turma da Educação Infantil para que as crianças compreendessem o que era esse sistema de autosserviço, como pode ser observado na Figura 18. Já no segundo, participaram as crianças da pré-escola e os alunos do 1º ano, pois é como acontece diariamente o recreio nesta unidade, as

duas turmas comem no mesmo horário (Figura 19). Depois que as crianças continuaram demonstrando resistência à merenda escolar foi realizado um terceiro autosserviço.

Figura 18: Primeiro Autosserviço



Fonte: Autora, 2025.

Figura 19: Segundo Autosserviço



Fonte: Autora, 2025.

No momento do autosserviço, as crianças foram observadas pela merendeira, nutricionista e diretora, essas através da comparação do cotidiano alimentar em que as crianças recebem o prato pronto pela merendeira e com a prática do autosserviço em que as crianças puderam montar o seu prato, conseguiram de fato, colocar suas impressões acerca do que observaram na prática alimentar das crianças. No decorrer das atividades, as crianças foram acompanhadas, orientadas e foram realizadas observações do trabalho desenvolvido ao longo do estudo desenvolvido. A pesquisa se mostrou promissora e apresentou êxito em relação a prática alimentar dos pequenos, pois conseguiram se servir com autonomia, e melhor do que isso, as crianças apresentaram satisfação em se alimentar, isso foi realmente muito bom, porque diariamente as crianças eram incentivadas a se alimentar no almoço e não aceitavam. A aceitação das crianças em participar do autosserviço, elas se servirem, se alimentarem, repetirem, perguntarem quando que elas poderiam se servir novamente, foram indícios de que o autosserviço contribuiu para a autonomia alimentar, bem como para o incentivo à experimentação de novos alimentos. Nesse sentido, pode ser considerada que a educação alimentar através da prática do autosserviço contribuiu para a promoção de hábitos de alimentação saudável na Educação Infantil.

Após o segundo autosserviço, as crianças continuaram demonstrando pouca adesão à merenda escolar na forma do prato preparado pela merendeira, mesmo que diariamente fossem incentivadas a provar, a pegar o prato e comer o que sentirem vontade, em sua maioria não pegavam. Algumas crianças passaram a aceitar a fruta que foi servida, mas não aceitavam o almoço. Diante da contínua recusa e por eles perguntarem quando iriam poder se servir novamente, foi resolvido fazer novamente a atividade com o autosserviço.

No momento de brincar, as crianças brincaram de restaurante “self-service” e no cardápio tinha: arroz, feijão, carne e salada de tomate com alface. Enquanto brincavam foram sendo lembrados dos combinados de que no sistema de autosserviço, que fosse colocado no prato o que achavam que iriam comer e, se depois sentissem vontade de comer mais, repetiriam. O prato não precisava ficar muito cheio e teriam que pensar que outros colegas iriam se servir.

Ao longo da brincadeira foi percebido que algumas crianças exageraram na quantidade de comida, até mesmo deixando entornar o alimento. Durante a diversão, as intervenções foram realizadas, e elas começaram a ajustar a

quantidade, como pode ser visto na Figura 20, pois através do lúdico a criança aprende e consegue organizar o pensamento.

Figura 20: Brincadeira de restaurante



Fonte: Autora, 2025.

Antes do almoço, os pequenos já estavam animados para servir seu prato, inclusive duas crianças que até então ainda não tinham aceitado comer na escola. Uma delas, a Tati, perguntou: “Tia, está na hora do almoço? Hoje, eu vou comer!”

Em seguida, no horário do almoço, eles foram organizados para irem até o refeitório, já familiarizados com o processo, começaram a servir-se com tranquilidade e colocaram em prática o que haviam aprendido.

Neste dia, de dezessete crianças na turma, estavam presentes quinze, e dessas, quatorze crianças aceitaram a merenda escolar, dentre elas duas aceitaram pela primeira vez a comida.

O primeiro a se servir foi o “Elefante”, pegou o arroz com cenoura e peito de frango cozido, pegou a colher e sentou para comer. Em seguida, “Poliana” serviu arroz com cenoura, frango e feijão, na sequência foi a vez de “Maria Joaquina” que colocou os mesmos alimentos da criança anterior, um prato bem servido. E, logo, veio “Tati” que pegou o prato, serviu arroz com cenoura, observou bem o restante da comida e pegou mais arroz, não quis mais nada. Nesse momento foi oferecido frango, caldinho, legumes, feijão e ela fez a recusa com a cabeça e a expressão no rosto. Então, foi respeitada a sua vontade.

“Malica”, serviu-se com arroz, caldinho de frango e pedaços de peito. O aluno “Gabriel” veio perguntou : “Tia, eu já posso pegar?” E ele começou a servir, colocou feijão, arroz com cenoura e frango. Na sequência Tutu, um dos alunos atípicos, montou seu prato com autonomia, colocou feijão, arroz com cenoura, frango com caldinho e uma colher generosa de legumes, pegou a colher e foi comer. A próxima foi “Júlia”, serviu feijão, arroz e frango; depois veio o “Violino”, montou seu prato com feijão, arroz com cenoura, frango e legumes, logo, em seguida, veio a “Paçoquinha”, colocou sua comida, apenas não quis legumes; “Coelho” se serviu da mesma forma e, por último, veio, “Mimi”, que experimentou a comida pela primeira vez e serviu-se com frango.

Após todos se servirem começou a rodada de repetições, e para alegria da pesquisadora, a primeira que repetiu foi a “Tati”, a aluna que pela primeira vez aceitou se alimentar, em pequenas porções ela comeu por três vezes e a cada repetição foi acrescentando mais um alimento do cardápio; na segunda vez ela colocou arroz com cenoura e frango; na terceira, os mesmos alimentos e acrescentou uma fatia de abacaxi. O melhor de tudo foi ver a expressão de satisfação estampada no rosto da criança.

Na sequência, “Elefante, Gabriel e Malica” também acrescentaram feijão na repetição. Logo, vieram “Poliana e Julia” e se serviram novamente, foi quando “Tati”, estava se servindo pela terceira vez e viu que o abacaxi havia sido colocado na mesa e falou: “abacaxiii! Vou pegar abacaxi! Tia, posso pegar abacaxi? Foi permitido e ela colocou a fruta no prato. “Poliana” seguiu o exemplo da amiga e também colocou a fruta no prato.

Nesse momento apareceu “Ane”, a diretora da unidade, e perguntou : e ai Tati, está gostando da comida da escola ? Tati abriu um sorriso lindo e disse que “sim”.

Em seguida, veio o “Gabriel” e perguntou : Gente, pode comer três vezes ? Então, foi esclarecido que se tivesse vontade de comer poderia, apenas não podia pegar para jogar fora.

Nesse momento, chegou “Mimi”, mais uma vez na mesa toda satisfeita, e colocou arroz com cenoura, frango e pegou suco de melancia, novamente “Gabriel e Coelho” também chegaram pra comer mais e “Gabriel” falou : Tia, acabou o arroz. Então, foi pedido a reposição. Ele se serviu com todos os alimentos.

Assim que as crianças foram terminando, tinham à sua disposição as frutas : maçã, mamão, abacaxi e suco de melancia, todas sentiram-se bem à vontade, iam à mesa pegavam o que sentiam vontade e sentaram para comer. Sempre que necessário as intervenções foram realizadas, por exemplo, pegar uma fruta de cada vez.

Ao término do almoço retornaram para sala de aula que, geralmente, é quando acontece o lanche, mas, nesse dia, foi tão satisfatório que a maioria das crianças não quiseram comer os lanches, que levaram de casa, como: guaraná natural, refrigerante, biscoito recheado e salgadinhos diversos. Neste dia, apenas “Vitória” não comeu nada da merenda escolar, ainda apresentava muita resistência. A família da criança já disse que ela não comia frutas nem legumes, e que quando esteve doente demorou a se curar porque ela não tem uma boa alimentação.

Foi realizada uma roda de conversa em que as crianças colocaram a sua opinião do momento em que tinha vivenciado no autosserviço.

O primeiro a colocar suas impressões foi o Coelho: “Tia, a comida estava muito boa e gostosa!

Violino, que não se expressava verbalmente na escola, começou a fazer com o dedo joinha e ficou com uma expressão de satisfação.

Poliana: Foi muito bom, eu gosto de me servir

Maria Flor: Foi legal ! É bom se servir.

Paçoquinha: Eu gostei muito, foi muito bom. Quero que a próxima vez seja assim ! Gostei muito ! Foi nota 10 !

Julia: Eu gostei da forma que a gente fez !

Gabriel: Eu gostei, estava tudo muito gostoso ! Eu prefiro dessa forma.

Tati: Amei a comida! Tia amanhã a gente pode se servir de novo? Foi falado que iríamos ver, e ela continuou: “o abacaxi estava uma delícia”

Borboleta: Tia eu gostei muito da comida. Obrigada Tia, porque a comida estava muito gostosa, estava perfeita! Tava muito gostosa, Eu quero poder me servir! Ela continuou: oh tia, a comida estava muito gostosa e eu vi que a mesa estava toda arrumada, toda linda, parecendo um restaurante bem aconchegante!

A comida que a Tia da merenda fez é muito gostosa.

Malica: Ah Tia, eu cuido do meu irmão quando minha mãe está trabalhando, fazendo as coisas, enquanto ela faz a comida eu coloco o meu irmão pra dormir e depois coloco minha comida”. Falou toda orgulhosa de ter essa liberdade.

Maria Joaquina: Eu achei bem gostosa a comida, e também a maçã, o abacaxi e o mamão e, continuou: Eu gosto de me servir, mas a mamãe não deixa, porque ela disse que eu não sei, eu prefiro colocar a comida.

Mimi: Eu achei a comida muito boa! Eu ameii!

Assim que as crianças terminaram de colocar seus pontos de vista em relação ao autosserviço, a pesquisadora agradeceu e elogiou a participação de cada um, pois além de terem compreendido e participado com desenvoltura, atenção, sem desperdício, ainda tiveram mais um ponto positivo, que foi a adesão de mais duas crianças a merenda escolar.

Após a aplicação do P.E. na Escola Municipal Vinte e Um de abril, a pesquisadora teve a oportunidade de realizar uma nova aplicação na Creche e Pré Escola Municipal Professora Rosalita da Silva Netto. A aplicação foi realizada com a mesma faixa etária da unidade anterior, com crianças da pré-escola de cinco anos.

Para aplicação do autosserviço na creche foi realizada uma oficina com contação de história, brincadeira de restaurante e Mini Chefe, essa metodologia foi incorporada à oficina de autosserviço como uma estratégia pedagógica voltada ao desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da consciência alimentar em crianças de 5 anos da Educação Infantil. Fundamentada em princípios lúdicos e participativos, essa abordagem estimulou a criança a assumir um papel ativo no processo de escolha, preparo simples e montagem de sua refeição, favoreceu a experimentação de novos alimentos e o reconhecimento de texturas, cores e sabores. Durante a oficina, as crianças foram incentivadas a manipular utensílios seguros, identificar alimentos disponíveis e organizar seu prato de acordo com suas preferências e necessidades, sempre orientadas por práticas educativas intencionais. A Replicabilidade do Autosserviço foi detalhada no subtítulo 6.6. Ao promover a vivência prática do autosserviço, a metodologia Mini Chefe contribuiu para o fortalecimento de hábitos alimentares mais saudáveis, para o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas e para a construção de uma relação mais consciente e positiva com a alimentação, articulando-se de forma significativa ao currículo da Educação Infantil (Brasil, 2017).

6.2 O contexto da validação do Produto Educacional

O contexto da validação do Produto Educacional foi o mesmo da pesquisa na E. M. Vinte e Um de Abril, validada pela contribuição dos profissionais de educação: merendeira, nutricionista e diretora através da segunda entrevista semiestruturada.

6.3 Sujeitos da Pesquisa

O Produto Educacional foi aplicado na turma 51 com crianças de cinco anos. No primeiro autosserviço estavam presentes onze crianças, das quais apenas uma não apresentou interesse em servir-se, pois argumentou que gosta de comer em casa. No segundo autosserviço estavam presentes quatorze crianças, dentre essas apenas uma não se serviu, a mesma aluna que apresentou rejeição anteriormente e apresentou a mesma fala: “Tia, eu gosto de comer na minha casa. Mas aceitou beber o suco que foi servido. No terceiro autosserviço, estavam presentes quinze crianças.

6.4 Coleta de Dados

A coleta de dados se deu através da observação das crianças em momentos de almoço no refeitório, em que foi percebido que as crianças não tinham interesse em consumir a merenda escolar, mas que se alimentavam com os lanches levados de casa, dentre eles biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, bolos recheados, refrigerantes, guaraná natural, dentre outros.

Diante dessa rejeição a merenda escolar, iniciou-se um trabalho voltado para o desenvolvimento de hábitos alimentares das crianças através de roda de conversa para verificar as preferências alimentares, contação de histórias, vídeos animados, dinâmicas para as crianças conhecerem os legumes, verduras e frutas. Além disso, foram realizados momentos de experimentação de alguns alimentos que fazem parte da merenda escolar, como: cenoura, beterraba, banana e aveia. Esses ingredientes também foram utilizados na confecção de receitas com os pequenos. Eles fizeram suco de beterraba com limão, cookies de banana com aveia e bolo de maçã, aveia e banana.

Também foram utilizadas as dinâmicas lúdicas com o bocão saudável e não saudável, jogos de quebra-cabeça, jogo da memória e brincadeiras de restaurante self-service em que as crianças brincaram de ir ao restaurante, escolheram a comida

e se serviram, eles utilizaram os pegadores, conchas, escumadeiras e os talheres reais. Após serem desenvolvidas essas atividades com as crianças, foi proposto o autosserviço alimentar de verdade, foi contado que durante o almoço eles poderiam escolher o seu alimento e servir como fizeram no “restaurante”. Essa proposta se deu com o intuito de verificar se através da autonomia as crianças iriam apresentar maior interesse em se alimentar.

O método de coleta de dados do Produto Educacional consistiu na participação dos sujeitos no sistema autosserviço durante o almoço. O primeiro aconteceu apenas com a turma de Educação Infantil no refeitório para que eles em pequenos grupos conseguissem se servir com tranquilidade já que era uma atividade nova, esse momento foi registrado através de fotos e vídeos curtos. O segundo autosserviço em que a turma da pré-escola participou foi com a participação da turma do 1º ano do ciclo, essa situação serviu para enriquecer ainda mais a percepção da pesquisadora em relação aos resultados da pesquisa, pois a turma do 1º ano em sua maioria consome lanches levados de casa em detrimento da merenda escolar e neste dia em específico todos os alunos serviram-se com a merenda escolar, sendo notados por todos os funcionários que estavam presentes. No terceiro autosserviço, os dados foram coletados através da filmagem do almoço e depois foram realizadas as transcrições dos dados para serem analisados.

6.5 Análise de dados

Para a validação do Produto Educacional com as crianças, foi realizado um segundo autosserviço em que as crianças foram observadas pela merendeira, nutricionista e diretora. As profissionais fizeram a comparação do cotidiano alimentar em que as crianças recebem o prato pronto pela merendeira e com a prática do autosserviço em que as crianças puderam montar o seu prato no decorrer das atividades no autosserviço. Durante todo percurso, as crianças foram acompanhadas, orientadas e foram realizadas observações se o trabalho desenvolvido ao longo da pesquisa apresentou êxito. Neste momento, foi avaliado se a educação alimentar através do autosserviço contribuiu para a promoção de hábitos de alimentação saudável na Educação Infantil.

Ainda durante a validação do Produto Educacional, as profissionais (merendeira, nutricionista e diretora) puderam colocar suas impressões, experiências e contribuições sobre o autosserviço. A pesquisa foi considerada de

grande relevância pelos profissionais supracitados, pois consideraram o tema e a metodologia proposta inovadora, inclusiva, além de proporcionar autonomia e participação ativa das crianças. Foi comprovado através da participação ativa das crianças que o autosserviço contribuiu para o desenvolvimento de hábitos de alimentação saudável e para a autonomia das crianças.

A segunda entrevista semiestruturada com a merendeira, nutricionista e diretora serviu como instrumento de coleta de dados para serem utilizados na construção do produto educacional.

Considera-se que toda pesquisa com seres humanos apresenta riscos. Os participantes poderiam se sentir avaliados, julgados, obrigados a participar e até mesmo constrangidos, pois pesquisa pode gerar esse sentimento. Na participação das profissionais da escola e das crianças pequenas poderia surgir o desconforto ao responder às perguntas ou desinteresse na participação dos grupos nas rodas de conversa.

Os caminhos trilhados para diminuir esses riscos foram as conversas com os participantes e o convite realizado com profissionalismo, respeito e seriedade, expondo o motivo de escolha das profissionais para participar da pesquisa. Entendeu-se que a merendeira, a nutricionista e a diretora são parceiras nas ações de Educação em Saúde Alimentar, juntamente com a professora regente da turma são direcionadas à responsabilidade de planejamentos, projetos e propostas pedagógicas para as crianças pequenas em relação à alimentação saudável. A professora da turma é quem ministra teoricamente as práticas ativas na aplicação de ideias, saberes importantes e norteadores para uma busca de entendimento da realidade, da rotina, dos dilemas, do cotidiano vivo que há quando se atua na Educação Infantil.

Em sinais de desconfortos, em situações e perguntas, adaptações foram realizadas de forma a romper com a insegurança e desconforto, perguntas foram trocadas ou expostas de forma mais clara, a fim de proporcionar aos parceiros mais tranquilidade para participar da pesquisa.

No que se refere às crianças pequenas, nenhuma das crianças apresentou choro ou recusa em participar, mas se houvesse, a criança seria acolhida para entender o seu desconforto e seria conversado com ela.

Foi deixado claro para todos os sujeitos e os responsáveis das crianças pequenas que juntos, seguiremos pelo caminho de aprender para transformar e que

não tinha obrigatoriedade na participação na pesquisa. Também foram informados que não haveria problema, caso optassem por não participarem e mesmo para aqueles que decidiram participar durante os trabalhos iniciais, em qualquer momento da pesquisa, poderiam optar por deixar de participar.

Os benefícios relacionados com a participação dos voluntários foram: a colaboração para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

A pesquisa favoreceu o aprofundamento no tema Alimentação Saudável, através de recursos lúdicos e investigativos, onde as descobertas se apresentaram com as experimentações das crianças, maior interesse e, conseqüentemente, proporcionou uma aprendizagem significativa, principalmente por ser uma proposta nova para eles.

A participação em uma proposta diferenciada, apresentou a possibilidade de despertar nas crianças pequenas um olhar aguçado e voltado para o ensino de Ciências e da investigação científica para essa faixa etária, o que não é muito convencional. Além disso, proporcionou aos profissionais de educação um método de escuta ativa e a exploração do tema apresentado, realizando interações, acomodações e assimilações em práticas pedagógicas, com um movimento espiral e reflexivo. Esse movimento levou os educadores a pensar em novas estratégias educacionais, favorecendo a prática pedagógica.

Um dos benefícios relevantes é a promoção da Educação em Saúde para além dos muros da escola, onde as crianças aprenderam a se alimentar de forma saudável e diminuíram os riscos de adquirir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

6.6 Replicabilidade do Produto Educacional

Após realização da pesquisa na Unidade escolar, a pesquisadora foi convidada para realizar uma oficina sobre o autosserviço com crianças da pré-escola de cinco anos em uma creche da mesma rede. A Creche e Pré Escola Municipal Professora Rosalita da Silva Netto está situada no 3º Distrito de Duque de Caxias, da qual participaram das atividades propostas, 18 crianças.

Por adotar um referencial teórico que compreende a infância como uma categoria social e reconhecer as crianças como cidadãs, sujeitos históricos e produtoras de cultura, parte-se do princípio de que elas são autoras de suas próprias ações e experiências, ainda que necessitem de cuidado e atenção no processo de desenvolvimento (Kramer, 2002). Diante do exposto foi mantida a mesma metodologia da unidade anterior em que foram utilizados nomes fictícios, ao invés de números ou letras para identificar as crianças, dando voz a esses autores.

Ao chegar, a pesquisadora se apresentou, e falou que estava ali para conversar sobre um assunto importante e desenvolver algumas atividades bem legais, e perguntou: vocês topam participar? Imediatamente, empolgados responderam que sim.

Nesse momento, numa roda de conversa, foi contado que iríamos falar sobre alimentação saudável. “Alguém sabe o que é alimentação saudável?” Então, surgiram algumas respostas:

João: “é comer comida saudável...brócolis”.

Yan: “espinafre”!

Beta: “fruta e pepino”.

Léo: “comer peixe”.

Beta: “eu não gosto de peixe! A minha mãe já me deu uma carne que era estranha.

Falei o que é mãe? Ela (mãe): quando você experimentar, você vai saber, eu vou falar. Beta: Comi e era peixe... era meio duro, um pouco mole.

A criança falou com uma cara que não gostou, estranhou a textura. Nesse momento foi realizada uma intervenção, dizendo que ela precisa provar outras vezes para saber se realmente não gosta do alimento. Então, Beta voltou a falar:

“O meu avô não traz mais peixe porque parou de pescar, e continuou: como que a gente vai comer peixe se o meu avô parou de ir no mar para pescar?”

Ao serem indagados, porque precisavam comer de forma saudável? Beta, logo, falou: para não ficar doente, em seguida, chamou: “tia, eu me amarro em cenoura”. A lara disse: “A minha mãe vai fazer brócolis junto com batata frita porque eu adoro batata, aí dá para comer”!

Foi realizada uma intervenção, alertando que a batata frita ela só pode comer de vez em quando porque a fritura faz mal à saúde. Então, Beta emendou: “Agora

não posso mais comer doce, estou de dieta porque estou doente, não posso comer doce, bala e chiclete nem cebolitos”.

Depois da roda de conversa sobre o que são alimentos saudáveis, foi realizada uma contação de história com o livro: “O Sapo Comilão” dos autores Stela Barbieri e Fernando Vilela. As crianças ouviram atentas e quando ouviram que o sapo não gostou do tomate, logo, se pronunciaram: Xuxa: “Eu adoro tomate”! Beta: “Eu sou apaixonada por tomate e alface”! Léó gritou: “Eu adoro repolho”!

Logo depois da contação de história, as crianças puderam ler e contar histórias sobre alimentação saudável (Figura 21). Nesse momento, as crianças usaram de muita criatividade, demonstraram desenvoltura e compreensão sobre o tema tratado.

Figura 21: Contação de história



Fonte: Autora, 2025.

Em seguida, foi apresentada uma dinâmica, denominada: Bocão Saudável e Não Saudável. Essa atividade teve o objetivo de selecionar os alimentos (imagens ou brinquedos), nomear e classificar em saudável ou não saudável, como observado nas Figuras 22 e 23.

Figura 22: Seleção e classificação dos alimentos

Fonte: Autora, 2025.

Figura 23: Seleção e classificação dos alimentos

Fonte: Autora, 2025.

Logo depois do momento de selecionar os alimentos, as crianças foram convidadas a participarem da brincadeira de “restaurante” em que colocaram em prática representações sociais como o autosserviço alimentar em que elas próprias se serviram. O brincar constitui-se como um importante meio para o desenvolvimento da identidade e da autonomia infantil, além de favorecer a

socialização, o contato com regras sociais, a tomada de decisões, a resolução de situações-problema e o desenvolvimento da criatividade por meio das brincadeiras de faz de conta, do jogo simbólico e das representações imaginárias, assim o faz de conta assume papel fundamental (Barboza; Volpini, 2017).

No decorrer da brincadeira foi notório a empolgação das crianças em fazer parte desse mundo que ainda em sua maioria faz parte do mundo de adolescentes e adultos, que é servir-se. Nas Figuras 24, 25 e 26 contemplou-se os olhinhos atentos e os gestos ansiosos de expectativa, demonstrando o quanto estava sendo significativa a atividade.

Figura 24: Apresentação dos Alimentos



Fonte: Autora, 2025.

As crianças observavam atentas e curiosas, esse também foi um momento em que elas participaram através da leitura, identificaram a letra inicial e final dos nomes dos alimentos, além da contagem de letras de cada palavra. Os benefícios de cada alimento para a manutenção da saúde também foram abordados.

Figura 25: Brincadeira de Restaurante

Fonte: Autora, 2025.

Figura 26: A refeição

Fonte: Autora, 2025.

As crianças sentaram-se à mesa para se alimentar e quando terminaram de fazer a refeição, Iara falou: “Tia, quando a gente terminar de comer tem que lavar o

prato”. Nessa fala, a aluna totalmente imersa na brincadeira, representou o cotidiano da vida real.

A criança necessita das brincadeiras simbólicas para ampliar suas formas de interação com as pessoas, consigo mesma e com o mundo ao seu redor. O pensamento infantil se desenvolve a partir das ações e das representações que a criança constrói durante o brincar, momento em que, de maneira lúdica, expressa seus sentimentos e emoções, contribuindo significativamente para sua formação cognitiva, emocional e social. Tratamos esse tema tão importante como uma grande brincadeira, por reconhecer que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de as crianças, desde muito cedo, poderem se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação (Brasil, 1998, v. 2, p. 22).

O horário do almoço chegou e as crianças estavam empolgadas para participarem do autosserviço de verdade, mas ainda tinha criança que não estava acreditando que poderia se servir, Rosa perguntou: “A gente vai entrar dentro da cozinha?” e Lara, logo, respondeu: “a cozinheira não vai deixar a gente entrar na cozinha”, foi explicado que seria parecido com a brincadeira de restaurante, as comidas são colocadas em travessas em mesas, os utensílios e talheres que vocês irão utilizar também. Então, falaram: “Oba”!

Antes de chegarem ao refeitório todas as crianças lavaram as mãos como pode ser observado na Figura 27, depois sentaram no refeitório para aguardar a comida ser colocada à mesa (Figura 28). Assim que tudo ficou pronto as crianças começaram a se posicionar para servirem-se, mas antes eles foram lembrados dos combinados que tinham sido acordados: aguardar a vez com tranquilidade, colocar no prato o que vai consumir para evitar desperdício, ter atenção para não deixar o prato cair e se sentissem vontade poderiam repetir.

Figura 27: Higienização das mãos

Fonte: Autora, 2025.

Figura 28: A espera

Fonte: Autora, 2025.

Lica foi a primeira a servir-se, pegou o prato com cuidado, colocou o feijão (foi orientada pela professora que era pegar a quantidade que ia comer), pegou o arroz, e por último, o peixe, em seguida, pegou a colher e foi comer. Na sequência Rosa começou a colocar a sua comida, serviu feijão e foi orientada a levar o prato para próximo da vasilha do arroz, colocou a quantidade desejada e serviu um pedaço de peixe. O João já estava colocando a sua refeição que seguia na mesma sequência, mas adicionou legumes. Em seguida, Yan, Xuxa, Léo, Lara, e todas as crianças, inclusive Beta que comeu pela primeira vez na creche, ela pegou arroz e caldinho de feijão, não quis experimentar o peixe e os legumes, mas foi um avanço muito grande ela aceitar se alimentar. Beta fez questão de chamar a professora e falar: “Tia, estou comendo pela primeira vez, a comida está muito gostosa”! Algumas crianças repetiram a comida.

Foi interessante a valorização das crianças com os detalhes que foram preparados para eles, como a mesa forrada na Figura 29 e o cuidado ao se servirem, exposta na Figura 30.

Figura 29: Organização da mesa



Fonte: Autora, 2025.

Figura 30: Crianças no Autosserviço

Fonte: Autora, 2025.

As crianças conseguiram compreender bem a proposta do autosserviço, elas serviram porções adequadas, tiveram atenção para não derramar o alimento na mesa, manusearam o prato com cuidado, esperaram a vez. Foi surpreendente a desenvoltura dos pequenos ao se servirem, pois eles ainda não tinham vivenciado esse tipo de atividade e conseguiram desenvolver muito bem, sem contar que não houve desperdício, as crianças consumiram realmente o alimento que foi colocado no prato.

Neste dia, as crianças ainda puderam participar do momento “Mini chef”, em que de forma coletiva lavaram frutas para a preparação de uma salada de frutas e o preparo de espetinhos de frutas para a sobremesa. Percebeu-se um grande envolvimento das crianças com as atividades propostas, elas demonstraram organização, aprenderam sobre higiene, a importância do consumo de uma diversidade de frutas para o seu desenvolvimento e manutenção da saúde. O engajamento de todos foi notório, como pode ser visto nas Figuras 31 e 32.

Figura 31 : Higienização das frutas

Fonte: Autora, 2025.

Figura 32: Preparo para a salada de frutas

Fonte: Autora, 2025.

Depois das frutas higienizadas, começaram a ser distribuídas pelas próprias crianças, lara deu uma banana para cada colega, algumas separaram as uvas, outras descascaram bananas e outras ficaram com as tangerinas e separaram os gomos. As outras frutas: mamão, maçã, melão, manga, morango e laranja foram descascadas e picadas pelas professoras que participaram da atividade. As cascas das frutas foram separadas para serem utilizadas na compostagem para utilizar na horta da creche. Enquanto iam descascando, separando, eles conversavam e diziam que queriam fazer uma salada de frutas.

Em seguida, foram distribuídos pratos de sobremesa e palitos para que as crianças montassem espetinhos de frutas como pode ser visto nas Figuras 33 e 34. A diretora da unidade foi a primeira a montar o espetinho e serviu de modelo para todos. As crianças observaram empolgadas e atentas, elas se divertiram com cada detalhe, até com a fruta que escorregava do palito. Outras disseram que estava virando um boneco, o espeto ficou pronto e foi degustado, então, Melissa falou: “Oh tia, você está deixando todo mundo com vontade”! O Paulo foi a primeira criança selecionada para montar, enquanto isso as outras foram cogitando o que iam fazer, Melissa disse: “Vou fazer só morango”! Foi distribuído o chapéu de “Mini Chef”, e à medida que colocavam o chapéu já iam montando o seu espeto.

Figura 33 : Montagem dos espetos



Fonte: Autora, 2025.

Figura 34: Degustação



Fonte: Autora, 2025.

Nessas imagens observou-se o envolvimento e a interação das crianças ao longo de toda aquisição de conhecimento, elas apresentaram concentração, disponibilidade e se sentiram felizes por fazerem parte do próprio processo de aprendizagem.

A atividade aconteceu de forma ordenada, e a carinha feliz de cada criança ao ser protagonista e ouvir relatos como: “Hummmm, fazer sua própria comida, que delícia”! Outros montavam um palito bem colorido e mostravam para os colegas. Eles ficaram muito à vontade, montaram vários espetos e degustaram. Depois das crianças poderem manusear, perceber a textura, cor e sabor de cada fruta, foi o momento de juntar tudo e fazer uma bela salada de frutas, que as crianças comeram com gosto.

As crianças conversavam entre elas e de forma bem expressiva Lara falou: “Eu não consigo parar de comer porque está tudo uma delícia”! João concordou: “Isso é melhor, está muito gostoso”!

Quando foram comer a salada de frutas, algumas crianças pediram frutas específicas, Beta falou: “Tia quero só uva verde” foi falado que tinha acabado, mas tinha a uva roxa, então, ela disse “Quero a uva roxa”! Já a aluna Lara comeu o pratinho de salada dela e perguntou para a amiga: “Você não vai comer? e com a negativa da colega: “Então, me dá, está muito bom”! No fundo foi ouvido outra criança a se deliciar com outra fruta: “Nossa, que manga deliciosa”.

No final as crianças agradeceram e bateram palmas. Então, foi distribuída uma sacolinha com frutas. Uma das crianças, logo, olhou e disse para todos: “É uma banana e uma maçã”!

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados esperados para este Produto Educacional foi que ele fosse utilizado por professores da Educação Infantil, podendo ser adaptado para outros anos de escolaridade como estratégia para desenvolver hábitos alimentares saudáveis, visando contribuir para a manutenção da saúde e prevenir doenças crônicas. Essa estratégia está de acordo com as ODS 2, 3 e 4 das Nações Unidas que abrangem a alimentação segura e nutritiva; a prevenção de doenças não transmissíveis; e uma educação de qualidade dentro do processo de ensino e aprendizagem (ONU, 2015).

O registro das atividades evidenciou avanços significativos no processo de aceitação alimentar e na apresentação de autonomia das crianças durante a prática do autosserviço. No último autosserviço realizado na Escola Municipal Vinte e Um de Abril das quinze crianças presentes, quatorze aceitaram a merenda escolar, e duas delas o fizeram pela primeira vez, o que demonstrou um movimento de superação de resistências alimentares a partir de um ambiente convidativo, acolhedor, participativo e livre de imposições.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), a criança é um sujeito ativo que constrói significados por meio das interações e das experiências cotidianas. Sendo assim, o autosserviço estabeleceu-se como uma situação de aprendizagem significativa, em que a criança pôde ser sujeito de direito e desenvolveu a percepção de si e do outro, em que viu respeitadas as suas preferências e ampliou as suas possibilidades.

A autonomia expressada nas ações como: servir-se, decidir, experimentar, repetir reflete o que Maranhão (2023) denomina de bem estar na infância associado à experiência de autocuidado, uma habilidade que se edifica pela vivência e protagonismo em situações reais. A observação das expressões das crianças ao relatar suas experiências com satisfação, alegria e orgulho (“Amei a comida!” “Quero poder me servir!”, “Foi muito bom”) enfatiza a dimensão afetiva e simbólica do ato de comer, que ultrapassa a ingestão de nutrientes e envolve o pertencimento, prazer e reconhecimento social (Lima, 2015).

A proposta mostrou a relevância da mediação pedagógica. As intervenções respeitadas da professora e também de toda equipe escolar, que legitimaram as escolhas individuais e incentivaram a curiosidade (“incentivar sem forçar”, “pegar um

caldinho”, “pegar uma fruta de cada vez”), reflete o que Bastos e Alves (2020) descreveram como práticas educativas integradas, nas quais a alimentação é entendida como um eixo transversal de aprendizagem e promoção da saúde. Essa perspectiva favorece a construção de atitudes responsáveis em relação à comida, conforme defendem as políticas públicas de alimentação e nutrição (Brasil, 2012; Ministério da Saúde, 2013).

O progresso de Tati, que inicialmente recusou totalmente os alimentos oferecidos na merenda escolar, e ao longo do processo, ela além de aceitar, repetiu por três vezes e acrescentou novos alimentos, constitui um exemplo de mudança de comportamento provocada por um ambiente atrativo, de confiança e autonomia. Essa evolução corrobora com as descobertas de Pereira *et al.* (2017), que relacionam intervenções educativas participativas à ampliação do repertório alimentar de crianças e adolescentes. Ademais, o interesse pelo abacaxi, pela fruta exposta revela a importância das estratégias de apresentação visual, do alimento a altura dos olhos da socialização positiva dos alimentos, que são destacados por Melo (2019) como princípios que contribuem para diminuir a seletividade alimentar.

A atuação espontânea das crianças na roda de conversa, logo após o almoço, revelou a internalização do aprendizado. Ao narrarem percepções de prazer, estética (“mesa parecendo um restaurante aconchegante”) e gratidão (“obrigada tia”), as crianças ratificam que a alimentação escolar pode e deve ser vivenciada como um campo de experiência (Veríssimo *et al.* 2017), integrando dimensões motoras, cognitivas, afetivas e sociais. Essa experiência intensifica a importância da EAN como prática cotidiana e não como ação específica, conforme propõem o Marco de Referência Alimentar e Nutricional (Brasil, 2012) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2013).

Destacou-se também a participação do Tutu, aluno atípico que demonstrou desenvoltura na montagem do prato, mostra que com respeito às diferenças e as particularidades dos alunos o autosserviço, evidenciou potencial inclusivo da prática, garantindo equidade e acesso às mesmas oportunidades de atuação. Isso se alinha com a diretriz de integralidade presente na Constituição Nacional de 1988 e intensificada pelo Programa Saúde na Escola (Brasil, 2007), que recomenda a articulação entre saúde, educação e desenvolvimento integral da criança.

A rejeição persistente de “Vitória”, demonstrou que o processo é gradativo e requer acompanhamento familiar e pedagógico constante. Conforme Maranhão

(2010), práticas de cuidado na E.I. devem considerar o tempo e as especificidades de cada criança, respeitar limites e ampliar experiências de maneira sensível e progressiva.

Em relação à instituição, a prática do autosserviço demonstrou efetividade da triangulação de dados (diário de campo, registros visuais e impressões da equipe escolar) que permitiu integrar múltiplas perspectivas de dados para compreender o fenômeno em suas dimensões afetivas, operacionais e pedagógicas, ampliando a consistência das inferências (Bardin, 2016; Flick, 2009). A aceitabilidade quase total das crianças, o engajamento da merendeira, nutricionista e da direção, e a substituição espontânea de lanches ultraprocessados por alimentos in natura são indícios da potência transformadora do sistema autosserviço na cultura alimentar na escola.

Deste modo, infere-se que o autosserviço vai além de uma mudança na forma de ofertar a merenda escolar, trata-se de uma prática pedagógica libertadora, em consonância com as políticas públicas e aos referenciais pedagógicos, que reforça a autonomia, o autocuidado e o vínculo afetivo com a alimentação, que visa uma educação integral e com um olhar sensível.

7.1 Protagonismo Infantil na Alimentação

A oficina do autosserviço em uma creche do município revelou um momento de grande significado pedagógico, mostrou-se um campo fértil para a promoção da autonomia, do protagonismo infantil e da aprendizagem sobre alimentação saudável para as crianças da pré-escola. Ao participarem ativamente do processo de se servir, escolher os alimentos e organizar suas porções, as crianças evidenciaram habilidade de decisão, autorregulação e responsabilidade sobre suas escolhas, aspectos centrais no avanço da autonomia (Brasil, 2010; Kramer, 2003).

Desde o começo da atividade, as crianças apresentaram através das indagações curiosidade, surpresa e encantamento, isso revela o quanto a experiência de servir-se é pouco explorada no cotidiano escolar. A confabulação entre Rosa e Lara que acreditavam não poder “entrar na cozinha”, demonstrou a percepção hierárquica e restrita dos espaços alimentares no ambiente escolar, tradicionalmente destinados apenas aos adultos. A experiência do autosserviço rompeu com essa lógica, ao transformar o refeitório em um espaço educativo e de

convivência, em que o ato de se alimentar foi percebido como parte do processo formativo (Brasil, 2020; Oliveira; Bizzo, 2019).

De acordo com estudos que vincularam práticas educativas à promoção de escolhas alimentares saudáveis, a vivência do autosserviço favoreceu momentos de exploração sensorial, negociação entre pares e reflexão sobre preferências e quantidades (Bastos e Alves, 2020; Veríssimo *et al.*, 2017). Constatou-se que, quando as crianças são mediadas por professores e por um ambiente organizado (utensílios adequados, porções adaptadas, tempo suficiente, alimento na altura dos olhos), as crianças ampliaram o repertório de alimentos aceitos e apresentaram engajamento e consciência sobre montagem equilibrada do prato como recomendações do Marco de Referência à Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012) e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Ministério da Saúde, 2013), que defendem a articulação entre práticas educativas e políticas de saúde para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

No decorrer da atividade, observou-se que as crianças seguiram com atenção as orientações e combinados, esperaram a vez, manipularam os utensílios com cuidado e serviram-se com porções adequadas, atitudes que são indicadores de autorregulação e desenvolvimento de competências socioemocionais. Estudos apontam que as crianças aprendem de forma efetiva através de aprendizagem pela experiência e pela ação, conforme Dewey (1979), quando salienta que a criança aprende de forma significativa quando participa de situações reais, nas quais pode experimentar, agir e refletir sobre sua atuação.

A experiência com o autosserviço também se mostrou promissora no ambiente da creche. O aceite da merenda escolar pela “Beta”, que se alimentou pela primeira vez na creche e expressou satisfação com o sabor da comida, é um exemplo potente dos efeitos positivos da autonomia alimentar sobre a aceitação de novos alimentos. Estudos sobre EAN apontam que permitir à criança participar da escolha e do preparo do que consome favorece o reconhecimento dos alimentos, reduz resistências e amplia a variedade alimentar (Cavalli *et al.*, 2014; Vasconcelos e Bizzo, 2021).

Além do momento do almoço, a atividade “Mini Chef” consolidou ainda mais o vínculo das crianças com o alimento e com o grupo. Elas participaram ativamente de todo o processo ao lavarem, cortarem e distribuírem as frutas, elas experimentaram práticas de cooperação, organização e cuidado coletivo, elementos essenciais à

educação infantil e ao desenvolvimento da cidadania desde a infância (Brasil, 2018). A participação na confecção dos espetinhos e da salada de frutas, por sua vez, proporcionou aprendizagens sensoriais e experimentação de novos sabores, intensificando o prazer em comer de forma saudável e nutritiva.

Nas falas espontâneas das crianças “Hummm, fazer sua própria comida, que delícia!”; “Eu não consigo parar de comer porque está tudo uma delícia!” Essas narrativas revelaram não apenas satisfação, mas a internalização positiva da relação com o alimento. Essa dimensão afetiva é fundamental na formação de hábitos alimentares efetivos (Franco; Araújo; Formiga, 2019).

Em relação ao desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, o autosserviço demonstrou ser uma estratégia pedagógica aplicável e potente na Educação Infantil, capaz de promover aprendizagens que integram cuidado, autonomia, convivência e educação alimentar. Ademais, a ausência de desperdício e o entusiasmo das crianças fortaleceu que, quando envolvidas nos processos de decisão, elas se tornam mais conscientes e participativas.

7.2 Validação do Produto Educacional

A validação do Produto Educacional intitulado “Autosserviço como prática pedagógica na Pré-Escola – Autonomia e promoção de hábitos saudáveis nas crianças pequenas” foi realizada com o objetivo de verificar sua aplicabilidade e relevância pedagógica no contexto da Educação Infantil. O processo de validação compreendeu duas etapas complementares: a escuta de profissionais da educação e a experimentação prática da proposta com crianças da pré-escola, através de uma oficina de alimentação em que foi realizado o autosserviço.

Na primeira etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a merendeira, a nutricionista e a diretora da unidade escolar onde ocorreram as vivências iniciais do projeto. As entrevistas tiveram como finalidade compreender as percepções e experiências desses profissionais quanto à autonomia infantil durante o momento das refeições, à organização do espaço alimentar e à viabilidade do autosserviço no ambiente escolar. Essa escuta colaborativa é fundamental para a validação de produtos educacionais, pois garante a coerência entre a proposta teórica e as práticas institucionais, além de contribuir com o diálogo interdisciplinar entre os atores envolvidos no processo educativo (Moran, 2018; Bardin, 2016).

A segunda etapa envolveu a oficina de alimentação saudável desenvolvida em uma creche do mesmo município, na qual 18 crianças da pré-escola participaram do autosserviço alimentar. Durante a atividade, observou-se o entusiasmo e o envolvimento das crianças no momento de se servir, evidenciando comportamentos de autonomia, cooperação e respeito mútuo. Essa experiência reforçou a concepção de que a alimentação, enquanto prática social e cultural, compõe-se também como um campo de aprendizagem e de desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Brasil, 2010; Vygotsky, 1998). Para complementar a análise, foi aplicado um instrumento de avaliação aos professores da unidade escolar, composto por cinco afirmativas relacionadas aos objetivos pedagógicos do produto educacional. As respostas seguiram a escala de quatro pontos (Apêndice H):

1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo parcialmente; 3 – Concordo parcialmente; 4 – Concordo totalmente.

As quatro professoras participantes marcaram a opção “concordo totalmente” em todas as questões apresentadas (Anexo...), o que evidenciou o reconhecimento da proposta como pertinente, viável e significativa para o trabalho pedagógico com crianças pequenas.

Os pontos avaliados contemplaram aspectos fundamentais da Educação Infantil, como o envolvimento das crianças, a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a viabilidade da proposta no cotidiano escolar, a interação entre pares e o respeito à autonomia infantil. Os resultados obtidos indicam que o autosserviço pode ser incorporado às práticas pedagógicas de forma permanente, favorecendo a aprendizagem por meio da vivência, do brincar e da participação ativa, fundamentos que orientam as práticas educativas nessa etapa (Brasil, 2017).

A total concordância dos docentes com os itens avaliados demonstrou que o produto cumpre sua finalidade educativa e está alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais, consolidando o papel da escola como promotora de saúde e cidadania desde a infância. Ademais, o reconhecimento da viabilidade da proposta reforçou a importância de repensar os momentos de alimentação como oportunidades pedagógicas, que envolvem tanto o cuidado quanto a educação (Fonseca *et al.*, 2019).

Em suma, a validação do Produto Educacional confirmou sua consistência teórica e aplicabilidade prática, revelando-se uma estratégia eficaz para o desenvolvimento da autonomia e de hábitos alimentares saudáveis na pré-escola. A participação e desenvoltura dos diferentes agentes escolares e a aceitação positiva dos professores conferem legitimidade à proposta, apontando caminhos para sua ampliação e implementação em outras instituições da rede pública.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a implementação do sistema de autosserviço na montagem do prato na pré-escola contribuiu com o desenvolvimento da autonomia alimentar, permitindo que as crianças façam escolhas conscientes, adquiram habilidades relacionadas à seleção e construção de um prato com alimentos mais nutritivos e saudáveis.

Observou-se que essa pesquisa teve grande relevância para as crianças da Educação Infantil da Escola Municipal Vinte e Um de Abril, por ter oferecido a oportunidade de aprendizagens sobre uma alimentação adequada e saudável desde a pré-escola, na qual participaram de atividades lúdicas, como jogos, confecção de receitas saudáveis e oficinas de experimentação de alimentos. Com isso, buscou-se favorecer o desenvolvimento de hábitos de alimentação saudável.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar de que forma a autonomia na montagem do prato pode favorecer o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis em crianças da pré-escola, a partir da implementação do autosserviço alimentar como prática pedagógica. O estudo, de abordagem qualitativa e natureza aplicada, foi desenvolvido com base em uma experiência educativa que articulou ações pedagógicas, escuta de profissionais da escola e construção de um Produto Educacional voltado para a promoção da autonomia e da saúde na infância.

Através do percurso investigativo revelou-se que o momento da alimentação pode e deve ser compreendido como uma oportunidade educativa e formativa, integrando o autocuidado e o ensinar na rotina escolar. As observações realizadas durante as práticas e as falas das crianças evidenciaram curiosidade, interesse e envolvimento no processo de se servir, demonstrando que, quando lhes são oferecidas condições adequadas, elas são capazes de realizar escolhas alimentares conscientes e de desenvolver atitudes de cooperação, respeito e partilha. Esses aspectos vão ao encontro do que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010).

Em relação às entrevistas com as profissionais da escola: diretora, nutricionista e merendeira foram de extrema importância para compreender os desafios e possibilidades da inserção do autosserviço no contexto da Educação Infantil. Seus relatos destacaram a importância da formação continuada dos profissionais da educação e da intersetorialidade entre os diferentes setores da

escola para o sucesso de propostas inovadoras. Evidenciou-se que o fortalecimento da autonomia alimentar requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo a equipe pedagógica, os profissionais da cozinha e as famílias, na construção de práticas coerentes com os princípios da educação em saúde.

Destaca-se também que a realização da oficina de alimentação saudável em uma creche, com dezoito crianças da pré-escola possibilitou a consolidação do processo de validação da proposta. A proposta demonstrou que, ao se servirem sozinhas, as crianças exercitam a autonomia, mas também desenvolvem habilidades motoras finas, noções de quantidade, equilíbrio, senso de responsabilidade sobre o ato de comer, respeito ao próximo. Outro ponto a ser evidenciado foi que o ambiente preparado e a mediação do adulto criam um contexto oportuno para aprendizagens significativas, conforme defendem teóricos como Vygotsky (1998) e Dewey (1979), que compreendem a experiência como elemento principal para o desenvolvimento humano.

A validação do Produto Educacional o “Autosserviço como prática pedagógica na Pré-Escola: autonomia e promoção de hábitos saudáveis nas crianças pequenas” ressaltou a aplicabilidade e a relevância da proposta. Os professores que participaram da avaliação consideraram totalmente adequadas às dimensões pedagógicas e práticas do material, reconhecendo o autosserviço como uma estratégia viável para integrar alimentação, autonomia e aprendizagem. Sendo assim o produto, ao oferecer orientações para o planejamento, execução e acompanhamento dessa prática, configura-se como um instrumento pedagógico que pode apoiar docentes e gestores na construção de uma cultura alimentar mais saudável e colaborativa no ambiente escolar.

Os resultados obtidos revelaram que a introdução do autosserviço alimentar na pré-escola contribui para o desenvolvimento integral da criança, ao articular dimensões cognitivas, sociais e afetivas do desenvolvimento. Além disso, a prática pedagógica desenvolvida na pesquisa contribuiu para a promoção da saúde ao romper barreiras de rejeição alimentar. Essa prática incentiva a autonomia, a autorregulação e a convivência coletiva, favorecendo o desenvolvimento de atitudes éticas e de responsabilidade consigo e com o outro. As evidências dialogam com as concepções de educação integral e de promoção da saúde, que compreendem o ambiente escolar como espaço privilegiado para a formação de valores e hábitos sustentáveis (Fonseca *et al.*, 2019; Moran, 2018).

No contexto teórico, a pesquisa contribuiu para ampliar a discussão sobre a alimentação como prática pedagógica na Educação Infantil, valorizar o papel do professor como mediador de aprendizagens que envolvem o corpo, o afeto e a cultura, sem esquecer da merendeira que na maioria das vezes fica nos bastidores, mas que exerce uma função de extrema importância e que merece todo o reconhecimento.

Nessa perspectiva, o estudo oferece uma proposta concreta que pode ser adaptada por outras escolas, respeitando as especificidades de cada contexto, com potencial para inspirar políticas públicas e projetos voltados à alimentação escolar e à promoção da saúde.

Contudo, reconhece-se que a pesquisa possui limitações, especialmente quanto à abrangência do campo empírico, restrito a uma instituição municipal e a um número reduzido de participantes. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas ampliem o número de escolas envolvidas e analisem os impactos do autosserviço por um período maior, e analise também a percepção das famílias e o acompanhamento do comportamento alimentar das crianças a longo prazo. Outro ponto a ser observado são as diferentes estruturas apresentadas que podem influenciar no desenvolvimento do autosserviço, sendo necessário fazer adaptações.

Foi considerada que a implementação de sistemas de autosserviço na alimentação de crianças na Educação Infantil contribuiu para promover a autonomia alimentar, bem como permitiu que às crianças fizessem escolhas alimentares independentes e desenvolvessem habilidades relacionadas à seleção e montagem de seu próprio prato, além do autoconhecimento para que as crianças entendessem os seus limites de saciedade, reduzindo o desperdício de alimentos.

Conclui-se, que o estudo confirma que a autonomia alimentar pode ser desenvolvida desde a Educação Infantil e que o autosserviço, quando planejado e conduzido de forma pedagógica, transforma-se em uma potente ferramenta de aprendizagem, inclusão e promoção da saúde. O Produto Educacional resultante desta pesquisa consolida-se como uma contribuição prática à formação docente e à melhoria da qualidade das experiências alimentares na escola, reiterando a importância de uma educação que valorize o protagonismo infantil.

REFERÊNCIAS

ACCIOLLY, Elizabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em tela**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53438517/A_escola_como_promotora_da_alimentacao_saudavel.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2024.

ALVES, Natália; GUIMARÃES, Raul. A Representação Social e a Pesquisa Qualitativa no estudo da Geografia da Deficiência. **Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 149-163, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/artcle/view/1782>. Acesso em: 13 de julho de 2025.

ANJOS, Maylta Brandão; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinicius. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 12, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Pereira-8/publication/340447018_Analise_e_de_livre_interpretacao_como_uma_posibilidade_de_caminho_metodologico/links/5e89f3de4585150839c26e3e/Analise-de-livre-interpretacao-como-uma-possibilidade-e-de-caminho-metodologico.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BASTOS, Silvia Helena Valente; ALVES, Gilcean Silva. Práticas educativas e a promoção da alimentação saudável: experiências no ensino integrado no IFPB. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. e 10306-e 10306, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10306>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

BÔTO, Edilayne Gomes. **Avaliação do estado nutricional, consumo alimentar e segurança alimentar de pré-escolares: lentes para a promoção da saúde e prevenção da obesidade infantil**. 2023. 106 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde da Família) - Programa de Pós Graduação em Saúde da Família, Campus Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75953>. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2024.

BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 12 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

BRASIL. Programa Saúde na Escola. Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em 03 de março de 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência à educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/930>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 265 p.: Il. ISBN 978-85-3. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quer-me-alimentar-melhor/Documentos/pdf/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2-anos.pdf/view>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. *Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf.* Acesso em: 24 de abril de 2024..

CAMPOS, Juliana LA; SILVA, Taline C.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia.** Recife: Nupeea, p. 95-112, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Campos/publication/351492815_Observacao_Participante_e_Diario_de_Campo_quando_utilizar_e_como_analisar/links/609a9c1d299bf1ad8d937f5c/Observacao-Participante-e-Diario-de-Campo-quando-utilizar-e-como-analisar.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2024..

Carneiro, C. D. S., Peixoto, M. D. R. G., Mendonça, K. L., Póvoa, T. I. R., Nascente, F. M. N., Jardim, T. D. S. V., ... & Jardim, P. C. B. V. (2017). Excesso de peso e fatores associados em adolescentes de uma capital brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20, 260-273. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2017.v20n2/260-273/pt/>. Acesso em: 25 de setembro de 2024.

CAVALLI, S. B. et al. Educação alimentar e nutricional: desafios e perspectivas para o campo de pesquisa e intervenção. **Revista de Nutrição**, v. 27, n. 4, p. 505–517, 2014. Disponível em: xxxxxxxx. Acesso em: sssss.

CHAVES, L. G. Formação de merendeiras na perspectiva da promoção da alimentação saudável na escola: as capacitações no âmbito dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar. 2011. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/37725257.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Resende. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: **Educação Infantil: cotidiano e políticas**/ Patrícia Corsino, (org.) - Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

CORTEZ, Judith de Lima. **A creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense/Rio de Janeiro: um desafio educacional em meio à desnutrição.** 2020. 151f. 2020. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) -Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13099>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

COSTA, Livia França. Qualidade nutricional e aceitabilidade da merenda escolar nas escolas de educação infantil de um município do interior do estado do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1287>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

DA SILVA, Vilma Corrêa Amancio. A Mate com Angu e suas estratégias contra a evasão escolar (1921-1937): Duque de Caxias na História da Educação Brasileira. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 4, n. 6, p. 112-129, 2014. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1387>. Acesso em: 27 de março de 2024.

DA SILVA, Margareth Xavier et al. Educação alimentar em escolas públicas pode melhorar o conhecimento sobre alimentação e favorecer a aceitação das refeições planejadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar?. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 12, n. 4, p. 865-879, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/28204>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

DALLAZEN, C., Silva, S., Gonçalves, V., Nilson, E., Crispim, S., Lang, R., Moreira, J., Tietzmann, D. & Vítolo, M. (2018). Introdução de alimentos não recomendados no primeiro ano de vida e fatores associados em crianças de baixo nível socioeconômico. **Cad. Saúde Pública**, 34(2). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00202816>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

DAVI, Tania Nunes et al. Inclusão de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil com alunos de 4 e 5 anos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 15, n. 24, 2016. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/932>. Acesso em 18 de outubro de 2025.

DE FÁTIMA ROCHA, Aparecida; DE MORAES, João Carlos Pereira. Alimentação saudável e a introdução do self-service na educação infantil em Ourinhos. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/5077>. Acesso em: 27 de julho de 2023..

DEWEY, J. Experiência e educação. São Paulo: Nacional, 1979. DOS SANTOS, Adriano Maia. Revisão sistemática sobre educação alimentar e nutricional: sujeitos, saberes e práticas em diferentes cenários. **Saúde. com**, v. 11, n. 4, p. 425-442, 2015. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/rsc/user/setLocale/es_ES?source=%2Fsrc%2Farticle%2Fview%2F387. Acesso em: 13 de julho de 2024.

DE SOUZA LIMA, Romilda; FERREIRA NETO, José Ambrósio; PEREIRA FARIAS, Rita de Cássia. ALIMENTAÇÃO, COMIDA E CULTURA: O EXERCÍCIO DA COMENSALIDADE. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 507–522, 2015. DOI: 10.12957/demetra.2015.16072. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/16072>. Acesso em: 9 fev. 2026.

DUQUE DE CAXIAS. LEI Nº 1881 DE 18 DE JUNHO DE 2005. Cria o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (DESANS-DC) e dá providências. Duque de Caxias, RJ, junho de 2005. Disponível em < <http://www.cmdc.rj.gov.br/?p=9007>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

_____. LEI Nº 1928 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias - COMSEA, e dá outras providências. Duque de Caxias, RJ, dezembro de 2005. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/rj/d/duque-de-caxias/lei-ordinaria/2005/193/1928/leior-dinaria-n-1928-2005-cria-o-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-de-duque-de-caxias-comsea-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

_____. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Relatório Anual de Ações do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS). Duque de Caxias, RJ, 2014. Disponível em: https://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/silo_tips_relatorio-anual-de-ações-do-departamento-de-segurança-alimentar-e-nutricional-sustentável-desans.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2024.

EINLOFT, A., COTTA, R. ARAÚJO, R. (2018). Promoção da alimentação saudável na infância: fragilidades no contexto da Atenção Básica. *Ciênc. saúde coletiva*, 23(1), 61-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/swCrpMHp9YfgJsQVwdK5z6k/?lang=pt>. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

ENISWELER, Kely Cristina; MALACARNE, Vilmar. Que Dizem os Professores e Alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Sobre as Hortas Escolares: subsídios para o ensino de Ciências. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <https://granrio.emnuvens.com.br/recm/article/view/5915>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

FAUSTINO, Andressa de Jesus Pereira; CASTEJON, Letícia Vieira. Alimentação de crianças durante a pandemia e as dificuldades dos responsáveis. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e34810716811-e34810716811, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16811>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2000.

FOCHI, Paulo Sérgio. Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, RS, 52 - 72, v. 25, Dossiê, 2020.

FONSECA, André Dione; COLARES, Anselmo Alencar; DA COSTA, Sinara Almeida. Educação infantil: história, formação e desafios. **Revista Educação & Formação**, v. 4, n. 3, p. 82-103, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5858/585861585005/585861585005.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

FRANCO, Juliana Bianca Maia; ARAÚJO, Lígia Anderson da Silva Costa; FORMIGA, Nilton Soares. Comer, beber e saudade culinária: a distância emocional na 'alimentação' a partir da percepção de estudantes que migram para a capital. **Psicologia. pt: o portal dos psicólogos**, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Nilton-Formiga/publication/331641895>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLICCHIO, Caroline Leitzke Renner. Agricultura sensível à nutrição: um novo referencial para políticas públicas?.2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/267057>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

GERAÇÃO Junk Food: um documentário sobre alimentação infantil. [Documentário]. Produção de Super Nutridos e Código RC. [S.l.]: Super Nutridos, 2022. 1 vídeo (aprox. 1:34 min). Publicado pelo canal Super Nutridos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9J4fUfWc1Mc>. Acesso em: 17 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C.. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas,2008.

GOMES, Luciana M.J.Baptista; BERG, Rosana da Silva. Mestrado Profissional: reflexão e ação na educação básica. **Polyphonia, Goiânia**, v. 24, n. 2, p. 19-28, 2013. Disponível: <<https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/37936/19054/>>. Acesso: 31 ago. 2025.

HORN, M. da G. S. A ética e o cuidado com a alimentação na escola infantil. **Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, n. 47, abril de 2016. Disponível em: <<http://loja.grupoa.com.br/revista-patio/Default.aspx/>>. Acesso em: 06 set 2025.

JARDIM, Jean Brum; DE SOUZA, Inês Leoneza. Obesidade infantil no Brasil: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro: JMPHC| **Journal of Management & Primary Health Care**| ISSN 2179-6750, v. 8, n. 1, p. 66-90, 2017. Disponível em: <http://jmphc.com.br/jmphc/article/view/275>. Acesso em: 6 de junho de 2025.

KOCHI, Joice Camila Dos Santos; DE SOUZA, Mary Ane; OVANDO, Nataly Gomes. Alimentar-Se Com Autonomia: Experiências Com A Implantação Do Sistema Self Service No Centro De Educação Infantil UFGD. **ANAIS DO SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <http://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/4817/0>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. **Revista brasileira de educação**, p. 5-18, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. MEC. Educação Infantil: subsídios para construção de uma proposta curricular. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/861815184/Infancia-e-sua-singularidade-Sonia-Kramer>. Acesso em: 25 de março de 2024.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 41-59, 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200003&script=sci_abstract. Acesso em: 25 de outubro de 2025

LEI Nº. 1928, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias – COMSEA. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1755>. Acesso em 12 de maio de 2024.

LEI Nº 3.294, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova o 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PlaMSANS). Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=25280>. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

LIMA, G. Z. Saúde escolar e educação. São Paulo: Cortez, 1985. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v11n1-2/v11n1-2a18.pdf>. Acesso em 06 de março de 2024.

LIMA, G. Z.; TURINI, B. Exame médico periódico para educação física: vale a pena? *Caderno Cedes*, v. 15, p. 62- 70, 1985. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/61504>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

LIMA, Marília Barreto Pessoa; ALCANTARA, Pedro Ivo; AMARAL, Stephanie (coordenação). **Alimentação na primeira infância**: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf. Acesso em: 9 fev. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 03 de março de 2024.

LUZURIAGA, L. 1959. *História da Educação Pública*. 1ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 71, 159 p. (Coleção Atualidades Pedagógicas).

MARANHÃO, Damaris Gomes. Saúde e bem-estar na Educação Infantil [livro eletrônico] / Damaris Gomes Maranhão. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

MEDEIROS, E. R. D.; REBOUÇAS, D. G. D. C.; PAIVA, A. C. D. S.; NASCIMENTO, C. P. A. D.; SILVA, S. Y. B. E.; & Pinto, E. S. G. (2018). Studies evaluating of health interventions at schools: an integrative literature review. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.26, e3008, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/RkJ63Pc3ghqbQxJYg6fQh6P/?lang=en>. Acesso em: 03 de outubro de 2025.

MELO, Marina Clarissa. OLIVEIRA, Genykléa Silva de, SILVA, Ana Elizabeth Alves da. SILVA, Dalila Savana Pereira da, & AZEVEDO, Thaís Keylha Barreto de. 2019. Crianças Pré-Escolares: uma revisão sobre o consumo de alimentos industrializados. **REVISTA HUMANO SER**, [S. l.], v. 3, n.1, 2019. <https://periodicos.unifacex.com.br/humanoser/article/view/955>. Acesso em 12/02/2025.

MELLO, M.M.S. de. Nutrição e hábitos alimentares saudáveis na Primeira Infância. In: RAPOPORT, A. et al. O dia a dia na Educação Infantil. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, n. 1, p. 83-91, 2009. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S198152712009000500009&script=sci_abstract. Acesso em: 03 de março de 2024.

MINAYO, M. C. de S. (2014). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (14ª ed.). Hucitec.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOREIRA, Kéllen Campos Castro; MARTINS, RA de S.; SABOGA-NUNES, Luís. A literacia para a saúde no setting escolar. **Revista De Educação Popular**, v. 18, n. 3, p. 268-275, 2020. Acesso em 10 de outubro de 2023.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025.

MUITO ALÉM DO PESO. Filme (documentário) dirigido por Estela Renner, produzido por Maria Farinha Filmes, Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.muitoalemdopeso.com.br/>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

NORATO, Anita Gabriella Ferreira; PARANHOS, Rones de Deus; GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira. PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA NA RELAÇÃO COM O ENSINO DE BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES (2000 – 2016). **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2022. Disponível em: <https://granrio.emnuvens.com.br/recm/article/view/6417>. Acesso em: 9 fev. 2025.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 44-57, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2004.v13n3/44-57/pt>. Acesso em: 8 de janeiro de 2024.

OLIVEIRA, Maria Nilka; SAMPAIO, Thereza Maria Tavares; COSTA, Eveline Alencar. Educação nutricional de pré-escolares—um estudo de caso. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 25, n. 1, p. 093-113, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/109797382/1961.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

OLIVEIRA, T. P.; BIZZO, M. L. G. Educação alimentar e nutricional na escola: estratégias e desafios. São Paulo: Cortez, 2019.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 17 out. 2024.

PEREIRA, Tamara de Souza; PEREIRA, Rafaela Corrêa; ANGELIS-PEREIRA, Michel Cardoso de. Influência de intervenções educativas no conhecimento sobre alimentação e nutrição de adolescentes de uma escola pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 427-435, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n2/427-435/pt/>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/html>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; FRANCO, Maria da Saúde. A construção da didática no GT Didática – análise de seus referenciais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 142-162, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/09.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PONTES, A. M.O.; ROLIM, H. J. P.; TAMASIA, G.A. A importância da educação alimentar e nutricional na prevenção da obesidade em escolares. **Faculdade Integradas do Vale da Ribeira**, 2016. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/univr/a-instituicao/video-institucional>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

JUNDIAÍ (SP). Prefeitura Municipal. Programa de Alimentação para escolas de educação infantil: procedimentos de atendimento do Departamento de Alimentação e Nutrição. Jundiaí, 2023. Disponível em: <https://educacao.jundiai.sp.gov.br/documentos/programa-de-alimentacao-infantil-i>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Prefeitura de Salvador. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/no-cmei-pio-bittencourt-projeto-incentiva-a-alime>

[ntacao-saudavel-de-forma-ludica-e-participativa/criancas_culinaria](#). Acesso em: 02 de junho de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

ROSA, Márcia Prado Amaral; OESTREICH, Laura; COSTA, Daniela da; GOLDSCHMIDT, Andréa Inês. Ensino em ciências na educação infantil e nos anos iniciais: panorama das pesquisas divulgadas na década de 2007-2017 no ENPEC. *Revista de Educação Ciências e Matemática-RECM*. v.10, n.1, 2020. Disponível em: <http://xn--publicacoes-u6a.unigranrio.edu.br/index.php/recm>. Acesso em: 25 set 2025.

SANTOS, Luciano José dos; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Educação Alimentar e Nutricional na Escola: Contribuições para a Formação de Hábitos Saudáveis. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. 2701–2720, 2025. DOI: 10.51891/rease.v117.20474. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20474>. Acesso em: 6 set. 2025.

SCHALL, Virgínia Torres; STRUCHINER, Miriam. Educação em Saúde: novas perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, 15, suple. 2, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/1999.v15suppl2/S4-S6/>. Acesso em: 09 de agosto de 2024.

SILVA, Leda Terezinha de Freitas de. Educação e Saúde: Programa Saúde na Escola. Iturama-MG (2012-2015). 2016. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/1052>. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

SILVA, Raimunda Magalhães da; BEZERRA, Indara Cavalcante; BRASIL, Christina César Praça; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira. Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coletas de Informações. Sobral. Edições: UVA, 2018.305p. Disponível em: <http://portais.univasf.edu.br>. Acesso em: 25 de outubro de 2025.

SLOVINSKI, Fernanda Zorzan. **Nutrição em Ambiente Escolar**. *Revista Even. Pedagógica*, v.14, n. 2, Ed. 36, p. 276-283, jun/jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/11452/7739/39326>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.

SOARES, P. et al. Brazilian National School Food Program as a promoter of local, healthy and sustainable food systems: evaluating the financial implementation. **Ciência coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4189-4197, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30540002/>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

SOUZA, Teciene Cássia de; BELIZÁRIO, Vanilda Aparecida; FERREIRA, Helena Maria. Caderno pedagógico como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação: contribuições para a formação docente. **Devir Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 31–48, 2021. DOI: 10.30905/de.v5i2.435. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/435>. Acesso em: 31 agosto 2025.

VARGAS, A. V.; PEREIRA, A. V.; MOTTA, A. R. M. Reflexões sobre as rodas de conversa na educação infantil. *Zero a seis*. v. 18, n. 33, p. 122-143. jan-jun / 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2016v18n33p122>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2016v18n33p122>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VERISSIMO, Ana Carolina Brandão; dos SANTOS; A. M., da COSTA, F. S., & da SILVA, R. S., 2017. Práticas pedagógicas na educação infantil: a alimentação como campo de experiência e um prato cheio de aprendizagens. **Anais do 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2017, Brasil, 2017.** Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14398/2/Praticas_pedagogicas_na_educacao_infantil_a_alimentacao_como_campo_de_experiencia_e_um_prato_cheio_de_aprendizagens.pdf. Acesso em 12 de abril de 2023.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WHO, **Global status report on noncommunicable diseases 2014.** Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564854>. Acesso em 8 de maio de 2023.

WIKIMEDIA COMMONS. *Mapa IBGE.* 2011. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/59/Mapa_IBGE.jpg. Acesso em: 21 set. 2025.

Z Aidan, Samira; DE FARIAS REIS, Diogo Alves; KAWASAKI, Teresinha Fumi. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57317>. Acesso em: 13 de outubro de 2025.

ZZENKE, A. A.; VENDRAMETTO, O.; COSTA, L. de M.; NASCIMENTO, S. R. do. Contribuição da legislação para a melhoria da alimentação escolar: aprimoramentos do conselho de alimentação escolar. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e4425, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n4-230. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4425>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ZOMPERO, A. F.; LIMA, R. M. S. R.; LABURU, C. E., & FRASSON, F. A educação alimentar e nutricional nos documentos de ensino para a educação básica. *Rev Ciênc Ideias*. 2015. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/376>. Acesso em: 23 de julho de 2023. 6(2): 71-82.

ANEXO 1

Parecer de aprovação no Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DO GRANDE
RIO PROFESSOR JOSÉ DE
SOUZA HERDY - UNIGRANRIO



Continuação do Parecer: 7.529.672

parceiras nas ações de Educação em Saúde Alimentar, conjuntamente à professora regente da turma. Ocorrendo sinais de desconfortos em situações e perguntas, a pesquisadora compromete-se em promover adaptações, de forma a romper com a insegurança e desconforto, podendo ser trocada a pergunta. Os participantes serão informados que não haverá problema, caso optem por não participarem; em qualquer momento da pesquisa, poderão optar por deixar de participar.

Benefícios:

Colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola. Destaca a pesquisadora que a promoção da Educação em Saúde, para além dos muros da escola, contribui para a construção de hábitos saudáveis, o que pode diminuir os riscos de adquirir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa mostra-se relevante para as Ciências Humanas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as normas do CEP.

Recomendações:

Recomenda-se atualizar o cronograma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atualizar o cronograma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2433889.pdf	02/04/2025 17:41:20		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	09/12/2024 14:15:58	ROSELENE MOURA DUARTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISAPAULOFREIRE.pdf	19/11/2024 19:19:42	ROSELENE MOURA DUARTE	Aceito

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 BL. C 2º Andar
Bairro: 25 de Agosto CEP: 25.071-202
UF: RJ Município: DUQUE DE CAXIAS
Telefone: (21)2672-7733 Fax: (21)2672-7733 E-mail: cep@unigranrio.com.br

UNIVERSIDADE DO GRANDE
RIO PROFESSOR JOSÉ DE
SOUZA HERDY - UNIGRANRIO



Continuação do Parecer: 7.529.672

DUQUE DE CAXIAS, 27 de Abril de 2025

Assinado por:
SERGIAN VIANNA CARDOZO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 BL. C 2º Andar
Bairro: 25 de Agosto **CEP:** 25.071-202
UF: RJ **Município:** DUQUE DE CAXIAS
Telefone: (21)2672-7733 **Fax:** (21)2672-7733 **E-mail:** cep@unigranrio.com.br

ANEXO 2

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO SEDIADORA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA PAULO FREIRE

Duque de Caxias, 14 de novembro de 2024

Parecer nº: 27/24 – Departamento de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (DPFPF)

Requerente: Roselene Moura Duarte

Universidade ou agência associada: Universidade Unigranrio/Afya

Assunto: Autorização de pesquisa

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com as atribuições deste Departamento e tendo sido observada a documentação recebida, salientamos que as autorizações em nossa Rede são concedidas na condição de que sejam respeitadas as normas de decoro e adequabilidade estabelecidas pela Unidade Escolar.

DA ANÁLISE

Após a análise do projeto de pesquisa intitulado: “Autosserviço na Educação Infantil: uma proposta viável ou utópica para a promoção da Educação Alimentar na Educação Infantil?”, cujo objetivo geral é “Desenvolver a alimentação saudável através da participação da criança em diferentes atividades lúdicas com o uso do sistema self-service, que contribuirá para a assimilação do Ensino de Ciências e Saúde na Educação Infantil”, constatou-se a relevância da pesquisa de campo.

Ressalta-se que, para a realização de entrevistas, aplicação de questionários e/ou exercícios, uso de imagens ou quaisquer práticas outras relacionadas ao projeto, deverão ser solicitadas autorizações de todos os envolvidos permitindo a utilização dos dados para fins acadêmicos e/ou científicos. Outrossim, deverão ser respeitados o sigilo e a privacidade dos participantes e instituições envolvidas em todas as fases do projeto e mesmo após o término dele. No caso de menores, solicita-se a inclusão de uma autorização de seu responsável.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, **AUTORIZA-SE a realização da pesquisa até 30 de junho de 2025.** Vale ressaltar que as informações fornecidas ao pesquisador deverão ser arquivadas pelo tempo que determina a legislação e não poderão ser utilizadas em detrimento da Unidade Escolar, Coordenadoria de Educação Infantil (CEI), Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAESC), Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e/ou indivíduos participantes, inclusive na forma de dano à estima, prestígio e/ou agravo econômico/financeiro. Outrossim, o anonimato de tais informações deverá ser garantido durante e após a pesquisa. Caso necessário, a qualquer momento poderemos revogar esta autorização se comprovadas atividades que causem prejuízo às instituições e/ou pessoas envolvidas.

Cordialmente,


GLACIONE RIBEIRO DA SILVA

Departamento de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (DPFPF)

Matricula: 21134-8

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA PAULO FREIRE (DPFPF)
Rua Prefeito José Carlos Lacerda, 1422 – 1º ANDAR – 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ
CEP: 25071-120 – Tel: 3652-6221/2771-5870 R.233 E-mail: dpfpf@smeduquedecaxias.rj.gov.br

PPGECS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO DE CIÊNCIAS E SAÚDE

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA DE
CAMPO**

Prezada Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/Departamento
de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire

Vimos por meio desta apresentar-lhe a mestranda Roselene Moura
Duarte do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde desta
Universidade, regularmente matriculada com registro acadêmico nº 06691132,
portadora da cédula de identidade nº 12996067-0, telefone (21) 98543-7514 e
e-mail rosemouraduarte@gmail.com.

Durante a pesquisa de campo serão feitas observações na Creche e
Centro de Atendimento à Infância Caxiense do Amapá (CCAIC) e Escola
Municipal Vinte e Um de Abril, ambas do município de Duque de Caxias/RJ. A
visita à Creche do Amapá será para observar e comparar os dados coletados
na escola com os da creche", para o desenvolvimento do projeto de pesquisa
intitulado: "Autosserviço na Educação Infantil: uma proposta viável ou utópica
para a promoção da Educação Alimentar na Educação Infantil?" com duração
de 9 meses, sendo os participantes da pesquisa os alunos da educação infantil
pré-escolar de 5 anos.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Duque de Caxias, 04 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA DE MELO DÓREA
Data: 04/10/2024 16:37:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora
Profa. Dra. Márcia de Melo Dórea
E-mail: marcia.dorea@unigranrio.edu.br
Tel: (21) 99490-5066

Documento assinado digitalmente
gov.br DENISE ANA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA
Data: 07/10/2024 09:31:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coorientadora
Profa. Dra. Denise Ana A. dos S. Oliveira
E-mail: denise.ana@unigranrio.edu.br
Tel: (21) 97991-1859

UNIVERSIDADE **UNIGRANRIO** | Afya

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – Prof. José de Souza Herdy (MEC 472)
Campus I – Av. Perimetral Professor José de Souza Herdy, 1160 Bloco C, 2º andar
Jardim Vinte Cinco de Agosto – Duque de Caxias - CEP. 21.071-202
ppgec@unigranrio.edu.br

ANEXO 3

(TCLE-PAIS)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS)

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezado(a) senhor(a) responsável _____, Seu(a) filho(a) _____ está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **“A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola”**. Ele/ela foi selecionado por ser um aluno (a) da Educação Infantil. O motivo da escolha deve-se ao fato de que precisamos entender como as crianças pequenas aprendem e entendem a Educação em Saúde, especificamente sobre hábitos de alimentação saudável. **Importante esclarecer que a participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora Roselene M. Duarte ou com a instituição locus da pesquisa.**

Os objetivos deste estudo são: informar sobre os benefícios e possíveis malefícios de uma alimentação diversificada, envolver as crianças em jogos para oferecer conhecimento sobre os alimentos, explorar a diversidade sensorial através de oficinas de experimentação de alimentos e proporcionar autonomia na escolha do alimento.

A participação de seu(a) filho(a) nesta pesquisa consistirá em participar de uma roda de conversa, jogos educativos, oficinas de experimentação de alimentos mediante a gravações de vídeos e áudios, a respeito do tema proposto.

Os riscos relacionados com sua participação será surgir o desconforto ao responder às perguntas ou desinteresse na participação dos grupos nas rodas de conversa.

Os benefícios relacionados com a sua participação são colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, desta forma serão utilizados nomes fictícios para a identificação dos respondentes das entrevistas e coleta de dados

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis **Roselene Moura Duarte, Denise Ana Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** no e-mail rosemouraduarte@gmail.com ou no telefone (21) 98543-7514.

Roselene Moura Duarte

Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20 ____.

Pai / Mãe ou Responsável Legal

ANEXO 4

(TCLE-MERENDEIRA)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezado(a) merendeira, você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada **“A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola”**. O motivo da escolha deve-se ao fato de que precisamos entender como as crianças pequenas aprendem e entendem a Educação em Saúde, especificamente sobre hábitos de alimentação saudável. **Importante esclarecer que a participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição lócus da pesquisa.**

Os objetivos deste estudo são: informar sobre os benefícios e possíveis malefícios de uma alimentação diversificada, envolver as crianças em jogos para oferecer conhecimento sobre os alimentos, explorar a diversidade sensorial através de oficinas de experimentação de alimentos e proporcionar autonomia na escolha do alimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de duas entrevistas semiestruturadas, que serão registradas mediante a gravações de áudios, a respeito do tema proposto.

Os riscos relacionados com sua participação será a possibilidade de cansaço e desconforto ao responder às perguntas. Os benefícios relacionados com a sua participação são colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, desta forma serão utilizados nomes fictícios para a identificação dos respondentes das entrevistas e coleta de dados

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis **Roselene Moura Duarte, Denise Ana Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** no e-mail rosemouraduarte@gmail.com ou no telefone (21) 98543-7514.

Roselene Moura Duarte
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20 ____.

Participante da pesquisa

ANEXO 5 (TCLE-DIRETORA)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezado(a) gestora, você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “**A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola**”. O motivo da escolha deve-se ao fato de ser a responsável pela gestão da Unidade Escolar em que será feita a pesquisa, e precisamos entender como as crianças pequenas aprendem e entendem a Educação em Saúde, especificamente sobre hábitos de alimentação saudável. **Importante esclarecer que a participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição lócus da pesquisa.** Os objetivos deste estudo são: informar sobre os benefícios e possíveis malefícios de uma alimentação diversificada, envolver as crianças em jogos para oferecer conhecimento sobre os alimentos, explorar a diversidade sensorial através de oficinas de experimentação de alimentos e proporcionar autonomia na escolha do alimento. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de duas entrevistas semiestruturadas, que serão registradas mediante a gravações de áudios, a respeito do tema proposto.

Os riscos relacionados com sua participação será a possibilidade de cansaço e desconforto ao responder às perguntas. Os benefícios relacionados com a sua participação são colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, desta forma serão utilizados nomes fictícios para a identificação dos respondentes das entrevistas e coleta de dados

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis **Roselene Moura Duarte, Denise Ana Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** no e-mail rosemouraduarte@gmail.com ou no telefone (21) 98543-7514.

Roselene Moura Duarte
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20 ____.

Participante da pesquisa

ANEXO 6

(TCLE-NUTRICIONISTA)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezado(a) nutricionista, você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada **“A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola”**. O motivo da escolha deve-se ao fato de ser a responsável pela merenda na Unidade Escolar em que será feita a pesquisa, e precisamos entender como as crianças pequenas aprendem e entendem a Educação em Saúde, especificamente sobre hábitos de alimentação saudável. **Importante esclarecer que a participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição lócus da pesquisa.**

Os objetivos deste estudo são: informar sobre os benefícios e possíveis malefícios de uma alimentação diversificada, envolver as crianças em jogos para oferecer conhecimento sobre os alimentos, explorar a diversidade sensorial através de oficinas de experimentação de alimentos e proporcionar autonomia na escolha do alimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de duas entrevistas semiestruturadas, que serão registradas mediante a gravações de áudios, a respeito do tema proposto.

Os riscos relacionados com sua participação será a possibilidade de cansaço e desconforto ao responder às perguntas. Os benefícios relacionados com a sua participação são colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, desta forma serão utilizados nomes fictícios para a identificação dos respondentes das entrevistas e coleta de dados

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis **Roselene Moura Duarte, Denise Ana Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** no e-mail rosemouraduarte@gmail.com ou no telefone (21) 98543-7514.

Roselene Moura Duarte

Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20__.

Participante da pesquisa

ANEXO 7

(TALE-CRIANÇA)



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola**”. Você foi selecionado por ser um aluno (a) da Educação Infantil. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora **ROSELENE MOURA DUARTE** ou com a instituição **UNIGRANRIO**. Os objetivos deste estudo são: informar sobre os benefícios e possíveis malefícios de uma alimentação diversificada, envolver as crianças em jogos para oferecer conhecimento sobre os alimentos, explorar a diversidade sensorial através de oficinas de experimentação de alimentos e proporcionar autonomia na escolha do alimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de rodas de conversa, contação de histórias, atividades escritas de desenhos, jogos educativos, assistir vídeos, oficinas de experimentação de alimentos mediante a gravações de vídeos e áudios, a respeito do tema proposto.

A pesquisa não envolve riscos físicos relacionados com sua participação. Os benefícios relacionados com a sua participação são colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos próprios participantes da pesquisa, além de contribuir para a prática da Educação em Saúde através da investigação científica abordada a partir do cotidiano das crianças pequenas, na rotina da escola.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação visto que não serão citados nomes na pesquisa.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Prof^ª Dr^ª Denise Ana Augusta dos Santos, Prof^ª Dr^ª Márcia de Melo Dórea e Roselene Moura Duarte no e-mail denise.ana@unigranrio.edu.br, marcia.dorea@unigranrio.edu.br e rosemouraduarte@gmail.com.

() SIM ACEITO PARTICIPAR

() NÃO ACEITO PARTICIPAR

Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2025.

Participante da pesquisa

Pai / Mãe ou Responsável Legal

ANEXO 8**(TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM - RESPONSÁVEIS)****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu _____, CPF _____,
RG _____, responsável pelo(a) aluno(a)
_____ depois de conhecer e entender os objetivos,
procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de imagem e/ou depoimento de meu(minha) filho(a),
especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO,
através do presente termo, os pesquisadores **Roselene Moura Duarte, Denise Ana
Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** do projeto de pesquisa intitulado "**A
Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola**" a realizar as fotos
e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher depoimento de meu(minha) filho(a)
sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências),
em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que
está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes
(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos
(Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Duque de Caxias, __ de _____ de 20____

Pesquisador responsável pelo projeto

Participante da Pesquisa

Pai/ Mãe ou Responsável Legal

ANEXO 9**(TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM – MERENDEIRA, DIRETORA E NUTRICIONISTA)****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu _____, CPF _____
_____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Roselene Moura Duarte, Denise Ana Augusta dos Santos e Márcia de Melo Dórea** do projeto de pesquisa intitulado **"A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola"** a realizar as fotos e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.


Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Duque de Caxias, ___ de _____ de 20____

Pesquisador responsável pelo projeto

Participante da Pesquisa

ANEXO 10**(TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO E CONFIDENCIALIDADE)**

<p>Comitê de Ética em Pesquisa </p> <p>TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO E CONFIDENCIALIDADE</p> <p>Declaro que, ao ser facultado o acesso às informações sobre exames, observações de dados pessoais de indivíduo oriundos de documentos relativos a prontuários, resultados de exames clínicos e laboratoriais e demais instrumentos de natureza documental, pertencentes aos arquivos da Escola Municipal vinte e Um de Abril, com a finalidade específica de coleta de informações para o desenvolvimento da proposta pedagógica de pesquisa intitulada Autosserviço Como Prática Pedagógica na Pré-Escola, de autoria de Roselene Moura Duarte, do curso de Mestrado Profissional em Ensino das Ciências, será preservada a privacidade e a confidencialidade de tais documentos e dos seus sujeitos.</p> <p>Declaro, também, que o procedimento proposto, na pesquisa assegura ao sujeito da pesquisa, proteção da sua imagem, impedindo o estigma e a utilização das informações em prejuízo de terceiros e da comunidade. Outrossim, todo o material será utilizado para os fins propostos no protocolo de pesquisa, preservando, ainda, a autoestima e o prestígio dos sujeitos da pesquisa.</p> <p>Todo o referido é verdade.</p> <p>Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.</p> <p><i>Roselene Moura Duarte</i> _____ (Assinatura do responsável pela pesquisa) –</p>
--

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Merendeira

Título da Pesquisa:

A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola

Dados Pessoais

Nome: Pureza

Cargo: Merendeira

Tempo na função: 22 anos

Roteiro da Entrevista 1 (Antes da aplicação do produto educacional) - Com a Merendeira

1- Há quanto tempo você trabalha com alimentação escolar?

Trabalho há 22 anos como merendeira escolar. Adoro trabalhar com alimentação.

2- Como você entende o seu papel no momento das refeições das crianças?

Disse: como assim? Foi explicado que era o entendimento dela sobre este momento. Eu acho que a função de uma merendeira na escola é a principal, porque tem crianças que só se alimentam na escola, então eu não cozinho na escola por cozinhar, eu cozinho como se eu estivesse cozinhando na minha casa, eu faço com todo carinho.

3- Como você entende que tem que ser a participação dos demais adultos na hora da alimentação (professores e demais funcionários)?

É para incentivar as crianças a comer, né, porque se você botar a comida aqui, aí vamos supor que eles veem o legume com carne, com frango, aí fala a não gosto disso, não vou comer, aí já tendo uma outra pessoa, um professor ou mesmo um funcionário de apoio, faz um incentivo né, para eles.

4- O que você costuma observar no comportamento das crianças na hora da refeição (almoço)?

Tia, eu não gosto disso, aí eu falo assim, come que é bom pra isso, tem uns que falam não gosto de batata doce, não gosto de inhame. Eu falo: oh o inhame é bom porque aumenta a imunidade, evita de você pegar dengue, resfriado, invento um monte de coisas, invento não, falo a verdade. Aí outro diz que não gosta de beterraba, eu falo que a beterraba é boa para o sangue, aí vai incentivá-los a comerem.

5- Quais são as orientações que vocês recebem da supervisão nutricional em relação à alimentação?

São tantas... na hora de manusear os alimentos, quando for servir verduras, sempre colocar uns 10 minutinhos de molho no cloro, não cortar os legumes e deixar muito tempo armazenado na geladeira, porque perdem as proteínas dos alimentos, as vitaminas, a carne também, não cortar e congelar. Eles falam assim: A carne chegou hoje para a semana inteira, chega carne para segunda, terça, quarta...sendo que se você tirar para descongelar, já não pode mais congelar etc. Você só pode tirar o que vai consumir, é bom ser no mesmo dia, sendo que não tem condições porque como eu vou chegar aqui e cortar 18 kg de carnes de manhã, não tem condições. Então não tem que tirar para ir descongelando dentro da geladeira e no outro dia você picar, mas aí já não volta para o freezer, a gente deixa na geladeira.

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Nutricionista

Título da Pesquisa:

A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola

Dados Pessoais

Nome: Pérola

Cargo: Nutricionista

Tempo na função: 4 anos

Roteiro da Entrevista 1 (Antes da aplicação do produto educacional) - Com a Nutricionista

1- Você já trabalhou com crianças da Educação Infantil?

Sim.

2- Quais são suas principais funções no contexto da alimentação escolar nesta instituição?

Planejar, coordenar e supervisionar a alimentação oferecida para os alunos, garantindo que seja nutricionalmente equilibrada.

3- Como é organizada a rotina alimentar das crianças da pré-escola?

Desjejum, Almoço, Lanche.

4- Você participa do planejamento do cardápio e da orientação da equipe de cozinha? Como funciona?

O cardápio é feito e revisado por toda equipe de nutricionista. Toda semana a equipe é orientada.

5- Como é feita a escolha dos alimentos que compõem o cardápio escolar?

É feita com base nas diretrizes do PNAE considerando as necessidades nutricionais dos alunos, cultura alimentar e sazonalidade.

6- Você acredita que permitir que as crianças montem seus próprios pratos influencia positivamente na aceitação dos alimentos? Por que?

Acredito que permitir que as crianças montem seus pratos influencia positivamente na aceitação, pois promove autonomia, respeito ao apetite e maior interesse pelas preparações.

7- Quais são os principais desafios quando se trata de autonomia alimentar na pré-escola?

É o equilíbrio entre permitir que a criança explore os alimentos de forma independente e garantir que ela consuma uma refeição nutricionalmente adequada.

- 8- Existe algum tipo de formação ou orientação fornecida para professores e merendeiras sobre alimentação infantil?

As merendeiras recebem orientações semanais e treinamento completo 2 vezes ao ano.

- 9- Você acompanha e avalia os momentos de refeição?

Sim, são avaliadas durante as visitas.

- 10- Como as famílias estão envolvidas nas práticas alimentares da escola?

As famílias possuem acesso ao cardápio em reuniões pontuais.

- 11- Existe algum tipo de orientação ou atividade voltada para os responsáveis?

A primeira reunião é voltada para algumas orientações em determinadas Unidades Escolares.

- 12- Gostaria de compartilhar alguma experiência marcante relacionada à alimentação e autonomia infantil?

Foi observar a evolução de uma criança que inicialmente recusava os alimentos e com incentivo, passou a aceitar vários novos sabores.

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Diretora

Título da Pesquisa:

A Educação Alimentar no Processo de Autonomia na Pré-escola

Dados Pessoais

Nome: Ane

Cargo: Diretora

Tempo na função: 2 anos

Roteiro da Entrevista 1 (Antes da aplicação do produto educacional) - Com a Diretora Escolar

1- Há quanto tempo atua nesta instituição?

Atuo desde 2016, Inicialmente como professora e desde 01/06/2023 como gestora da unidade.

2- Já atuou diretamente com a educação infantil? Se sim, em que contexto?

Sim, trabalhava com todas as turmas da unidade escolar atuando como professora de informática educativa.

3- Como a escola organiza a rotina de alimentação das crianças da pré-escola?

A rotina da pré-escola, assim como das demais turmas, é acompanhada por uma nutricionista responsável pela elaboração do cardápio e pela seleção dos insumos que são oferecidos às crianças. O cardápio contempla, no turno da manhã, o desjejum e o almoço, e, no turno da tarde, o almoço e o lanche. Com o objetivo de incentivar hábitos alimentares saudáveis, durante o recreio os alunos consomem prioritariamente os alimentos fornecidos pela unidade escolar. Em um momento distinto, eles têm acesso aos lanches trazidos de casa.

4- Há um momento pedagógico ou educativo relacionado à alimentação no planejamento escolar? Comente:

Todos os professores da nossa unidade incluem em seus conteúdos programáticos o tema dos hábitos alimentares saudáveis, com foco no incentivo ao consumo desses alimentos pelas crianças.

- 5- A escola possui alguma proposta ou orientação formal para promover hábitos alimentares saudáveis?

Sim, conforme resposta anterior, temos como praxe em nossa unidade a inserção do tema nos conteúdos trabalhados ao longo do ano letivo.

- 6- A equipe escolar recebe formação ou orientação sobre como promover a autonomia alimentar das crianças? () Sim () Não Se sim, qual?

A equipe recebe algumas propostas por parte da secretaria de alternativas de aceitação do cardápio por partes dos alunos.

- 7- Há diálogo entre a gestão e os profissionais da cozinha sobre o momento da alimentação? () Sim () Não Comente:

Sim, o trabalho da cozinha é supervisionado de perto por um membro da equipe diretiva, que se responsabiliza por acompanhar todas as etapas do processo.

- 8- Como as famílias são envolvidas nesse processo?

As famílias são informadas na reunião de responsáveis como funciona a dinâmica da merenda na rede de ensino.

- 9- Que benefícios a gestão escolar avalia que pode existir no processo de autosserviço na alimentação das crianças da pré-escola?

Avaliamos que o processo de autosserviço na alimentação das crianças da pré-escola pode trazer diversos benefícios, tanto no desenvolvimento da autonomia quanto na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Dentre os principais benefícios, temos: desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, estímulo à autorregulação alimentar, promoção da socialização e da cooperação, apropriação de práticas de higiene e cuidado, valorização da alimentação escolar e integração com o projeto pedagógico.

- 10- Quais desafios a escola enfrenta para a implementação desse processo?

O maior desafio é a adequação do espaço físico, dos mobiliários e dos utensílios que precisarão ser utilizados.

- 11- Há alguma situação marcante relacionada a esse tema que gostaria de compartilhar?

Uma experiência marcante ocorreu quando um de nossos alunos, que normalmente não se alimentava na escola, teve a oportunidade de montar o próprio prato durante o autosserviço. Ao se ver no papel de protagonista daquele momento, ele decidiu experimentar a comida – mesmo optando por não consumir o feijão. Segundo relatos, a partir desse dia, o aluno passou a se permitir comer nas refeições seguintes, inclusive quando era

servido por outra pessoa e com alimentos que inicialmente dizia não gostar.

APÊNDICE D

Roteiro da Entrevista 2 (Depois da aplicação do produto educacional) –

Merendeira

- 1- Como você percebeu a participação das crianças na montagem do próprio prato?
- 2- Após a implantação do autosserviço você notou alguma mudança no comportamento alimentar das crianças? Se sim, quais?
- 3- As crianças passaram a experimentar mais alimentos ou fazer escolhas mais saudáveis?
- 4- Você acredita que o autosserviço contribuiu para o desenvolvimento da autonomia das crianças?
- 5- Houve algum desafio ou dificuldade durante a realização do autosserviço? Qual?
- 6- Na sua opinião essa prática deve ser mantida e ampliada na escola? Por que?
- 7- Deseja compartilhar alguma informação marcante?

Respostas da Entrevista 2 (Após a aplicação do produto educacional) -

Merendeira:

1- Eu achei que foi bem melhor, eu acho que por estarem arrumando eles comeram mais do que eles comem no dia a dia. Eu acho que foi melhor.

Menina ontem eu falei que eu sempre faço três quilos de arroz, e precisei aumentar a quantidade. Mas eu acho que se fosse assim todos os dias, não é que seja tumultuado, só que todos os professores precisavam se envolver. Seria melhor eles se servirem, eu acho, porque as crianças não estão comendo quase nada de manhã, ainda mais quando é strogonoff quase ninguém come e dessa vez comeram pra caramba. Eu ainda perguntei para a dirigente de turno e a diretora se eles estavam comendo realmente ou se estavam jogando fora, elas falaram que as crianças realmente estavam comendo.

2- Não. Como assim? A única mudança é que se eles se servissem seria melhor, comeriam mais. No desjejum, de manhã quando eles vão se servir (só que tem uns que jogam fora) eu acho que tem mais saída o pão, suco.

3- Hoje observei que eu faço aquele sanduíche com requeijão da escola, hoje as crianças comeram mais, mas eu acho que não tem nada a ver com o almoço não, deve ser por causa do frio, aí se alimentam melhor.

4- Sim. Eu acho que sim. Teria que fazer a tarde também né, só fez de manhã. Poderia até fazer duas vezes por semana.

5- Não, pra mim não.

6- Sim. Eu acho que as crianças se alimentam melhor se servindo, porque a gente servindo eles falam não quero isso, não gosto disso, e eles se servindo acho que eles comem melhor.

7- Não

APÊNDICE E

Roteiro da Entrevista 2 (Depois da aplicação do produto educacional) – Nutricionista

- 8- Como você percebeu a participação das crianças na montagem do próprio prato?

- 9- Após a implantação do autosserviço você notou alguma mudança no comportamento alimentar das crianças? Se sim, quais?

- 10-As crianças passaram a experimentar mais alimentos ou fazer escolhas mais saudáveis?

- 11-Você acredita que o autosserviço contribuiu para o desenvolvimento da autonomia das crianças?

- 12-Houve algum desafio ou dificuldade durante a realização do autosserviço? Qual?

- 13-Na sua opinião essa prática deve ser mantida e ampliada na escola? Por que?

- 14-Deseja compartilhar alguma informação marcante?

Respostas da Entrevista 2 (Após a aplicação do produto educacional)

Nutricionista:

- 1- A participação das crianças nesse momento foi bastante significativa. Elas demonstraram senso de responsabilidade e maior interesse pelos alimentos disponíveis. Foi um momento de aprendizado não apenas nutricional, mas integral.

- 2- Sim. As crianças demonstraram maior interesse em realizar o almoço.

- 3- Não foi possível observar.

- 4- A autonomia alimentar envolve escolhas, autoconhecimento e a construção de hábitos saudáveis e o autosserviço tem papel essencial

nesse processo.

- 5- Sim. No início algumas crianças apresentaram dificuldade em controlar a quantidade de comida, derramando alimentos e apresentando dificuldade em aguardar na fila.
- 6- No momento, pela logística oferecida pela escola, acredito que não seja viável, podendo ser algo estudado para o futuro.
- 7- Percebi que o momento do autosserviço passou a ser também um espaço de diálogo e troca entre as crianças, fortalecendo vínculos e desenvolvendo habilidades além da alimentação.

APÊNDICE F

Roteiro da Entrevista 2 (Depois da aplicação do produto educacional) –

Diretora

- 15-Como você percebeu a participação das crianças na montagem do próprio prato?

- 16- Após a implantação do autosserviço você notou alguma mudança no comportamento alimentar das crianças? Se sim, quais?

- 17-As crianças passaram a experimentar mais alimentos ou fazer escolhas mais saudáveis?

- 18-Você acredita que o autosserviço contribuiu para o desenvolvimento da autonomia das crianças?

- 19-Houve algum desafio ou dificuldade durante a realização do autosserviço? Qual?

- 20-Na sua opinião essa prática deve ser mantida e ampliada na escola? Por que?

- 21-Deseja compartilhar alguma informação marcante?

Diretora:

- 1- Percebi que as crianças participaram com bastante interesse e entusiasmo. Elas demonstraram curiosidade em escolher os alimentos, observando o que estava disponível e organizando seus pratos de acordo com suas preferências.

- 2- Sim. Observei que as crianças passaram a ter mais consciência sobre as porções, além de demonstrarem maior disposição para experimentar alimentos novos. Alguns que antes rejeitavam determinados alimentos, passaram a aceitá-los de forma espontânea.

- 3- De maneira geral, sim. Muitas passaram a experimentar alimentos diferentes, especialmente legumes e frutas. Também percebi escolhas mais equilibradas, como o interesse em colocar no prato pelo menos um item considerado saudável, mesmo quando optavam por outros alimentos que já faziam parte de sua rotina.


- 4- Com certeza. O autosserviço favoreceu o senso de responsabilidade, já que cada criança passou a decidir o que colocar no prato e em qual

quantidade. Esse processo fortalece a autonomia, a autoconfiança e a noção de autocuidado.

- 5- O principal desafio foi a organização inicial, tanto no sentido de orientar as crianças quanto de manter a fluidez do momento da refeição. Em alguns casos, houve excesso de comida colocado nos pratos, o que exigiu mediação para evitar desperdícios.
- 6- Sim, acredito que deve ser mantida e ampliada. O autosserviço promove autonomia, melhora os hábitos alimentares, fortalece a autoestima e possibilita que as crianças desenvolvam noções importantes de escolhas conscientes e responsabilidade. Além disso, torna o momento da alimentação mais participativo e educativo.
- 7- Sim. Tivemos um momento muito especial com um aluno autista que geralmente não se alimentava na escola. No dia em que lhe foi oferecida a oportunidade de se servir sozinho, ele demonstrou interesse, montou seu prato de forma independente e, para nossa surpresa, comeu com tranquilidade. Foi uma cena marcante para toda a equipe, pois evidenciou o quanto o autosserviço pode ser inclusivo e transformador.

APÊNDICE G

Orçamento de Pesquisa

		
Data: 19/11/2024.		
<u>ORCAMENTO DE PROJETO DE PESQUISA</u>		
Nome do Projeto: AUTOSSERVIÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA VIÁVEL OU UTÓPICA PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?		
Pesquisador Responsável: Roselene Moura Duarte		
Instituição/Unidade/Departamento: UNIGRANRIO		
	VALOR R\$	VALOR R\$
MATERIAL PERMANENTE	3.500,00	
MATERIAL DE CONSUMO	500,00	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-	
HONORARIOS DO PESQUISADOR	-	
DESPESAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	-	
CONGRESSOS E VIAGENS PARA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA	1.000,00	
TOTAL	5.000,00	
<p>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Este orçamento de projeto de pesquisa é apenas indicativo e visa a atender exigências da CONEP/Plataforma Brasil. A aprovação do protocolo pelo Comitê de Ética na Pesquisa da UNIGRANRIO limita-se aos aspectos éticos da pesquisa e não implicando em nenhuma hipótese, compromissos financeiros da parte da Universidade com o desenvolvimento das atividades do projeto ou com o pesquisador. A aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética pode ser uma exigência para posterior obtenção de recursos financeiros na UNIGRANRIO ou em agências de fomento.</p>		
<p>Outros comentários: O valor refere-se ao custo mínimo com cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cópias do instrumento de coleta de dados e outros itens que impliquem em despesas com a pesquisa.</p>		
 _____ Assinatura do Pesquisador		

APÊNDICE H

Avaliação da Prática Pedagógica: Autosserviço

Título da proposta: Autosserviço como Prática Pedagógica na Pré-escola

Público-alvo: Professores e profissionais da Educação Infantil

Objetivo: Avaliar a aplicabilidade e relevância pedagógica do autosserviço alimentar como estratégia para o desenvolvimento da autonomia e de hábitos alimentares saudáveis em crianças da pré-escola.

Orientações: Este instrumento tem como finalidade validar a proposta pedagógica apresentada, considerando sua coerência, aplicabilidade e contribuição para o processo educativo.

Leia atentamente cada questão e assinale a alternativa que melhor expressa sua opinião. Ao final, utilize o espaço para observações complementares, se desejar.

Identificação:

- **Função exercida:** Professor(a) Coordenador(a) pedagógico(a) Diretor(a)
 Nutricionista escolar Outro: _____
- **Tempo de atuação na Educação Infantil:** _____ anos
- **Tempo de atuação na instituição:** _____ anos

Avaliação da Proposta Pedagógica:

Nº Questões	1 Discordo totalmente	2 Discordo parcialmente	3 Concordo parcialmente	4 Concordo totalmente
1 As crianças demonstraram envolvimento e autonomia durante o momento do autosserviço alimentar.	()	()	()	()
2 O autosserviço contribuiu para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis entre as crianças.	()	()	()	()
3 A proposta do autosserviço é viável e pode ser incorporada de forma permanente às práticas pedagógicas da pré-escola.	()	()	()	()
4 A experiência favoreceu a interação, a cooperação e o respeito entre as crianças durante as refeições.	()	()	()	()
5 A proposta está de acordo com os princípios da Educação Infantil, respeitando a autonomia, o brincar e o aprender fazendo.	()	()	()	()

6 Observações e sugestões:
